



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

DESAFIOS DA GESTÃO DE UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO: Um Estudo de
Caso da ASSER – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul

MELISSA DUARTE ORESTES

Rio Grande -RS

2023

MELISSA DUARTE ORESTES

DESAFIOS DA GESTÃO DE UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO: Um Estudo de Caso da ASSER – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) como requisito para obtenção do título de Mestra em Administração.

Área de concentração: Gestão Organizacional.
Linha de pesquisa: Organizações, Mercado e Trabalho.

Orientador: Dr. Lucas Santos Cerqueira

RIO GRANDE – RS

2023

Ficha Catalográfica

O66d Orestes, Melissa Duarte.

Desafios da gestão de um empreendimento solidário: um estudo de caso da ASSER – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul / Melissa Duarte Orestes. – 2023.

137 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Administração, Rio Grande/RS, 2023.

Orientador: Dr. Lucas Santos Cerqueira.

1. Empreendimentos Econômicos Solidários 2. Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários 3. Empreendimentos de Reciclagem I. Cerqueira, Lucas Santos II. Título.

CDU 658:330.873

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
COORD CUR DE Mestrado em Administração



ATA DE REUNIÃO, DE 19 DE JANEIRO DE 2023

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 03 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às 14h30, realizou-se a defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração, nível mestrado, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, no Ambiente de Webconferência da SEAD, cuja Banca foi constituída pelos professores: Lucas Cerqueira, Francielle Molon da Silva, Lúcia de Fátima Socoowski de Anello e Renato Della Vechia, para arguir do(a) mestrando(a) Melissa Duarte Orestes. Após a apresentação da dissertação intitulada "Desafios da Gestão de um empreendimento solidário: Um estudo de caso da ASSER - Associação de Cotadores de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul" e a arguição dos avaliadores seguida de defesa, a Banca reuniu-se e considerou o trabalho Aprovado, emitindo o parecer a seguir:

A aluna deverá atender as considerações feitas pela banca.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros componentes da Banca.

gov.br

Documento assinado digitalmente
LUCAS SANTOS CERQUEIRA
Data: 05/05/2023 11:31:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Lucas Cerqueira
Orientador(a)

gov.br

Documento assinado digitalmente
FRANCIELLE MOLON DA SILVA
Data: 05/05/2023 17:56:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.ª Francielle Molon da Silva
(UFFPe)

gov.br

Documento assinado digitalmente
LUCIA DE FATIMA SOCOOWSKI DE ANELLO
Data: 10/05/2023 14:15:43-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.ª Lúcia de Fátima Socoowski de Anello
(FURG)

Renato da S. Della Vechia

Prof. Renato Della Vechia
(UCPel)

Referência: Caso responda esta documento Ata de Reunião, indicar o Processo nº 23118 001527/2023-54

SEI nº 0006027

Criado por 2183037, versão 3 por 2183037 em 19/01/2023 09:54:52.

Dedico essa Dissertação a minha Vó Elsa (*in memoriam*), que esteve presente durante toda a minha infância e vibrou a cada pequena conquista na minha caminhada escolar e acadêmica. Ela está celebrando, onde quer que esteja – Te amo muito vó!

AGRADECIMENTOS

Concluir essa fase de mestrado é para mim uma imensa conquista, uma etapa de muito aprendizado, realização pessoal e profissional. Em um mundo onde grande parte das pessoas trabalham pela imposição, ter a liberdade de pesquisar um objeto de estudo de seu próprio interesse, dentro de suas afinidades, é uma grande oportunidade.

Muitos foram os degraus para chegar até aqui, e tenho certeza de que, se cheguei, foi porque pude contar com muitas pessoas e com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, uma universidade pública, gratuita, de qualidade, que, ao longo dos últimos 7 anos, me propôs diversos ensinamentos para me tornar a pesquisadora que sou hoje.

Agradeço ao meu professor e orientador Lucas Santos Cerqueira pela confiança e pela disposição.

Aos professores(as) que prontamente aceitaram fazer parte da Banca de Dissertação – Renato Della Vechia, Francielle Molon da Silva e Lúcia de Fátima Socoowski de Anello a vocês só tenho a agradecer pela leitura atenciosa e pelas correções e sugestões proporcionadas.

Também agradeço o apoio de todos os amigos(as). Agradeço especialmente à enorme parceria da minha eterna orientadora Marcia que me incentivou nas horas de incertezas, fez-se uma grande mãe, pois quando as coisas não corriam bem, ela sempre estava presente de uma forma ou de outra para me apoiar, com seu jeito carinhoso de falar, me dando forças para que eu nunca desistisse dos meus objetivos. Sendo assim, só tenho que agradecer por todos os conselhos e puxadas de orelha isso me possibilitou alcançar essa meta, e estarás sempre como exemplo de pessoa em minha vida, por toda a sua força e garra. Ao Alexandre, pelos conselhos e incentivos para a realização da conclusão deste trabalho. E à Alexandra, uma amiga extremamente presente nessa minha atual fase de vida.

A todos(as) os(as) integrantes da INEESOL/FURG pelos momentos de discussão e compartilhamento de ideias, onde vemos que uma forma mais igualitária de organização social é possível.

Aos Catadores e Catadoras da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul - ASSER pelo carinho e simplicidade que me receberam, pelas conversas e por terem aceitado responder aos questionários que subsidiaram e possibilitaram a elaboração e realização deste trabalho.

À minha família. Deram-me força, apoio e carinho para que eu pudesse realizar esse trabalho.

A Deus, por sempre abençoar minhas escolhas e os caminhos difíceis percorridos.

“Experimentar, testar e sentir, estar sempre aberto a novos conhecimentos e quando estiver cansado, parar e descansar, mas jamais desistir de caminhar.”
(Alexandro Cardoso)

RESUMO

A partir dos anos 1990 o Brasil foi marcado por diversas mudanças do mercado de trabalho, como desemprego e precarização do trabalho, fatores que, somados à desigualdade social, historicamente existentes no país. Esses fatores tornaram-se cada vez mais forte a formação de iniciativas de economia solidária que surgem com a perspectiva de superar as condições imposta pelo capitalismo. É uma forma alternativa de promover a atividade econômica por meio dos empreendimentos que tende a diferenciar dos modelos capitalistas de organizações essencialmente pelo uso de práticas democráticas, igualitárias, solidariedade, cooperação e na sua gestão e pela aplicação da autogestão, que consiste na participação dos membros do empreendimento, pois compete a todos(as) a responsabilidade de planejar, executar e controlar os processos. Os EES's trabalham na perspectiva de eliminar a submissão e a separação entre o(a) proprietário(a) e os(as) trabalhadores(as), bem como a visão utilitarista sobre o trabalhador(a). No entanto esse processo para os EES's é mais complexo e quando este empreendimento é do ramo as reciclagens, essa complexidade é aumentada, pois se deparam com inúmeros desafios como o de garantirem a promoção da sustentabilidade financeira, assim como o trabalho coletivo dos meios de produção, a gestão democrática, a cooperação e autogestão, o que repercute em sua própria sobrevivência. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as questões sócio-organizacionais de um empreendimento solidário, conhecendo a sua dinâmica e contradições, de como podem funcionar como mecanismo de inserção econômica e social. Na intenção de contribuir com esse debate, foi realizada este estudo, que tem por base a perspectiva qualitativa e configura-se como um estudo de caso, sendo uma associação de catadores(as) de materiais recicláveis do município de São Lourenço do Sul, na região Sul do Rio Grande do Sul. Portanto, o percurso metodológico consistiu em quatro fases: (a) contato com os(as) catadores(as); (b) realização das entrevistas; (c) documentos disponibilizados pela associação e pelo projeto de extensão e (d) utilização da análise de conteúdo para proceder à análise dos dados. Desta forma, foi apresentado o processo histórico da associação (2005-2022). A análise destes fatores na associação de catadores(as) de materiais recicláveis de São Lourenço do Sul/RS permitiu um estudo sobre as tensões e contradições que esse tipo de empreendimento possa encontrar perante o sistema mercantil, e por fim, foi possível relacionar as características dos princípios da economia solidária para assim determinar se a associação é um EES. Os resultados da pesquisa revelaram que sempre vão existir tensões impostas pela lógica mercantil funcional, pois o empreendimento está inserido em um ambiente capitalista. Assim, mesmo lidando com essas questões, a gestão atual da ASSER (2022) se qualifica em ser ativa, participativa em todos os processos, procura ensinar seu conhecimento para com os(as) associados(as), estimulando-os mesmos a participarem de todo o processo, como resultado dessa dinâmica os expressivos avanços tanto nos processos administrativos-produtivos, quanto nas condições socioeconômica dos(as) associados(as). Com isso, pode-se considerar que a associação atua na lógica da economia solidária, fazendo com que não ocorra o afastamento dos princípios básicos, mesmo com as pressões impostas pelo sistema capitalista.

Palavras-Chave: Empreendimentos Econômicos Solidários. Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Empreendimentos de Reciclagem.

ABSTRACT

From the 1990s, Brazil was marked by several changes in the labor market, such as unemployment and precarious work, factors that, in addition to social inequality, historically existed in the country. These factors have become increasingly strong the formation of solidary economy initiatives that arise with the perspective of overcoming the conditions imposed by capitalism. It is an alternative way of promoting economic activity through undertakings that tend to differentiate from capitalist models of organizations essentially by the use of democratic, egalitarian, solidarity, cooperation and management practices and by the application of self-management, which consists of the participation of members of the undertaking, since it is everyone's responsibility to plan, execute and control the processes. EES's work with a view to eliminating the submission and separation between the owner and the workers, as well as the utilitarian view of the worker. However, this process for the EES's is more complex and when this enterprise is in the field of recycling, this complexity is increased, as they face numerous challenges such as ensuring the promotion of financial sustainability, as well as the collective work of the means of production, democratic management, cooperation and self-management, which has repercussions on its own survival. Thus, the present work aims to analyze the socio-organizational issues of a solidarity enterprise, knowing its dynamics and contradictions, of how they can function as a mechanism of economic and social insertion. With the intention of contributing to this debate, this study was carried out, which is based on a qualitative perspective and is configured as a case study, being an association of collectors of recyclable materials in the municipality of São Lourenço do Sul, in the southern region of Rio Grande do Sul. Therefore, the methodological route consisted of four phases: (a) contact with the collectors; (b) conducting the interviews; (c) documents made available by the association and by the extension project and (d) use of content analysis to proceed with data analysis. In this way, the historical process of the association (2005-2022) was presented. The analysis of these factors in the association of collectors of recyclable materials in São Lourenço do Sul/RS allowed a study on the tensions and contradictions that this type of enterprise may encounter in the commercial system, and finally, it was possible to relate the characteristics of the principles of solidarity economy in order to determine whether the association is an EES. The research results revealed that there will always be tensions imposed by the functional mercantile logic, since the enterprise is inserted in a capitalist environment. Thus, even dealing with these issues, the current management of ASSER (2022) is qualified to be active, participatory in all processes, seeks to teach its knowledge to associates, encouraging them to participate in the whole process, as a result of this dynamic, the significant advances both in the administrative-productive processes and in the socioeconomic conditions of the associates. With this, it can be considered that the association acts in the logic of the solidary economy, preventing the departure from the basic principles, even with the pressures imposed by the capitalist system.

Keywords: Solidary Economic Enterprises. Management of Solidarity Economic Enterprises. Recycling Enterprises.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conquistas do Catadores(as).....	60
Figura 2 - Processo de filtragem no Google Acadêmico.....	64
Figura 3 - Delineamento metodológico	67
Figura 4 - Caminho Metodológico para a Coleta de Dados	70
Figura 5 - Processo para Análise dos Dados	73
Figura 6 - Linha do Tempo da Associação Ecológica de Recicladores(as) de São Lourenço do Sul.....	76
Figura 7 - Processo Produtivo da ASSER	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição de Economia Solidária na visão Alternativa de organização do trabalho para os Setores Populares	29
Quadro 2 - Definição de Economia Solidária na visão de autores na Alternativa ao Modo de Produção Capitalista.....	31
Quadro 3 - Síntese dos Princípios da Economia Solidária e Suas Características	41
Quadro 4 - Formas organizativas de economia solidária	45
Quadro 5 - Modelos de Gestão	49
Quadro 6 - Diferenças entre associação e cooperativa.....	54
Quadro 7 - Funções e atribuições de uma cooperativa ou associação de catadores (as).....	56
Quadro 8 - Sínteses das produções científicas coletadas (2010-2021).....	64
Quadro 9 - Perfil dos(as) associados(as) entrevistados(as) da ASSER.....	71
Quadro 10 - Categorias e Subcategorias definidas a priori	74
Quadro 11 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Forma de Organização Operacional.....	82
Quadro 12 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Forma de Organização Administrativa ..	83
Quadro 13 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Gestão Financeira.....	85
Quadro 14 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Fortalecimento da Organização	86
Quadro 15 - Categoria: Democracia - Subcategoria: Reuniões ou Assembleias	88
Quadro 16 - Categoria: Democracia - Subcategoria: Eleições	89
Quadro 17 - Categoria: Participação - Subcategoria: Comunicação	91
Quadro 18 - Categoria: Participação - Subcategoria: Envolvimento	91
Quadro 19 - Categoria: Solidariedade/Cooperação - Subcategoria: Trabalho Coletivo	93
Quadro 20 - Categoria: Solidariedade/Cooperação - Subcategoria: Autonomia.....	94
Quadro 21 - Categoria: Atividade Econômica - Subcategoria: Venda de Materiais Recicláveis	95
Quadro 22 - Categoria: Atividade Econômica - Subcategoria: Renda.....	96
Quadro 23 - Categoria: Atividade Econômica - Subcategoria: Atravessadores.....	97
Quadro 24 - Categoria: Desenvolvimento Humano - Subcategoria: Entendimento de Empreendimento Solidário.....	98
Quadro 25 - Categoria: Desenvolvimento Humano - Subcategoria: Condição de Vida.....	99
Quadro 26 - Categoria: Responsabilidade Social - Subcategoria: Desenvolvimento da Comunidade.....	100

Quadro 27 - Categoria: Institucional - Subcategoria: Ação Pública	102
Quadro 28 - Categoria: Institucional - Subcategoria: Articulação com organizações pública	102
Quadro 29 - Categoria: Institucional - Subcategoria: Articulação com organizações Sociais	104
Quadro 30 - Tensões Entre a Lógica Solidária e Mercantil na ASSER	105
Quadro 31 - Dificuldades e Desafios da Gestão da ASSER.....	108
Quadro 32 - Percepção dos associados(as) de como o empreendimento pode funcionar como mecanismo de inserção econômica e social	112
Quadro 33 - Parceiras e Suportes Institucionais da ASSER.....	114

LISTA DE SIGLAS

ANCAT - Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

ANTEAG- Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão

ASSER - Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

COOPEFORTE - Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis

EES's - Empreendimentos Econômicos Solidários

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

INEESOL - Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular

LO - Licença de Operação

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs - Organizações não-governamentais

PERS/RS - Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul

PNRS -Política Nacional dos Resíduos Sólidos

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Administração

PT – Partido dos Trabalhadores

SciELO - *Scientific Electronic Library*

SPELL - *Scientific Periodicals Electronic Library*

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA	23
2.1.1	Cooperativismo: Percursos históricos	23
2.1.2	Conceitos e Contextos da Economia Solidária pela América Latina	29
2.1.3	Princípios da Economia Solidária	36
2.1.4	A Lógica Solidária X Lógica Mercantil	41
2.2	EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	44
2.2.1	Gestão de Empreendimentos Solidários	48
2.2.2	Empreendimentos de Catadores (as) de Materiais Recicláveis	52
2.3	CATADORES(AS) DE MATERIAIS REICLÁVEIS	57
2.4	ESTUDOS ANTERIORES	63
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	67
3.3	ASPECTOS ÉTICOS	75
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO	76
4.1	ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA DE REICLADORES(AS) DE SÃO LOURENÇO DO SUL – ASSER	76
4.2	ANÁLISE DAS CATEGORIAS	82
4.2.1	Análise das Categorias	82
4.2.2	Tensões e Contradições	104
4.2.3	Dificuldades e Desafios	108
4.2.4	Percepção dos associados(as) de como o empreendimento pode funcionar como mecanismo de inserção econômica e social	111
4.2.5	Parcerias e Suportes Institucionais	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
5.1	LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	121
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	134
	APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas semiestruturadas	136

1 INTRODUÇÃO

Os avanços no desenvolvimento do modo de produção capitalista geraram as mais diversas mudanças no mundo do trabalho. Entre tais mudanças, o aumento da produtividade nas fábricas, o aprofundamento da expropriação do trabalho, o considerável aumento dos lucros e, junto com a flexibilização nas relações entre os trabalhadores(as), bem como a consequente exclusão de uma parcela deles, gera um maior número de desempregados, causando modificações no modo de vida da sociedade (SINGER, 2002).

Essa degradação do mundo do trabalho, segundo Braverman (1987), está fundamentada na exploração capitalista, pois influenciou e influencia os aspectos políticos, econômicos e sociais do mundo todo. Principalmente a partir da utilização da mão de obra operária na lógica de mercadoria e da natureza como uma fonte de recursos para enriquecimento de poucos.

Marx afirma que o trabalho no sistema capitalista é um trabalho que aliena o trabalhador(a), desumanizando-o, tornando-o apenas mais uma mercadoria, ao invés do(a) trabalhador(a) se realizar enquanto trabalha, ao contrário, suas capacidades são oprimidas, ele(a) é explorado(a) e alienado(a). Também o produto do seu trabalho, ao invés de ser algo a ser usufruído pelo trabalhador(a) aparece como algo que lhe é externo:

[...] se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas o enfrenta como uma força estranha, isso só pode acontecer porque pertence a um outro ser humano que não o trabalhador. Se sua atividade é para ele um tormento, ela deve ser uma fonte de satisfação e prazer para outro (MARX, 1932, p. 6).

Neste sentido, o capitalismo enfraquece as forças de trabalho proletária e, conseqüentemente, eclodem as classes trabalhadoras que lutam em busca de melhores condições de trabalho e salário, visto que estão acompanhadas emocionalmente por sentimentos de insatisfação e revolta devido à exploração (BRAVERMAN, 1987).

Em contrapartida, a organização dos trabalhadores foi fundamental para minimizar a exploração e defender a equidade na distribuição dos ganhos entre todos os indivíduos. Faria (2009) descreve que foi por meio das manifestações em discordância e violência aturada pelos operários que derivaram em suas organizações em sindicatos e partidos políticos. Nesse momento, o movimento trabalhista começa sua luta por uma organização de autodefesa, de protesto e de revolução, complementa o autor.

E foi nesse contexto de organização da classe trabalhadora que surgiram os modelos alternativos de organização de trabalho, articulados estrategicamente pelo cooperativismo e associativismo, os quais visam superar as desigualdades provenientes da expansão capitalista,

minimizando o individualismo e a competitividade, que são os pilares do sistema capitalista (FARIA, 2009).

Assim, considera-se que o cooperativismo e o associativismo começaram a ganhar força organizativa a partir da oposição operária e da expansão dos movimentos populares de modo a abrir espaço para uma nova forma de economia, a chamada Economia Solidária. Consoante, esse movimento não visa apenas às questões econômicas, mas uma alternativa de organização que objetiva uma relação coletiva, solidária e que almeja a melhoria na qualidade de vida das pessoas e trabalhadores (as) informais (SANTOS, 2010; MEIRA *et al.*, 2012).

Mas é importante destacar que apesar de similares, o cooperativismo e o associativismo se diferenciam, visto que o primeiro “se propõe a fortalecer atividades produtivas, de teor fundamentalmente econômico”, enquanto o segundo “se articula em torno de uma atividade social” (LIMA; SILVA, p.178, 2020). Contudo, essas diferenças não os distanciam, uma vez que o associativismo e o cooperativismo estão relacionados, em que um pode ser condição para que o outro se organize (LIMA; SILVA, 2020).

Diante das complexidades do mundo do trabalho e da questão social, nota-se modelos coletivos de organização do trabalho, opostos daquelas organizações de trabalho capitalista, pois são empreendimentos econômicos em que a relação entre capital e trabalho não está posta da forma tradicional. É significativo o número de experiências coletivas, tanto espaços rurais e urbanos quando rurais, que são conhecidas como economia solidária.

Com isso, no Brasil, a Economia Solidária passa a ganhar visibilidade no início dos anos 1980 com algumas ações pontuais dos movimentos sociais, mas é a partir dos anos de 1990 que ganha maior visibilidade, como uma forma alternativa, dada principalmente por trabalhadores(as) que começaram a se organizar em empreendimentos coletivos de trabalho, possibilitando assim um processo de enfrentamento da precarização das condições e relações no ambiente de trabalho, com conseqüente rompimento com as organizações tradicionais. Contudo, vale a ressalva que tais iniciativas não estavam se formando como simples respostas à falta de empregos, mas configurando-se em novas relações de trabalho (SANTOS, 2010).

Apesar de os autores não abordarem, é preciso lembrar que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as associações e cooperativas passam a ser organizações autônomas, o que durante todo o período da ditadura militar, não eram.

Assim, tais atividades desempenhadas como: organizações informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, cooperativas de agricultura familiar localizadas em assentamentos da reforma agrária, associações ou grupos informais, mais

comuns como iniciativas de artesãos, pescadores(as) artesanais, catadores(as) de materiais recicláveis, fábricas recuperadas (com maior ou menor grau de formalização), cooperativas de trabalho ou de serviços, cooperativas de consumo, redes de comercialização, grupos de consumo solidário, organizações de finanças solidárias, entre outros, uma diversidade de práticas econômicas e sociais passaram a se fazer presentes no Brasil, que possibilitam e oportunizam a democratização das relações sociais, que têm como grande fundamentação o ser humano em sua integralidade como sujeito, e não apenas com a finalidade da atividade econômica (GAIGER, 2003; SANTOS, 2010; VERONESE et al., 2017).

Por esses motivos é que a Economia Solidária tem atraído uma vasta diversidade de categorias sociais e diversas organizações econômicas organizadas, segundo princípios de viabilidade econômica, solidariedade, cooperação, autogestão, democracia e participação, tendo como perspectiva a reprodução ampliada da vida (GAIGER, 2003). Não obstante, constitui-se como uma forma de acesso aos trabalhadores(as) marginalizados no mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e o uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização desses meios, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (cooperados) e destinação do excedente anual (sobras) (SINGER, 2018).

A nomenclatura usual para essas organizações, que surgem no contexto da economia solidária, é de Empreendimentos Econômicos Solidários – EESs. Para essas iniciativas, os trabalhadores(as) buscam no coletivo novas relações de trabalho e renda, guiados por um conjunto de características, dentre os quais podemos destacar: a posse coletiva dos meios de produção e distribuição, a livre associação de seus membros, a gestão democrática, a cooperação e a autogestão, além da valorização do trabalho e dos trabalhadores(as). Adicionalmente, esses empreendimentos devem fazer uso das práticas de gestão horizontais, que visam se organizar a partir da participação de todos os sujeitos que fazem parte dos processos de decisões a respeito do empreendimento (SANTOS; CARNEIRO, 2008; SANTOS, 2010; FARIA, 2017).

Logo, os empreendimentos de economia solidária adotam condições que visam atuar de forma coletiva, com livre adesão voluntária, democrática, participativa, partilha de ensinamento e confiança no campo econômico em resposta à melhoria de sua condição de vida, e não da lógica do capitalismo que tem como característica o assalariamento, a competição, o individualismo, a alienação e da hierarquização (KUYVEN, 2016). É em vista disso que as iniciativas solidárias estão associadas à relação entre o trabalhador(a) e os meios de produção, como descreve Singer (2002):

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente

de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. (SINGER, 2002, p. 4)

Porém, deve-se levar em conta que o processo de gestão em organizações com o viés da economia solidária é mais complexo do que em uma organização tradicional, pois são muitas as variáveis que influenciam no seu desempenho (SINGER, 2002).

Desse modo, não se deve analisar apenas como está a situação do empreendimento, mas considerar como está a situação dos trabalhadores(as), que em grande parte é constituída por pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional. Além disso, é necessário que o empreendimento seja orientado com os princípios balizadores da economia solidária, pois estes tendem a auxiliar o empreendimento a se manter firme na lógica solidária, visando o bem estar do coletivo e buscando mecanismos para se distanciar da lógica capitalista que é imposta pelo mercado (SINGER, 2002; LEAL; RODRIGUES, 2018).

Considerando essas questões, os EESs dividem-se em duas dimensões, a social e a econômica, e com isso podem ser entendidas como uma forma de organização social e econômica, sempre impulsionando as pessoas para o avanço do fator econômico junto do fator social, mantendo assim um equilíbrio entre os dois fatores (social e econômico), para que com isso consiga equalizar as necessidades de uma associação que está no mercado, mas que ao mesmo tempo compreenda que as demandas sociais (dos seus associados(as)) são os fatores fundantes do empreendimento (SILVA JÚNIOR, 2004; SOUZA *et al*, 2014).

Conforme Veronese e Scholz (2013), os indivíduos, ao associarem-se a um EES, necessitam atingir alguns objetivos individuais como a geração de renda imediata, apoio social, dentre outros. Para alguns é apenas mais um espaço de trabalho em que estão subordinados a uma outra pessoa, possuindo ainda traços empresariais na sua essência de trabalhador (a). Como definem os autores, este é um processo inicialmente individual de cada sujeito envolvido, o que torna necessárias ações de formação por parte também de agentes externos, muitos destes se dão a partir das incubadoras universitárias, que proporcionam aprendizado e tornam ainda mais claras a dinâmica dos EESs.

Diante dessa complexidade, as cooperativas ou associações que atuam no ramo da reciclagem, objeto desta dissertação, apresentam muitos desafios para a gestão, pois são necessárias noções de diferentes áreas para seu funcionamento, desde o transporte, passando pelo beneficiamento, triagem, comercialização e gestão administrativa e ambiental. Isto é, coordenar uma cooperativa ou associação de catadores(as) abrange monitorar cada uma de suas atividades e as relações indispensáveis (SILVA, 2017).

Além disso, deve-se levar em conta que tal atividade é executada basicamente por indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade socioambiental, que normalmente estão desempregados, seja por sua idade, condição social seja baixa escolaridade; são homens e mulheres com histórias de vida assinaladas pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito, os quais não encontram mais lugar no mercado de trabalho formal (KIRCHNER *et. al* 2009).

Esse processo de vulnerabilidade, oriundo da falta de oportunidade, pode causar perdas importantes, como autoestima, confiança, esperança, identidade social, entre outros, mas quando esses vínculos se acumulam de uma só vez, acometem o indivíduo à falta de pertencimento na sociedade (OLIVEIRA, 2007).

Além do mais, o trabalho executado em cooperativas ou associações de catadores(as) de materiais recicláveis são tidas na sociedade como um trabalho inferior, que o indivíduo só o realiza quando não tem mais nenhuma opção. Entretanto, ela pode ser uma forma de inclusão social, desde que possibilite aos catadores(as) formas de se organizarem com condições dignas de trabalho e renda (OLIVEIRA, 2007).

Sendo assim, entende-se que a economia solidária possibilita o envolvimento de grupos catadores (as) na sociedade, e que esta permite a oportunidade de organização de atividades econômicas e promove a integração do indivíduo ao mercado de trabalho por meio de atividades autossustentáveis, visando promover e difundir os conceitos de associativismo, cooperativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável, valorização das pessoas e do trabalho, geração de trabalho e renda e, por fim, o aumento da qualidade de vida de todos os envolvidos no processo.

Diante do exposto, é que a Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul – ASSER será o objeto de análise desta pesquisa. A ASSER tem 17 anos de constituição, está localizada no município de São Lourenço do Sul – RS e passou por diversas transformações na sua trajetória para garantir uma gestão participativa, que permita uma prática democrática na tomada de decisão.

Considerando esses argumentos é que formulamos o seguinte problema de pesquisa: **Como se dá o processo de gestão da ASSER como um empreendimento solidário, tendo em vista as tensões e contradições de estarem inseridos em um contexto de uma lógica mercantil?**

No intuito de responder o questionamento supramencionado, o objetivo geral da pesquisa será analisar as questões sócio-organizacionais de um empreendimento solidário, conhecendo a sua dinâmica e suas contradições.

Para atingir tal objetivo, vislumbra-se como objetivos específicos:

- a) Compreender o processo histórico da organização da associação de catadores(as) de materiais recicláveis.
- b) Verificar as tensões e contradições entre a lógica mercantil funcional e a lógica solidária no contexto organizacional da ASSER.
- c) Entender a percepção dos associados(as) da ASSER de como o empreendimento pode funcionar como mecanismo de inserção econômica e social.
- d) Descrever as dificuldades e desafios da gestão da ASSER na percepção dos associados(as).
- e) Identificar parcerias e suporte institucionais na gestão da ASSER.

A problemática vislumbrada se justifica por permitir conhecer o contexto sócio-organizacional da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul- ASSER, a fim de observar como ela se organiza e executa sua gestão de modo a compatibilizar com os princípios da economia solidária, visto que existem empreendimentos que se dizem atuar com os princípios balizadores, mas que se apresentam como um modelo de co-gestão associado à participação atribuída, com visível hierarquia pelos gestores (as). Além da possibilidade de interesses mistos e das vantagens obtidas na associação ou cooperativa, por vezes, beneficiando somente alguns interessados (SANTOS, 2010).

Nessa sequência, a escolha por essa associação se deu muito por sua trajetória de constituição, que iniciou em 28 de novembro de 2005, suas dificuldades durante seu caminho, no qual os próprios associados(as) não possuíam o devido entendimento do que representava alguns pontos-chave como a associação em si, a economia solidária, o trabalho cooperado e a forma como conduzi-lo (PECKE *et. al* 2020).

Entretanto, após a inserção do curso de gestão de cooperativas no *campus* da Universidade Federal do Rio Grande – FURG de São Lourenço do Sul, a gestão de 2005 do Partido Trabalhista (PT) a gestão da época da prefeitura municipal entrou em contato com as professoras da universidade para desenvolver um projeto de assessoramento e formação, buscando o fortalecimento da associação, tendo até os dias de hoje o projeto estipulado “Fortalecimento da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul – ASSER”

1.

1Desenvolver um processo de assessoramento e formação buscando o fortalecimento da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul - ASSER, com vistas à consolidação da associação, promoção de autonomia individual e coletiva e otimização da gestão administrativa e ambiental.

Adiciona-se a isso a atuação da associação, que desempenha um papel fundamental no município no qual está inserido, isso porque promove melhoria da qualidade ambiental, ao mesmo tempo em que geram trabalho e renda para um grupo de catadores e catadoras, obtendo reconhecimento pelo protagonismo junto a movimentos sociais que estão construindo cotidianamente políticas públicas de apoio.

Ao relacionar essa pesquisa com a academia, a escolha desta temática destaca a continuidade das reflexões desenvolvidas ao longo de quatro anos de graduação no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, e com vinculação acadêmica na Incubadora Empreendimentos de Economia Solidária da FURG - INEESOL², havendo participação em atividades de mobilização e formação de coletivos de trabalho autogestionário. A participação nessas atividades de assessoria a cooperativas e associações possibilitou verificar que diante da situação de precariedade do trabalho e do desemprego, os trabalhadores procuram criar alternativas que os levem à reinserção no mundo do trabalho.

Outro fator importante é a carência por profissionais que compreendem os processos de gestão dos EESs, visto que os cursos de Administração e Ciência Contábil são normalmente focados em empresas e as particularidades da gestão desses empreendimentos não são abordadas nesses cursos convencionais (SINGER, 2018).

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos: o primeiro compreende a introdução, no qual se apresentam o tema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa da proposta. No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico com base nos tópicos que serviram de embasamento teórico para a realização desta dissertação. Este capítulo está subdividido em quatro seções principais: economia solidária, EES, catadores(as) de materiais recicláveis e, por fim, pesquisas realizadas sobre o tema.

O capítulo três trata do processo metodológico e refere-se a uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando o método estudo de caso. A coleta foi realizada através de entrevistas semiestruturadas com os(as) catadores(as) atuais, e a análise de dados a partir da análise de conteúdo. Para o quarto capítulo foram apresentadas a análise e a discussão dos resultados encontrados, apresentando o histórico da associação, análises das categorias e, assim,

² A INEESOL constitui-se num programa de extensão e tem como objetivo fortalecer, por meio de incubação, os empreendimentos econômicos solidários (EESs) no município de São Lourenço do Sul e região, bem como incentivar a criação de novos EESs, promovendo assim o reconhecimento da Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento local e regional. Importante destacar que a INEESOL está constituída formalmente desde julho de 2018.

possibilitando responder aos objetivos da pesquisa. O quinto capítulo trata das considerações finais e recomendações para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para subsidiar a proposta deste estudo, o referencial teórico foi estruturado em quatro seções. A primeira aborda preceitos acerca da economia solidária, a qual se apresenta cada vez mais como uma possibilidade de subsistência para a população que está excluída do mercado formal de trabalho. A respectiva seção foi subdividida em quatro subseções: Cooperativismo; Percursos Históricos; Conceitos e Contextos da Economia Solidária pela América Latina; Princípios da Economia Solidária; Lógica Solidária e a Lógica Mercantil.

A segunda seção apresenta os empreendimentos econômicos solidários, dividida em duas subseções: gestão de empreendimentos solidários e empreendimentos de catadores(as) de materiais recicláveis.

A terceira seção disserta sobre os catadores(as) de materiais recicláveis e na quarta e última seção, apresentam-se alguns trabalhos realizados sobre a temática.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1.1 Cooperativismo: Percursos históricos

A economia solidária teve início em uma junção com o cooperativismo, que surge com capitalismo industrial na Europa, principalmente no cenário inglês, oriundo do empobrecimento dos tecelões, proveniente de substituições destes por máquinas (SINGER, 2002; PINTO, 2009). Esse problema proporcionou níveis altos de exploração do trabalho humano, dentre eles, crianças e mulheres trabalhando praticamente sem pagamento (quem recebia era o homem responsável); baixos valores de remuneração; jornadas de trabalho bastante longas, levando os trabalhadores(as) à exaustão (SINGER, 2002; PINTO, 2009). O descontentamento levou os trabalhadores (as) a estruturarem as primeiras organizações de sindicatos e empreendimentos cooperativados, com a ideia central de buscar minimizar as insatisfações e organizar a luta da classe operária (SINGER, 2002; PINTO, 2009).

Primeiramente, é importante resgatar que as origens do cooperativismo se encontram nas propostas dos autores socialistas utópicos do século XIX, como Robert Owen, Saint-Simon e Fourier, e tinha como meta proporcionar à classe operária uma forma mais digna em meio às desigualdades sociais proporcionadas pelo capital (PINTO, 2009; RÉGO; MOREIRA, 2013; GUERRA, 2014; MONTEIRO, 2014).

Nesse contexto, Singer (2002) descreve que:

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, os clássicos do Socialismo Utópico. O primeiro foi, além disso, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos. (SINGER, 2002, p. 38)

Buscando a compreensão do processo histórico do cooperativismo, visou compatibilizar as obras de Saint-Simon, Fourier, Owen e Proudhon a partir das obras de Singer (2002), Pinto (2009), Pinheiro (2010), Zwick (2011) e Rêgo e Moreira (2013).

Começaremos pelo utópico Saint-Simon (1760-1825), considerado um socialista francês, liberal e revolucionário, tem na sua concepção a visão da construção de um novo mundo, conduzido pela ciência, através de uma associação coletiva. De certa forma, a ciência desenvolveria a sociedade e geraria o progresso (PINHEIRO, 2010; ZWICK, 2011).

Nesse viés, Saint-Simon buscou entender a relação das novas técnicas para adaptação dos recursos naturais, tentando compreender as leis da natureza, para que essa natureza beneficiasse os indivíduos, melhorando a capacidade. Saint-Simon também se preocupava com um ideal de organização da sociedade mais harmoniosa, quando os indivíduos se dedicam a outras atividades em busca de felicidade e de prosperidade (PINHEIRO, 2010; ZWICK, 2011).

Importante vislumbrar os postulados de Charles Fourier (1772-1837), o qual também foi precursor das propostas participativas e autogestionárias. Por ser um autor que viveu em um universo menos industrializado e por ser oriundo da classe média mercantil, propôs criação de comunidades autogeridas, chamadas de falanstérios ou falanges industriais descentralizadas, onde cada operário trabalhava segundo suas atribuições, dentre elas, domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, de ensino, estudo e artes. Com isto, iriam proporcionar a eliminação das desigualdades entre os excluídos (PINHEIRO, 2010; PINTO, 2009; SANTOS, 2010; RÊGO; MOREIRA, 2013).

De Bertucci (, 2005):

Nessa sociedade o trabalho seria atraente e haveria uma ampla gama de atividades, não haveria incentivo ao ócio, e a implantação desse sistema não comprometeria os interesses de nenhuma classe. Todos sairiam ganhando, sem a necessidade de um Estado coercitivo autoritário (o que o leva a ser visto algumas vezes como um precursor do movimento anarquista).(BERTUCCI, 2005, p. 4)

Entretanto, Singer (2002), ao descrever sobre a obra de Fourier, vai comprovar que esse pensador não era um homem de ação e nunca quis que seu projeto de “falanstério” fosse realizado por discípulos, por isso Singer (, 2002) descreve:

Seu sonho era que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo. [...] nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar o trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. [...] O sistema de Fourier é uma variedade de socialismo de mercado, centrado na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhadores, organizados em equipe e na propriedade por ações dos meios de produção. (SINGER, 2002, p. 35-37)

O socialista utópico inglês Robert Owen foi quem mais conseguiu levar adiante suas propostas, nascido em Newtown, região ao norte do País de Gales, começou a trabalhar cedo, foi sócio de um rico empreendedor em Stanford, passou a observar as formas que as famílias eram submetidas às exaustivas cargas de trabalho que chegavam a 18h/dia, envolvendo mulheres e crianças em situações de trabalho insalubres (PINTO, 2009).

Incomodado com essa situação, começou a buscar novas formas de gestão para essas organizações, com o viés para os princípios de justiça e generosidade, e assim reduzindo a jornada de trabalho para 10h/dia e não permitindo mais o trabalho infantil para menores de 10 anos, e ainda, forneceu casas adequadas, materiais de consumo e melhores condições de trabalho aos operários. Com essas melhorias proporcionadas, conseguiu desenvolver rapidamente técnicas que aumentavam a produtividade. (PINTO, 2009; PINHEIRO, 2010).

Em sua trajetória, Owen criou a comunidade de New Harmony, a primeira aldeia cooperativa, situada nos Estados Unidos, que resultou em uma experiência malsucedida. Entretanto, suas ideias inspiraram o movimento cooperativista (PINTO, 2009; PINHEIRO, 2010).

Na ideia do cooperativismo de Owen, como forma alternativa de organização, um grupo de discípulos seus fundou a cooperativa de consumo “Probos Pioneiros de Rochdale”, constituída em 21 de dezembro de 1844, foi a experiência com maior sucesso, deixando marcas por meio de seus princípios e valores, normas estas que prevalecem atualmente com pequenas mudanças. A cooperativa de consumo marcou o movimento cooperativista como um modelo de reforma inclusiva ao mercado e não revolução, exemplo para as próximas cooperativas que viriam a se constituir (SINGER, 2002).

O anarquista Proudhon (1809-1865) foi outro importante ideólogo, foi o único proletário e o único a desenvolver uma análise econômica e política sistematizada da sociedade capitalista e a propor um sistema completo de sociedade autogerida.

Tornando-se contra grandes sistemas utópicos, Proudhon confiava na associação e nas comunidades de trabalhadores, como ação política e revolucionária, que estruturaria o trabalho produtivo e terminaria com o centralismo, ou seja, Estado. Defendia a liberdade da sociedade, considerava esse processo natural do desenvolvimento e evolução da sociedade humana e

acreditava que o indivíduo para ser coletivo carecia de ter sua liberdade segura e, a partir disso, poderia começar a conviver com os demais indivíduos do seu grupo (RÊGO; MOREIRA, 2013).

Rêgo e Moreira (2013) descrevem que:

Suas ideias em torno de uma sociedade pautada na coletividade e na valorização do indivíduo foram de grande importância para o desenvolvimento do anarquismo e para o surgimento de um discurso em torno do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária diferente da que ele observava surgir no século XIX. (RÊGO E MOREIRA, 2013, p.75)

Em que pese, sobre Proudhon foi um dos mais importantes autores do movimento anarquista, os pensadores desse movimento tinham visões bastante semelhantes ao que se busca atualmente, no que se refere à forma das organizações de trabalhadores, a primeira seria que os trabalhadores reunissem em organizações associativas, e rompessem com a natureza assalariada, tornando-se donos dos meios de produção, com direito de participar dos processos de decisões das organizações (RÊGO; MOREIRA, 2013).

Posto isto, o cooperativismo do século XIX se pautou por uma proposta autogestionária, na qual não haveria divisão do trabalho e, conseqüentemente, não haveria a separação entre o trabalho intelectual e o manual. Todos seriam donos dos meios de produção e as decisões seriam tomadas de forma coletiva, um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária (PINHEIRO, 2010; SINGER, 2018).

Em síntese, o “socialismo utópico” poderia ser definido como um conjunto de ideias que se caracterizavam pela crítica ao capitalismo, todavia, pecavam pela ingenuidade e inconsistência. Seus apoiadores empenharam-se em indicar projetos coletivos capazes de costurar um novo modo de vivência e de sociedade, baseadas no trabalho cooperativo.

Com todas as críticas colocadas pelos socialistas utópicos perante a exploração capitalista e aos problemas do desemprego e da miséria, Marx e Engels se inspiraram, mas não negaram as contribuições dos socialistas utópicos. Ao contrário, Marx e Engels entendiam que era difícil superar o capitalismo, a partir de um empreendimento cooperativo ou associado, pois esses não romperiam com o sistema do capital, e ainda teriam que competir com as empresas capitalistas, ou deveriam funcionar às margens do sistema, até serem dominantes (PITAGUARI, 2010).

Em geral, essas tentativas teriam como resultado o fracasso, como de fato aconteceu com os experimentos de Robert Owen, por exemplo. O motivo é simples: o indivíduo sempre tende a se mover rumo ao desenvolvimento das forças produtivas, pois o capitalismo surgiu a

partir da transformação das oficinas artesanais e da pequena propriedade camponesa, em grandes propriedades capitalistas, incorporando a cooperação, a divisão do trabalho e, finalmente, a maquinaria (PITAGUARI, 2010).

Marx e Engels (1982) declaram que experiências de Owen, Fourier, Saint-Simon e seus seguidores ocorreram quando a luta de classes entre o proletariado e a burguesia ainda não estava desenvolvida, em razão da organização partidária dos primeiros, pois, os socialistas utópicos não viam no proletariado uma classe capaz de realizar por si mesma sua emancipação. Ao contrário, os autores defendem que a exploração capitalista só teria fim quando os proletários se organizassem politicamente para, primeiramente, tomar o poder político e se constituir como classe dominante.

Engels (1985) sugere que, para ele e Marx, a solução do problema estaria em resolver a contradição fundamental, simplesmente socializando os meios de produção que pertencem à burguesia. Para isso, seria necessário realizar uma revolução social e política com a finalidade de constituir um Estado Socialista, o qual teria a incumbência de expropriar as empresas, transformando-as em propriedades coletivas de todos(as) os(as) trabalhadores(as) da nação, e, a seguir, planificar a produção para atender a necessidade de todos(as). Ao mesmo tempo, é necessário alterar a regulação da produção pelo mercado, pela proposta da economia, e extinguir todo tipo de diferenças entre classes, e entre os(as) trabalhadores(as) através da educação (PITAGUARI, 2010).

Por um curto período, essas iniciativas coletivas visando um processo sucessivo de socialização da produção, como aqueles exemplos praticado pelos socialistas utópicos mantiveram ocultos diante da perda do interesse dos trabalhadores por dois motivos. Primeiro, os trabalhadores não viam mais na revolução socialista uma utopia, mas sim algo concreto, e segundo, com o avançamento da organização dos trabalhadores em sindicatos foram ganhando uma série de direitos (PITAGUARI, 2010).

Segundo Singer (2002, p. 110), “surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e de 1970) e se acomodou no assalariamento”. Por outro lado, Singer também alerta que o cooperativismo não parou de crescer desde Owen, mas acabou se degenerando de forma acentuada.

Assim, a economia solidária busca resgatar as lutas históricas dos trabalhadores (as), que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de um novo cooperativismo, que, por sua vez, é diferente do cooperativismo tradicional do século XIX, devido a burocratização e

degeneração que sofreu durante o percurso, perdendo sua essência de cooperativas igualitárias e democráticas (SOUZA, 2003; VERONESE *et al.* 2017).

Importante vislumbrar que a economia solidária não atua da mesma forma que o cooperativismo tradicional, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, pois essa agrupa empreendimentos cooperativistas que transmitem procedimentos de organização de empreendimentos capitalistas tradicionais, como a busca por eficiência e gestão baseada, sobretudo, no modo capitalista.

Diferentemente, a economia solidária está relacionada ao cooperativismo popular, a partir da geração de pequenas iniciativas de trabalho associativo. Nessa lógica, a tendência da economia solidária é ir além do cooperativismo tradicional, abrangendo formas de organização econômica, seguindo, no entanto, os critérios de economias igualitárias, democráticas, solidarismo social e econômico, ou seja, “são empreendimentos baseados em valores coletivos, não individualistas” (SOUZA, 2003, p. 38).

Assim, a economia solidária se apresenta como uma das formas de resistência ao capitalismo e suas consequências perversas no campo social e econômico para uma parcela significativa da sociedade. Diante disso, a economia solidária surge fortemente no cenário brasileiro na década de 1990, devido a fatores de resgate a luta dos trabalhadores contra a exploração do trabalho humano, e se apresentando uma nova forma alternativa de enfrentamento ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos (LEITE, 2009; PINHEIRO, 2010; DINIZ, 2017).

De acordo com Andrada e Esteves (2017), no Brasil, a economia solidária se intensificou no final do Século XX, em um momento de enorme crise econômica e social e trazendo consigo altas taxas de desemprego, possibilitando o surgimento de alternativas de empreendimentos, rompendo com as organizações tradicionais, visando uma outra forma de economia que não visasse apenas o Estado e o mercado, mas uma alternativa de organização que visa uma relação coletiva e solidária, que almeja a melhoria na qualidade de vida das pessoas e dos trabalhadores informais (FRANÇA FILHO, 2001; PINHEIRO, 2010; SANTOS, 2010).

França Filho (2006) também afirma que a economia solidária partiu de iniciativas de diferentes atores sociais, principalmente por organizações da sociedade civil, são elas: organizações não governamentais, igrejas, movimentos sociais, as universidades através das incubadoras de cooperativas populares que visam apoiar as iniciativas associativas comunitárias, constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e

comercialização e feiras de cooperativismo e economia solidária, dentre outras, como formas alternativas dos trabalhadores contra a exclusão e exploração no mundo do trabalho (ANDRADA;ESTEVES, 2017).

2.1.2 Conceitos e Contextos da Economia Solidária pela América Latina

O fenômeno da economia solidária pode ser esclarecido a partir de uma ampla contribuição teórica de autores que, apesar de terem alguns pontos em comum, assumem diferentes perspectivas. Neste cenário, é difícil compreender o momento exato em que o termo de economia solidária emergiu na América Latina (especialmente no Brasil, Argentina e Chile), dado que, vários autores reivindicam para si o ineditismo na construção do conceito (CRUZ, 2006).

Então, pode-se dizer que o termo economia solidária depende do aspecto que se está observando, possuindo assim, múltiplos sentidos e usos. Para esse respectivo estudo optou-se por separar os conceitos dos autores a partir de duas percepções, nessa primeira abordagem, busca-se apresentar os conceitos dos autores Luis Razeto e José Luis Coraggio, que compreendem a economia solidária enquanto proposta alternativa de organização do trabalho para os setores populares (CRUZ, 2006; SANTOS, 2010; GUERRA, 2014).

De acordo com a percepção desses autores supramencionados, essa abordagem não defende uma ideia de ajuda aos mais pobres e, sim, um desenvolvimento do movimento de economia solidária, de forma sustentável, para transposição dos limites de mera subsistência dos excluídos do mercado de trabalho formal (GUERRA, 2014). No Quadro 1, é possível verificar a definição dos conceitos de acordo com o respectivo autor.

Quadro 1 - Definição de Economia Solidária na visão Alternativa de organização do trabalho para os Setores Populares

Autor	Nomenclatura	Percepções	Conceito
Luis Razeto	Economia de solidariedade	Alternativa de organização do trabalho para os Setores Populares	“Um modo especial de fazer economia – de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e de se desenvolver -, o qual apresenta conjunto de características próprias aos modos econômicos capitalistas” (RAZETO, 2005, p. 39).
José Luis Coraggio	Economia do trabalho		“A economia do trabalho alude às formas de organização da produção de acordo com uma lógica reprodutiva da vida” (CORAGGIO, 2009, p.120).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores (2021).

Apesar da disputa na originalidade do conceito ou definição da economia solidária na América Latina, os estudos de Cruz (2006) apontam que o primeiro teórico a tentar conceituar a economia solidária trata-se de Luis Razeto, nascido no Chile, que apresenta em 1984, o termo “economia da solidariedade” como forma de verificar experiências econômicas com traços cooperativos ou associativos procedentes da economia popular, com traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão, assim se diferenciando de outras organizações econômicas (SANTOS, 2010).

Contudo, na visão de Razeto (2005), a economia da solidariedade apresenta-se como uma busca por uma nova estrutura de sociedade. Sendo essa caracterizada por princípios como cooperação, comunidade, coletividade etc., porém, o autor chama atenção para o fato de que em algumas experiências de economia popular podemos não encontrar traços de cooperação, coletividade, ou seja, nem toda a economia popular é economia solidária, nem toda economia solidária é parte da economia popular (RAZETO, 2005). Já há experiências de economia solidária, mesmo que poucos, não fazendo parte da economia popular, como descreve Santos (2010):

Uma vez que há experiências de economia solidária – mesmo que minoria – que não são oriundas do “popular”, sendo formadas por outros segmentos sociais que buscam orientar suas práticas, tendo em vista a solidariedade e a autogestão (por exemplo, as cooperativas de profissionais liberais). (SANTOS, 2010, p.87)

Assim, compreende-se que Razeto (2005) considera a economia de solidariedade uma alternativa que se contrapõe ao capitalismo por envolver setores do trabalho e não do capital, mas que se preocupa com o bem comum, capaz de fortalecer outra cultura baseada na solidariedade e no trabalho (SANTOS, 2010). Ainda para Razeto (2005), a economia da solidariedade cria a oportunidade de relação comunitária, com indivíduos autônomos, que visa o bem comum, apto a proporcionar um progresso baseado no trabalho e na solidariedade.

Por sua vez, a economia solidária para Coraggio (2003) corresponde à proposta de economia alternativa baseada no trabalho. Após presenciar o desmonte do Estado desenvolvimentista na Argentina, Coraggio se dedicou a estudar estratégias de sobrevivência da população excluída e a alternativa encontrada foi com o olhar de uma economia popular, mas com o viés para a reprodução da vida e não do capital, sendo este fato que diferencia economia popular de outros setores econômicos.

Na visão do autor evidenciado, a economia popular emerge de uma proposta de desenvolvimentos do local que se apresente como um conjunto amplo de iniciativas, relações e

redes, nas quais podem ser formados por iniciativas de diversos tipos: cooperativos, autogestionários, informais, familiares, clubes de troca etc., definidos a partir de uma característica de trabalho como elemento de reprodução (GUERRA, 2014).

Em síntese, esta abordagem aponta que a economia solidária poderá ser compreendida como um fenômeno que vai além de questões simplesmente econômicas, mas também como novas formas de atuações sociais e pessoais, pautados na cooperação, na solidariedade, no mutualismo e na autogestão (GUERRA, 2014).

Além de Razeto e Coraggio, outros autores latino-americanos debruçaram-se na compreensão da economia solidária na América Latina, entretanto, com uma outra abordagem em que se refere à economia solidária como proposta de alternativa ao modo de produção capitalista na qual se apresenta como uma resposta dos trabalhadores(as) diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com a finalidade de novas perspectivas de geração de trabalho e renda (CRUZ, 2006; SANTOS, 2010; GUERRA, 2014). Para essa abordagem são apresentadas as ideias de Paul Singer, Luis Gaiger e Genauto França Filho, como é possível verificar no Quadro 2.

Quadro 2 - Definição de Economia Solidária na visão de autores na Alternativa ao Modo de Produção Capitalista

Autor	Nomenclatura	Percepções	Conceito
Paul Singer	Economia Solidária	Alternativa ao Modo de Produção Capitalista	"É outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual." (SINGER, 2002, p.10)
Luis Gaiger			"Um conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadão" (GAIGER, 2009, p.85)
Genauto França Filho	Economia plural		"É um fenômeno novo, que contém elementos para a reflexão e prática de um renovado modo de gestão pública" (FRANÇA FILHO, 2002, p.9).

Fonte: Elaborado pela autora com bases nos autores (2021).

No ponto de vista teórico de Singer (2002) a economia solidária se apresenta como uma ideia de contraponto ao sistema do capital, ou seja, criam possibilidades de surgimento de outras formas de organizações econômicas solidárias, cujo sentido é ao contrário da lógica de produção dominante. Pois, na lógica solidária os trabalhadores se propõem a trabalhar no coletivo e passam a ser donos dos meios de produção, onde o controle e o poder decisão é de todos do empreendimento (ADAMS, 2010).

Por essa razão é que a economia solidária é entendida provavelmente como uma estratégia de luta do movimento popular e operário do Brasil contra o desemprego e a exclusão social (CRUZ, 2006; GUERRA, 2010; PINHEIRO 2013).

De acordo com Guerra (*apud* SINGER, 2000, p. 138):

(...) A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente.

Nesse sentido, para que a economia solidária fomentada é essencial que os indivíduos sejam unidos e solidários, possibilitando assim a partilha conjunta entre os membros, uma forma de evitar a competição entre si e se propõe a ser uma economia desalienante, que oferece um ambiente de trabalho muito melhor, mais igualitário em vez de hierárquico (SINGER, 2002).

Segundo Singer (2002, p. 86), “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque não é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa”. Para o autor, o aumento da economia solidária surge no contexto das crises sociais que a competição dos capitais privados. A partir dessa realidade que supostamente impulsiona o desenvolvimento de outros modos de produção.

Primeiramente, a atividade econômica brasileira se compõe, desde o início por diferentes modelos de produção, que convivem e competem entre si que, é o modo de produção capitalista, o qual se define pela propriedade privada dos meios de produção e pelo assalariamento, a divisão do trabalho entre empregadores e empregados e a finalidade do lucro máximo, que o distingue de outros modos de produção (SINGER, 2002).

O mesmo autor salienta que outro modelo de produção é a produção simples ou a pequena produção de mercadorias, que se compõe de empreendimentos familiares, individuais, independentes e que competem entre si e com empreendimentos capitalistas (SINGER, 2002). Todos os modos de produção mencionados têm uma coisa em comum: a busca pela geração de trabalho e renda para os trabalhadores(as). Contudo, o que os diferencia é a divisão do trabalho e a divisão de renda que se propõem (SINGER, 2002).

Apesar de a economia solidária buscar ser um contraponto ao capitalismo, é importante reconhecer que os empreendimentos necessitam comercializar seus produtos e serviços, uma vez que a inserção destes no mercado capitalista é necessária. É neste contexto que os desafios

surtem, pois necessitam conhecer o mercado e se adequarem aos preços e demandas, o que faz com que esses empreendimentos busquem ser competitivos considerando os concorrentes.

Nesse sentido, o desafio é maior do que o das empresas tradicionais, pois ao mesmo tempo tem que apresentar produtos e preços compatíveis com o mercado, necessitam proporcionar o bem-estar dos trabalhadores(as), ao meio ambiente e a sociedade.

A economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. [...] ela terá que alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro científico-tecnológico solidários (SINGER, 2002, p.120-121).

O desenvolvimento de diferentes práticas de produzir e viver são processos constantes e intermináveis, para isso, é indispensável compreender a economia solidária e o cooperativismo solidário como um modelo de desenvolvimento social e econômico, mas sempre pensando e reformulando novas práticas para que a sociedade consiga chegar mais próximo possível a uma simples resposta a incompetência do capitalismo de unir perante sua economia todos os indivíduos da sociedade (SILVA; SILVA, 2008; GUERRA, 2014).

O autor Gaiger (2000, p.187) sugere a mudança no modo de produção, mas, sobretudo uma mudança da forma social de produção que, na sua visão, o “capitalismo reduz a uma parcela mínima aqueles que podem usufruir das benesses do desenvolvimento. Enquanto exatamente por se contrapõem a isso, as cooperativas teriam a possibilidade e a tendência a generalizar esses benefícios”. Por isso que Gaiger (2003) entende que o fortalecimento da economia solidária a partir dos EESs são base para a restauração do meio social que predomina os grupos populares, isto é, a economia solidária é uma parte da economia dos setores populares (SANTOS, 2010).

Na sequência, para o autor a economia solidária é uma alternativa de produção diferente do modo de produção capitalista porque os vínculos sociais de produção desenvolvidas nos EESs são distintos da forma assalariada, pois na sua forma assalariada o trabalhador é mantido na condição de explorado, acompanhado ainda do individualismo, da competição e da dominação. Em contrapartida, pode ser minimizada quando as relações de trabalho mudam para a lógica solidária de geração de renda, com maior predominância da solidariedade, cooperação e reciprocidade (SINGER, 2002).

A economia solidária tende a enfrentar esse problema, uma vez que atua em *um modus operandi* contrário à lógica da acumulação de capital, pois visa à redistribuição da renda por meio de trabalho coletivo e solidário (SINGER, 2002).

Na visão de França Filho (2002) a economia solidária se define a partir de um conceito, noção ou de um novo fenômeno. O termo identifica uma série de iniciativas organizacionais registradas na prática atual e voltadas para novos modelos de solidariedade. O autor amplia ainda mais sua concepção para uma economia plural composta de diversos setores, desde a economia de mercado até a de não mercado e, se organiza a partir de fatores humanos, proporcionando o surgimento de laços sociais valorizados através da reciprocidade e ação coletiva (FRANÇA FILHO, 2007).

Nesse ínterim, para França Filho e Laville (2004), alguns economistas deixam de lado outros princípios do desempenho econômico que foram apresentados por Karl Polanyi³, entre eles os princípios do mercado, da redistribuição, da reciprocidade e da domesticidade. Para o autor França Filho (2007) a economia mercantil é determinada pelo cálculo utilitário, conduzido pelo mercado em constante competição e eventual equilíbrio entre oferta e demanda.

Já o princípio da redistribuição se refere a obrigação em que uma autoridade por meio de regras armazena e distribui a produção. Logo, o princípio chamado reciprocidade está ligado na troca de dádivas que tem por objetivo criar ou reforçar laços sociais entre os membros da sociedade. Por fim, o princípio da domesticidade versa sobre a reciprocidade a um grupo fechado, a produção domiciliar (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Consoante, o autor França Filho (2007) complementou os princípios de regulação apresentados por Karl Polanyi com os recursos econômicos correspondentes e assim estabeleceu:

Uma economia mercantil: fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário. Neste tipo de troca/relação, o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço ou da relação social, que se busca numa lógica recíproca.

Uma economia não mercantil: fundada no princípio da redistribuição. É marcada pela verticalização da relação de troca e por seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

Uma economia não monetária: fundada no princípio da reciprocidade, ou seja, um tipo de relação de troca orientada principalmente pela lógica da dádiva. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 159).

O Professor Genauto França Filho utiliza em grande medida a abordagem de Karl Polanyi para construção da sua base conceitual sobre Economia Solidária, assim como sobre o entendimento do funcionamento da economia. Cabe salientar que nesse trabalho não adentraremos a abordagem de Karl Polanyi.

A classificação e o conceito utilizados por França Filho e Laville (2004), buscam expor que os comportamentos que embora econômicos, não se baseiam apenas no mercado, mas são características que estão inseridas numa realidade de EES com o viés de economia híbrida que concentra diferentes sentidos e cujo efeito está no equilíbrio da gestão, das tensões causadas por sua natureza (FRANÇA FILHO, 2007). Mantendo o agrupamento que é exposto por França Filho (2007), é possível estabelecer correspondentes institucionais que representam cada modelo de economia na qual, a economia mercantil é representada pelo mercado, a economia não mercantil refere-se ao Estado e a economia não monetária é representada pela esfera sociedade civil (FRANÇA FILHO, 2007).

As mudanças provocadas pela lógica do mercado no mundo do trabalho e na organização econômica brasileira estão causando um forte processo de ampliação de novas alternativas de organização do trabalho. É nesse sentido, que a economia solidária surge na busca de reduzir os efeitos negativos do capitalismo sobre o mercado de trabalho, falta de renda dos indivíduos e o aumento do desemprego e, por fim, gerando exclusão de uma parcela dos trabalhadores do mercado de trabalho formal (SILVA, 2015).

Em um sentido geral Fernandes; Moreira (2011) descrevem:

A economia solidária se apresenta como uma alternativa inovadora, que se preocupa em humanizar as relações econômicas com as necessidades sociais. Dela, em vários espaços geográficos do mundo, surgem práticas de relações econômicas e sociais baseadas em princípios que colidem frontalmente com os adotados pelo capitalismo convencional. O mesmo capitalismo que é capaz de vestir com retórica "modista", uma prática secular de criar diferenças sociais e econômicas intransponíveis e de segregar classes sociais menos favorecidas. (FERNANDES; MOREIRA, 2011, p. 1)

De modo geral, a perspectiva da economia solidária se apresenta em contraposição ao capitalismo ou ao sistema econômico hegemônico, já que promove a superação de problemas da realidade social, como a precarização do trabalho, a exclusão social, o aumento das desigualdades econômicas e sociais, a pobreza, a poluição ambiental e promove, por outro lado, uma melhor qualidade de vida para grupos excluídos por adotar práticas que se baseiam na cooperação, solidariedade, autogestão e nos valores culturais (SILVA, 2015). Além disso, orienta-se como uma outra forma de regulação social, como uma via para o desenvolvimento solidário, como descreve SINGER (2004):

(...) um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p. 1)

Isso proporciona que o desenvolvimento solidário emerge da prática que envolve várias iniciativas, que se coloca como uma alternativa para diminuição da informalidade, possibilitando assim a criação de novas alternativas de empreendimentos que de fato levem a redistribuir o acesso à trabalho e renda, de maneira a estabelecer um maior equilíbrio entre as diferentes classes (SILVA, 2015).

Independente da divisão das abordagens, percebe-se que há características comuns a todos estes conceitos. Em primeiro, nota-se o ressurgimento do movimento de economia solidária, todos os autores acreditam que o aumento do desemprego, juntamente com a crise econômica que é uma de suas causas. Em segundo, uma concordância sobre a democratização das relações de trabalho ocasionadas por esta economia solidária.

Estas são apenas algumas das ponderações teóricas em torno das práticas de economia solidária, cada autor compreende a economia solidária sob diversas nomenclaturas e percepções, como observado no decorrer da subseção, mas, acima de tudo, foi possível demonstrar que na América Latina, há um debate qualificado que pretende estabelecer a economia solidária como campo reconhecido de ações e ideias.

De toda forma, e com todos os desafios conceituais que cercam o assunto, é possível trabalhar na perspectiva de um modo de produção que se opõe às relações de produção do modo de produção capitalista.

2.1.3 Princípios da Economia Solidária

Primeiramente, para que um empreendimento seja considerado solidário este deve seguir alguns princípios. Mensura Gaiger (2004) que as características de um EES giram em torno de oito princípios, que se espera ser internalizados na compreensão e na prática das iniciativas associativas: autogestão, democracia, participação, solidariedade, cooperação, atividade econômica, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Estes princípios certamente refletem as características de um EESs, alguns podem estar mais ou menos incorporados no cotidiano das atividades de cada empreendimento. Assim são pormenorizados cada um desses princípios, tendo como bases os 8 princípios descritos por Gaiger (2004).

O princípio da *Atividade Econômica* refere-se a autonomia financeira, recursos e informações para assegurar as iniciativas. Entretanto, o empreendimento deve se dedicar a produzir bens ou prestar serviços de modo a que não fique dependente de nenhuma outra

entidade financeiramente, sua produção deve ser responsável pela sua viabilidade econômica em curto e longo prazos, ou seja, esse é um dos maiores desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários (CARVALHO, 2008).

O princípio da *Responsabilidade Social* possui uma ligação com as ações interna e externa dos EESs, em que busca atuar com ética na relação entre a organização e aos cooperados, associados, compradores, vendedores, meio ambiente, município, comunidade e toda a sociedade envolvida nessa relação. Porém, para que isso ocorra de forma responsável, o empreendimento necessita atender os interesses de todas as partes, a tomada de decisão orientada eticamente com o bem-estar da coletividade, comprometida em proporcionar a qualidade de vida, o interesse da população (SOUZA, 2006; CHAVES *et al.* 2009).

O princípio da *Solidariedade* está ligado ao caráter humanístico dessas iniciativas baseado pela reciprocidade, igualdade, e pela necessidade de organização para produzir, ou seja, não é apenas ajudar, mas é informar, compartilhar o que sabe e transmitir conhecimentos, de uma forma mais justa de distribuição de resultados e proporcionar uma qualidade de vida dos indivíduos. E nas relações que se constituem com a comunidade local; na atuação ativa nas técnicas de desenvolvimento sustentável; nas relações com os outros movimentos sociais e populares; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores(as); e no respeito aos direitos dos trabalhadores(as) (CARVALHO, 2008; GAIGER; LAVILLE, 2009).

Segundo os autores Gaiger e Laville (2009, p.162) esses afirmam que “a solidariedade é estendida aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente, via mobilização de trabalhadores desempregados e via serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo”. Uma vez que envolve o comprometimento com o local e seu desenvolvimento; o compromisso com o meio ambiente e com outros movimentos sociais; a promover o comércio justo e do consumo responsável, dentre outras manifestações.

Em resumo, a solidariedade está na “preocupação com o bem-estar daqueles que consomem seus produtos e/ou serviços, denotando solidariedade com os mesmos” (CULTI *et al.*, 2010, p. 80).

O princípio da *Cooperação* tem a intenção de conduzir as relações de troca recíproca e não pela competitividade, ou seja, se guia o processo de trabalho individual para o trabalho coletivo, onde trabalha-se em conjunto com seu parceiro, ocorrendo assim da união dos esforços e capacidades, divisão dos resultados e responsabilidade diante das dificuldades encontradas.

Nesse sentido, esse princípio se opõe à noção de competição, pois ao cooperar a equipe de trabalhadores(as) se reúne em torno dos mesmos objetivos e abandonado viés da competição

entre si. Logo, a união de esforços e com as competências dos integrantes do empreendimento faz com que se atinjam os objetivos e interesses em prol do coletivo. Quando as relações entre os cooperados(as) do empreendimento são fundamentadas na cooperação, há compartilhamento dos saberes, das responsabilidades à frente dos problemas e dos resultados (GAIGER, 2004; CULTI *et al*, 2010; VERONESE; SCHOLZ, 2013).

A forma de enxergar esse princípio é a partir das constituições de redes solidárias que obrigatoriamente funcionam pautadas na cooperação, tornando-se indispensável para a expansão desse modelo econômico. As redes são uma clara alternativa na luta contra a desigualdade existente, além de incentivar ainda mais àqueles que apoiam este modelo que reúne em sua filosofia valores e princípios que vão além da individualidade de cada cidadão (CARVALHO, 2008; MANCE, 2009).

O princípio do *Desenvolvimento Humano* conduz ao desenvolvimento da liberdade e da autonomia dos indivíduos. É um processo que propõem a expansão dos conhecimentos para que os cooperados ou associados possam levar o tipo de vida que eles (as) valorizam, podendo ser considerados como agentes executores da mudança, pois possuem nas suas mãos a liberdade de decidir (ZEELAND, 2016).

Para melhor aproveitamento desse princípio o mesmo autor comenta que o processo de participação e democracia são fundamentais, pois estão entre os elementos essenciais do desenvolvimento humano. Além disso, o processo democrático não deve ser apenas a possibilidade de voto, mas deve proporcionar oportunidade para o debate público com total acesso à informação e participação ativa na sociedade (ZEELAND, 2016).

Apesar disso, esse princípio requer o envolvimento de todos do empreendimento, sendo um processo lento e constante, que precisa ser trabalhado no dia a dia, exigindo métodos que possibilitem e ajude seus cooperados ou associados a entenderem que esse caminho é praticável, pois promove a cooperação, solidariedade, participação e a democracia e acima de tudo oportuniza uma melhor qualidade de vida não apenas para os seus integrantes, mas para a comunidade toda e para as gerações futuras (ZEELAND, 2016).

Os princípios da *Autogestão, Democracia e Participação* fecham o *roll* dos princípios da economia solidária apresentados nessa pesquisa, são considerados por pesquisadores da área como os princípios mais importantes e ao mesmo tempo a autogestão passa ser um dos grandes desafios desses empreendimentos, esses princípios estão relacionados a forma como os participantes dos empreendimentos se colocam na gestão e visam que , todos os trabalhadores

tenham a oportunidade de participar de todo o processo coletivo e assim gerar igualdade entre os pares.

Nesse sentido, segundo Albuquerque (2003), a autogestão pode ser caracterizada como o “exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais”(ALBUQUERQUE, 2003, p.20).

Porém, a autogestão é um processo complexo que parte de práticas sociais onde aparecem conflitos e discórdias sobre tais opiniões ou decisões e tais conflitos devem ser avaliados como pontos positivos, isso se, os cooperados ou associados estão argumentando e se posicionando perante as tomadas de decisões, significa que estão participando (ALBUQUERQUE, 2003). É por meio desse processo participativo perante as decisões, definições de estratégias e diante de adversidades cotidianas que vão surgindo e também que se começa a perceber os interesses dos integrantes em prol do coletivo, ou seja, não vem de fora, mas de cada integrante (CULTI *et al*, 2010).

Vale destacar que em um empreendimento autogestionário não se aliena e sequer expõe seus membros a forma hierárquica, pois antes de tudo, se baseia na igualdade de todos(as) que possibilita a formação da autonomia de cada um, dado que cada associado(a) deverá ser gestor (a), debatendo em coletivo quais são as ações prioritárias, como férias, ganhos financeiros, rotatividade nas funções, etc. Diante disso, diversos autores consideram a autogestão um processo difícil, sendo um dos maiores desafios dessas organizações, pois o cooperado (a) é ao mesmo tempo seu próprio gestor (a) (CULTI *et al*, 2010; VERONESE; SCHOLZ, 2013).

Entretanto, Singer (2002) ainda destaca que nem sempre a autogestão é atingida, e, alguns desses empreendimentos são conduzidos por gestores assalariados, que comandam os trabalhadores. Porém, nesse modelo, os gestores podem ser depositos e substituídos por decisão dos cooperados ou associados e para alguns empreendimentos isso dificilmente acontece, pois monopolizam toda a capacidade administrativa guardada durante a trajetória do empreendimento. Por isso que as iniciativas com menores cooperados ou associados são conduzidas pelos próprios trabalhadores (as), cada um participando nas decisões com um voto, proporcionando a gestão democrática (SINGER, 2002).

A gestão democrática pelos associados, diz que “as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões [...]” (SESCOOP/RS, 2018). Nesse princípio

vislumbrado que será utilizado para conduzir o tema de autogestão, pois é mencionado que a gestão do empreendimento deverá ser realizada conjuntamente pelos cooperados/associados (as), tendo cada membro direito a um voto.

De acordo com Singer (2002) a democracia direta, o cooperado ou associado, tem o direito de um voto, ocorrendo em assembleia, para essas iniciativas é a principal instância de decisão, demanda a participação horizontal dos trabalhadores (as), de forma que não mostrem hierarquias ou separação entre os que decidem e os que exercem. Até o momento em que seja necessária uma divisão de tarefas por qualidade e isso provoque uma diferença entre as esferas administrativas e de execuções e, as decisões e demandas devem fluir de “baixo para cima” (SINGER, 2002, p.18).

A gestão democrática busca lutar contra toda forma de exploração, privatização de trabalhadores (as), frisando o valor da cidadania, a gestão democrática do poder, assegurando que todos os integrantes, com condições iguais de participar e decidir e, não apenas sobre as atividades braçais, mas também nas demais esferas da sociedade (CULTI *et al*, 2010; VERONESE; SCHOLZ, 2013).

Para que a gestão democrática seja conduzida de forma correta é dever dos cooperados ou associados participarem de todas as instâncias do empreendimento, desde a tomada de decisão, a valorização das culturas locais, a distribuição justa das sobras, a reciprocidade. Quando isso ocorre permite aos sujeitos um sentimento de pertencimento e atendimento de seus desejos, além de que, desenvolve um processo de envolvimento construído e pensado de maneira a despertar a participação de todos. Além do mais, promove a igualdade de gênero que visa ainda mais incentivar a participação, mediante relações igualitárias entre mulheres e homens e entre indivíduos de diferentes idades, em uma dinâmica que permite o comprometimento igualitário no processo de evolução, na tomada de decisões e na gestão da organização (SANTOS, 2014). Entretanto, cabe frisar que a participação é um processo constante e contínuo, não existe participação concluída, nem pronta, mas sim como um processo diário (CULTI *et al*, 2010).

Sobre os autores Szul e Moura (2017) os mesmos compreendem que o diferencial desses empreendimentos está na forma da gestão, que proporciona a igualdade, a democracia, a solidariedade e participação dos indivíduos dentro dos empreendimentos. Portanto, um modelo que permite que os sujeitos sejam donos e, assim consequentemente, rompe com a hierarquização, o trabalhador não cumpre as ordens de superiores.

Com isso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto pois, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Mas, importante destacar que quando trabalhamos com o foco apenas no trabalho e na renda, os princípios da economia solidária podem ser perdidos, visto que a lógica do capital está tão enraizada nos indivíduos que as vezes acabamos cedendo ao sistema capitalista. Porém, antes de finalizar essa seção, apresento um quadro com a síntese dos princípios da economia solidária e suas características, conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Síntese dos Princípios da Economia Solidária e Suas Características

Princípios	Características
Autogestão	Exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos. Todo(as) têm o mesmo o direito de participação.
Democracia	O(a) associado(a), tem o direito de um voto, ocorrendo em assembleia, é a principal instância de decisão, demanda a participação horizontal dos trabalhadores (as), de forma que não mostrem hierarquias ou separação entre os que decidem e os que exercem.
Participação	Participação nos debates e decisões, com conhecimento de causa, de todos os envolvidos no processo.
Solidariedade	Baseado pela reciprocidade, igualdade, e pela necessidade de organização para produzir, ou seja, não é apenas ajudar, mas é informar, compartilhar o que sabe.
Cooperação	Tem a intenção de conduzir as relações de troca recíproca e não pela competitividade.
Atividade Econômica	Autonomia financeira, recursos e informações para assegurar as iniciativas.
Desenvolvimento Humano	Conduz ao desenvolvimento da liberdade, da autonomia dos indivíduos.
Responsabilidade Social	Busca atuar com ética na relação entre a organização e os cooperados, associados, compradores, vendedores, meio ambiente, município, comunidade e toda a sociedade envolvida nessa relação.

Fonte: Baseado em Gaiger, 2004; Carvalho, 2008; Chaves et al. 2009; Culti *et al*, 2010.

2.1.4 A Lógica Solidária X Lógica Mercantil

Vivemos em uma sociedade voltada para a geração de valor, acumulação de riqueza e que preza as relações individuais. Essa lógica incentiva os processos competitivos e isso consequentemente refere nas relações comerciais. No contraponto dessa lógica é que os empreendimentos solidários foram pensados e constituídos, pois o que se visam é a distribuição

de riqueza, a gestão compartilhada e democrática e, principalmente, a cooperação entre pessoas que possuem interesses em comum (FRANÇA FILHO, 2004; SILVA JÚNIOR, 2004).

O grande desafio dos EESs é saber contrabalançar os aspectos econômicos e sociais presentes neste tipo de empreendimento, pois se por um lado são empresas que estão no mercado, que produzem e comercializam, e que inevitavelmente necessitam ter saúde financeira e sustentabilidade econômica, por outro lado devem ser uma associação de pessoas, onde os fatores sociais devem estar sempre presentes, com isso no processo de gestão das cooperativas ou associações deve-se buscar sempre o equilíbrio entre as dimensões econômicas e sociais (SILVA JÚNIOR, 2004).

As cooperativas ou associações têm como características o fato de ser uma empresa/associação, tendo assim, duas dimensões, a social e a econômica. O empreendimento solidário pode ser entendido como uma forma de organização social e econômica, sempre impulsionando as pessoas para o avanço do fator econômico junto do fator social, mantendo assim um equilíbrio entre os dois fatores (SOUZA *et al*, 2014).

Os desafios dos EESs na sua atuação no mercado deve sempre buscar o equilíbrio entre as dimensões social e econômica, para que se consiga equalizar as necessidades de um empreendimento que está no mercado, mas que ao mesmo tempo compreenda que as demandas sociais (dos seus cooperados(as) são os fatores fundantes do empreendimento (SOUZA *et. al*, 2014).

Neste sentido, ao trabalhar de forma equilibrada as dimensões ou natureza como Souza *et. al* (2014) discorrem, podemos compreender que a dimensão social deve promover ações de educação, cultura e informação, que são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos associados(as), bem como da associação. Sendo esse um dos principais fatores que diferenciam os EES das empresas tradicionais.

Segundo os escritores Schneider; Hendges (2006) estes descrevem que ao se dizer que os EES não têm o objetivo de gerar lucro, isso não pode ser confundido como se ela fosse uma entidade beneficente. Pois, as associações ou cooperativas realizam funções econômicas, por meio de uma empresa, mas sempre vinculadas ao social, no intuito de prestar serviços que visem satisfazer as necessidades das pessoas (necessidades de alimentação, habitação, trabalho e renda, saúde, lazer, vida digna, etc.). Com isso, sua filosofia deve ser a de “afirmar a primazia do fator trabalho sobre o capital, reconhecendo, porém, no capital, um meio importante para o desenvolvimento e a consolidação das cooperativas na sua dimensão empresarial” (SCHNEIDER; HENDGES, 2006, p.34).

Essa lógica se destaca a partir das relações de proximidade e da comunidade, pela procura dos interesses sociais e coletivos para supra os interesses individuais, promovendo a cultura da cooperação e o fortalecimento de relações informais como elemento principal das organizações (SILVA JÚNIOR, 2004).

É importante destacar ainda que a lógica solidária sob o ponto de vista econômico se apresenta como uma forte parceria, pois possibilita um aumento de produção, garantindo trabalho, além de ser uma forma de superação para pessoas que muitas vezes se encontram em crise financeira, gerando renda a famílias necessitadas, para suprir ao menos as necessidades básicas (BARBOSA, 2014).

Já pela lógica mercantil, o mercado pode exercer forte pressão sobre os EESs em virtude da economia capitalista que impede o desenvolvimento, ocasionando assim, inúmeras contradições para a gestão dos EESs, pois, traz a lógica da busca pelo lucro por meio das relações de compra e venda fundamentada pelas regras de mercado, com a valorização da competição, formando hierarquias na organização (SILVA JÚNIOR, 2004).

Conforme Jerônimo *et al.* (2006), por conta da competição no mercado, os EESs acabam encontrando dificuldades, pois se deparam com a voracidade das empresas que desejam acima de tudo obter lucros e mais lucros, sendo assim os fatores sociais, a valorização dos trabalhadores, a qualidade dos produtos e serviços prestados passam muitas vezes a serem questões acessórias, fazendo com que os EESs tenham muitas adversidades, pois como atuam em uma outra lógica têm dificuldades para lidar com seus concorrentes (SILVA JÚNIOR, 2004).

O termo competição manifesta a realidade de mercado onde alguns integrantes têm o poder de interferir no preço ou na qualidade do produto. Para estabelecer essa realidade, que é totalmente irreal, precisaríamos de informação perfeita global em relação à totalidade dos eventos e os potenciais do mercado (KIRZNER, 2012). O ambiente onde se encontram, além de desempenhar pressão contrária, ao desenvolvimento da lógica solidária, também atinge de maneira profunda o seu funcionamento interno.

Entretanto, temos que considerar que alguns dos EESs atuam em um mercado que é altamente competitivo, e que ao ingressarem estão sujeitas às condições impostas pelos concorrentes, pelos fornecedores, pelos clientes, pelo governo e por outros atores que participam nas relações comerciais. Segundo Presno (2001, p. 120) descreve que as pressões para que as cooperativas “se “empresarializem” têm sido fortes e crescentes. Entretanto, tais

mudanças, se levadas além de determinados limites que distorçam sua própria identidade, podem afetar a dinâmica interna das cooperativas e sua relação com seus cooperados.”

Com isso, passam a necessitar de uma boa gestão para que, assim, possam sobreviver no mercado. Porém, encontra-se diversas dificuldades na gestão dessas organizações seja pela sua cultura interna, pelos poucos recursos que dispõem, pelos problemas na tomada de decisão, entre outros (BARBOSA, 2014).

Buscando se manterem competitivas em mercados cada vez mais disputados, os EES precisam manter em equilíbrio os fatores sociais e os fatores econômicos para não colocarem em risco os seus princípios e se desvirtuarem de seus valores, porém, isso nem sempre é fácil. Por esse viés que os princípios da economia solidária servem como alicerce para construção dos empreendimentos solidários e tem o propósito de guiar e apresentar o modo de execução das organizações que a compõem, como elementos constituidores, e assim tentando de uma forma ou de outra manter o viés solidário, porém, sem a presença de um desses componentes não é possível caracterizá-los como empreendimentos solidários (LEAL; RODRIGUES, 2011).

2.2 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Em suma, muitos EESs surgem em resposta às necessidades impostas pelo capitalismo, sendo proveniente do aumento de desemprego que assola nosso país; de grupos de indivíduos que, devido a suas condições de escolaridade e qualificação, nunca tiveram acessibilidade a uma ocupação profissional ou acabaram sujeitando-se a precárias condições de trabalho e que tentam buscar novas oportunidades a partir de iniciativas que viabilizem condições melhores de vida e trabalho (GAIGER, 2004; SOUSA *et al.* 2017).

Gaiger (2009) compreende os EESs como:

Diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas. Mediante a socialização dos meios de produção e a autogestão, expressam uma inflexão da economia popular, de base doméstica e familiar, ou ainda, em alguns dos seus segmentos, uma reconversão da experiência operária do trabalho. Apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se inserem (GAIGER, 2009, p 181).

Em complemento, Gaiger et. al. (2018, p.138) descrevem que “boa parte dos EES é constituída de grupos informais, que não se regem por nenhum dispositivo legal, mas por normas internas próprias”. Podemos descrever algumas iniciativas de EESs, sendo: associações e cooperativas de produtores, produção ou trabalho, crédito, consumo e habitação, prestação de serviço, empresas autogestionadas ou recuperadas; ONG’s (CRUZ, 2006). A grande maioria dessas organizações se organizam de modo cooperativo ou associativo, entretanto, em alguns casos, por mais que se organizem nesse modelo, nem todos preconizam os princípios da economia solidária. Consequentemente, faz com que não se enquadrem como um EES (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

O Quadro 4 apresenta um esboço referente a diferentes formas de organização de iniciativas de economia solidária.

Quadro 4 - Formas organizativas de economia solidária

Tipo	Caracterização
Associação ou Cooperativa da Agricultura Familiar	Reunião constituída legalmente ou não, de produtores autônomos entre si. Os associados ou cooperados são donos de meios próprios de produção e reúnem-se com o fim de comercializar conjuntamente o produto e/ou potencializar outras ações econômicas.
Associação ou Cooperativa de Catadores(as) de Materiais Recicláveis	Formadas por catadores(as), pescadores(as) artesanais e por artesãos da mesma capacitação, que prestam serviços de forma autônoma entre si, mas cuja associação ou cooperativa permite organizar a relação com o mercado através de convênios e outras formas de articulação econômica.
Associação ou Cooperativa de Pescadores(as) Artesanais	
Associação ou Cooperativa de Artesãos	
Empresas autogestionadas por trabalhadores ou empresas recuperadas	Empresas em regime falimentar, cuja massa falida é arrendada por uma associação ou cooperativa de funcionários junto ao síndico legal, e cujos rendimentos são em parte destinados a saldar o passivo da antiga empresa.
ONGs	Organizações não-governamentais, sem fins lucrativos e com objetivo específico, que eventualmente assumem papéis econômicos para a viabilização de iniciativas associativas
ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular	São instituições destinadas a assessorar grupos de trabalhadores no processo de constituição de uma cooperativa popular, como no acesso ao mercado, na elaboração de projetos, na definição de processo e produto, no acompanhamento e na capacitação dos cooperados, na administração, no planejamento, na contabilidade e entre outras áreas importantes para consolidação do empreendimento.
Clubes de trocas	Associações de produtores autônomos e independentes que estabelecem entre si relações extra convencionais de mercado, estabelecendo regras de moedas alternativas, reguladas pelo próprio grupo.

Fonte: Baseado em CRUZ (2006); PINHEIRO (2010).

Os EES, por definição, orientam-se por uma lógica de desenvolvimento integrado com as comunidades e setores econômicos nos quais estão inseridos. Consequentemente, pressupõe o fortalecimento da atuação dos seus membros nos espaços, para que possam corroborar com conhecimento, e na elaboração ou reformulação de políticas públicas para o setor. Então os padrões seriam:

- a) pluralidade de princípios econômicos: combinação de diversas fontes de recursos, como mercantis, por meio de venda ou prestação de serviços para o poder público, através de convênios com as prefeituras municipais;
- b) autonomia institucional: liberdade em relação a outras instituições, e processo de gestão;
- c) democratização dos processos decisórios: processo de decisão coletivos ou baseados na participação democrática dos seus associados ou cooperados. Esse padrão é contra a hierarquização;
- d) sociabilidade comunitário-pública: age na busca de um equilíbrio entre uma prática de relação de pessoalidade, com práticas profissionais;
- e) finalidade multidimensional: depende muito da articulação econômica a integrar as dimensões social, política, cultural e ecológica no sentido de se desenvolver em espaço público (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Os autores definem alguns critérios para estabelecer os EESs, que seriam:

Estes cinco traços observados informam, respectivamente, sobre a natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, P.167).

Esses padrões estão ligados à própria definição de economia solidária proposta pelos autores, que seria uma hibridação de economias mercantil, não mercantil e não monetária e das dimensões política, social e econômica. Além dos padrões elencados por França Filho e Laville (2004), a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG (2005, p. 48) descreve que os EES exercem suas atividades através de princípios fundamentais, que são “tomadas de decisões democráticas e coletivas, transparência administrativa, solidariedade e fraternidade, trabalho mútuo, valorização das pessoas e cidadania”. Considerando estas questões, a partir da prática e reprodução destes princípios é que se caracterizam tais empreendimentos, suas singularidades e desenvolve-se a autogestão (ANTEAG, 2005).

Apresentados os EES como proposta para desenvolver as atividades de modo cooperativo e democrático, a autogestão surge como um dos temas principais. Logo, a tendência de um grupo coletivo de trabalho, à medida que se desenvolve a autogestão, é construir a gestão autogestionária, sendo está em grau diferenciado, considerando as particularidades de cada grupo (VERONESE, 2011).

Mesmo que se pense em empreendimento autogestionário como uma nova forma alternativa econômica, não se pode esquecer que está inserido no processo capitalista, que é nesse mercado que o empreendimento opera e que, conseqüentemente, sofre com seus reflexos; principalmente em iniciativas de grupos vulneráveis (associações ou cooperativas de catadores(as), pescadores(as) artesanais, entre outros), já que a grande maioria não possui um capital inicial, como se vê na maioria das organizações capitalista, que contam com capital e capacitação funcional apropriada, que lhe garante um bom nível de competitividade (SILVA, 2015).

Outro ponto vislumbrado por Souza *et. al.* (2014), relaciona-se com a alta rotatividade nesses empreendimentos, que por muitas vezes é composto por trabalhadores (as) pobres, com baixo nível de escolaridade, que buscam uma renda imediata. Muitos membros entram e saem constantemente, dificultando o bom desempenho do empreendimento.

Ademais, estão acostumados a executarem ordens de superiores (de cima para baixo), mas ao ingressarem num modo de trabalho cooperativo, eles adentram numa nova relação, novos aprendizados, uma outra forma de se organizarem, e aos poucos, trabalhando diariamente esse novo processo, é possível que consigam ir deixando de lado dessa antiga dinâmica e assim, conseqüentemente todos passam a ser responsáveis pela viabilidade do empreendimento, desde a produção à administração. Contudo é um processo lento, os novos membros demandam ensinamentos para começarem seu trabalho, além disso, esses ensinamentos requerem tempo, o que pode impactar, momentaneamente, o ritmo da produção (VERONESE; SCHOLZ, 2013).

Ocasionalmente, o ambiente de trabalho se encaminha a ser democrático, participativo e comunicativo, proporcionando troca de experiências e aprendizagem entre os trabalhadores (as). Ao longo do tempo, a tendência é que ocorra a diminuição de rotatividade na organização, o que por sua vez facilita a identificação de problemas e de soluções mais rápidas e assertivas. Além disso, permite a inserção de todos os integrantes nas diversas instâncias do empreendimento (PERREIRA, 2011; PINHEIRO; PAES DE PAULA, 2016).

Para se ter o conhecimento e os procedimentos de todas as etapas de dentro do empreendimento, é necessário conhecer a sua dinâmica como todo. Para que isso ocorra, é

necessário implementar um sistema de rodízio interno de funções; além de ser um processo formativo, torna-se uma tática para superar a forma hierárquica, principalmente na divisão do trabalho braçal e de gestão (VERONESE; SCHOLZ, 2013; PINHEIRO; PAES DE PAULA, 2016).

Como se vê, o conceito de EESs reúne as mais diversas formas econômicas e organizativas, e permite outras relações de trabalho que são incomuns ao modo de organizações tradicionais, ao implementarem práticas de cooperação e reciprocidade responsáveis pela adesão dos trabalhadores às iniciativas solidárias (GAIGER, 2009).

2.2.1 Gestão de Empreendimentos Solidários

Vivemos numa sociedade dominada por organizações grandes ou pequenas, tradicionais ou alternativas. Entretanto, para as organizações se manterem ativas, é necessário que a gestão seja conduzida de forma adequada.

Segundo Pinheiro (2010) descreve, a gestão é o ato de gerenciar ou administrar organizações públicas e privadas. Esta descrição vem ligada às perspectivas funcionalistas da sociedade que caracterizam a gestão apenas como instrumentos técnicos, como o planejamento, a organização, direção e controle, dentre outros que se encontram nos livros “clássicos” de administração.

Basta recorrer aos fundamentos científicos de Taylor, que visava compreender que a gestão é uma função que deve se estruturar na busca pela eficiência. Com isso, recorre-se a técnicas e a ferramentas para alcançar este objetivo, de modo que “deve-se” estruturar a gestão da seguinte maneira: planejar, organizar, dirigir e controlar (PINHEIRO, 2010).

Tenório (2006) descreve que a gestão ainda pode ser vista como um processo participativo, na qual as decisões incluem diferentes sujeitos sociais. Nessa compreensão de gestão, é notável que se estabeleça entre pessoas os interesses de indivíduos, grupos e coletividade.

Com isso, é necessário compreender como é realizada a gestão de empreendimentos solidários que estão inseridos no sistema capitalista e como proceder para chegar na autogestão ou o mais próximo dela. Dessa maneira, o Quadro 5 apresenta as formas de gestão que tradicionalmente conhecemos e indica um possível percurso até a autogestão.

Quadro 5 - Modelos de Gestão

	O sujeito no empreendimento	Organização	Gestão
Heterogestão	Empregado;	Burocrática	Hierarquizada
	Divisão do trabalho;		
	Autoridade do superior;		
	Remuneração de acordo com o cargo; Subordinação dos interesses individuais.		
Gestão Participativa	Criar as melhores condições para que o empreendimento consiga atingir os resultados;	Hierarquizada, mas com abertura à participação dos sujeitos.	Participativa
	Participação do trabalhador(a) no processo de tomada de decisão;		
	Participação imposta por gestores(as) ou por melhores remunerações; Exige envolvimento.		
Cogestão	Comissão de trabalhadores com direito de participação no planejamento e nas decisões;		Conjunta (gerir junto)
	Decisões estratégicas;		
	Concentradas em poucas pessoas.		
Autogestão	Autonomia dos sujeitos;	Horizontalizada	Coletiva
	Participação direta, indireta e efetiva e democratização das decisões ⁴ ;		
	Sem autoridade do superior;		
	Remuneração de forma igual.		

Fonte: Baseado em Guerra (2008); Farias (2009); Oliveira (2014)

Por meio do Quadro 5, busca-se apresentar alguns tipos de gestão mais conhecidos pela administração e que, na nossa percepção, pode ser avaliado como um processo inicial para se chegar o mais próximo — ou chegar — à autogestão, uma vez que são diversas as formas de coordenar um empreendimento, como é apresentado.

Apesar disso, não podemos ver esses modelos como um ciclo, pois não necessariamente um empreendimento inicia pelo modelo de heterogestão e passa para o próximo, vai depender de cada empreendimento. Talvez o empreendimento desde a sua concepção permaneça no mesmo modelo, no entanto pode modificar, e ir para ambos os modelos, vai variar de acordo com a dinâmica interna da organização. Conforme Oliveira (2014, p. 124), “o modelo escolhido

4 Por ter diversos tipos de empreendimento no âmbito da economia solidária, e por algumas organizações terem números expressivos de trabalhadores(as), tende a ocorrer participação indireta, com representações. No entanto isso não quer dizer que ela não crie mecanismos de autogestão (GUERRA, 2008; FARIAS, 2009 E OLIVEIRA, 2014).

ou a interação de modelos precisariam ser permanentemente construídos e aperfeiçoados para que cumpra suas finalidades, sendo adaptada à instituição e a realidade onde está inserida”.

Acerca da gestão de empreendimentos solidários que busca ser autogestionária, o ideal é que a gestão desses empreendimentos seja realizada pelos próprios trabalhadores (as) e que a tomada de decisão ocorra de forma conjunta entre todos(as), pode-se pressupor que não é tarefa fácil (MOURA *et al.* 2017). Pois, segundo Singer (2002), se considerarmos que empresas convencionais, que trabalham de forma hierárquica, de maneira que as ordens e instruções fluem de cima para baixo, enfrentam diversos desafios, o que esperar de uma organização na qual existem opiniões divergentes a serem debatidas para que as decisões sejam tomadas? Além das opiniões divergentes, outro aspecto que impacta diretamente na gestão de empreendimentos coletivos é a cultura de cada indivíduo, sendo caracterizada por Schein (2007, p. 1) como “um fenômeno dinâmico que nos cerca em todas as horas, sendo constantemente desempenhada e criada por nossas interações com outros [...], e um conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas que orientam e restringem o comportamento”. Isto é, a cultura é individual, criada a partir das experiências de vida de cada um. Logo, é necessário que exista diálogo entre os trabalhadores, para que todos possam compreender o que o outro pensa com relação aos assuntos debatidos, pois havendo essa troca de saberes é possível que exista mútua compreensão e que sejam tomadas as decisões em prol do coletivo.

Mas utilizar-se da autogestão não quer dizer que todos os trabalhadores estejam participando ativamente das atividades de gestão do dia-a-dia. Para isso, existem atribuições e responsabilidades a serem exercidas por alguns associados(as), a partir da decisão do grupo, criando-se assim uma estrutura organizacional. Conforme Melo (2012), existem três aspectos fundamentais para a definição da estrutura organizacional de uma cooperativa, são elas: “as especificidades de seu Estatuto Social, o volume de suas ações e a quantidade de seus associados” (MELO, 2012, p. 79), quer dizer, de acordo com a autora, a gestão de cada EES deve ser planejada e realizada conforme as particularidades de cada empreendimento.

Para realizar a gestão, os EES são compostos, no mínimo, pelos seguintes órgãos sociais, conforme a Lei 5.764/71: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral, em conformidade com o Art. 38 da lei supracitada, é definida como “O órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes” (BRASIL, 2022).

Em outras palavras, a Assembleia Geral é soberana e tem poder determinante de todo e qualquer assunto a ser decidido pelo empreendimento. As assembleias podem ter caráter Ordinário ou Extraordinário. Mas, pensando-se em um empreendimento autogestionário, e que os assuntos necessitam ser compreendidos e debatidos por todos(as) os(as) trabalhadores(as), apenas uma Assembleia Geral Ordinária por ano não supre as necessidades (BRASIL, 2022).

Nessa única Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no Art. 44 da Lei supracitada, devem ser realizadas as prestações de contas, compreendendo o relatório da gestão, o balanço, e o demonstrativo das sobras apuradas ou perdas; a destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; eleições dos órgãos de administração, conselhos fiscais (e outros, se houver) etc; mas levando-se em consideração o número de trabalhadores presentes, a Assembleia não será capaz de suprir as necessidades para que sejam debatidos os assuntos com a importância de detalhes que necessitam, bem como a resolução de possíveis dúvidas existentes, pois são muitos assuntos a serem tratados (BRASIL, 2022).

Marques (2014) salienta que nas entidades sem fins lucrativos deve-se analisar a gestão sempre relacionada com os aspectos de liderança, pois as pessoas são fundamentais neste processo associativo, e necessitam entender qual é o seu papel na organização.

Com isso, a gestão autogestionária deve propiciar uma participação maior nas discussões e construção de novas estratégias organizacionais, ou seja, esse deve ser fator diferencial ao mercado, pois diferentemente de uma organização heterogestionária, nos EES os trabalhadores(as) têm a obrigação de participarem das tomadas de decisões, pelas quais os coordenadores(as) apenas seguem o que decidem em assembleia geral (SANTOS; ROQUETE, 2013).

Lourenço (2008, p. 32) adiciona mais um elemento para a dificuldade da implementação efetiva da autogestão, ao afirmar que “o maior oponente da autogestão é a ausência de interesse dos sócios, sua rejeição ao comprometimento adicional que a prática democrática exige”. Segundo o autor, em muitos casos os próprios trabalhadores(as) se negam a participar das discussões entre eles, visando preservá-los de certos incômodos. Isso parte da premissa que a sua consciência ainda convive com os princípios de organizações heterogestionárias, pois tomar decisões e coordenar um empreendimento solidário passaria, em princípio, por um modo de vida de ser mandado, para coordenar.

Esses fatores ressaltados até o presente momento devem ser analisados considerando o *modus operandi* do sistema capitalista, que nos aliena, que nos torna pessoas cada vez mais individualistas, acostumadas a receber ordens, pouco questionadoras. Na grande maioria das

situações, somos instruídos a sermos seres passivos, diferentemente na lógica da economia solidária, que exige que sejamos seres ativos, participativos.

Outra questão importante é o tempo para a tomada de decisões, que na lógica do capital o tempo é um, exigindo respostas rápidas ao mercado, e em empreendimentos autogestionários, o tempo das decisões nem sempre é ágil, pois exige diálogo e muitos debates para que todos tenham oportunidade de opinar.

Sendo assim, pensar em empreendimentos de economia solidária exige uma mudança cultural, que em muitos casos leva tempo, e é necessário muito processo formativo para que todos(as) na organização compreendam isso. A prática da gestão autogestionária, diferentemente do modelo heterogestionário, visa promover aos sujeitos participantes a visão do todo organizacional e deve buscar o equilíbrio entre as dimensões sociais e econômicas; essas questões devem estar contidas na forma de gestão.

2.2.2 Empreendimentos de Catadores (as) de Materiais Recicláveis

As primeiras associações ou cooperativas de catadores(as) teve origem no Brasil durante a década de 1980, visando amenizar os problemas sociais, ambientais e, principalmente, a exclusão social dos catadores (as) e a gestão do lixo (SILVA *et al*, 2013).

Alguns fatores elencados foram responsáveis pela criação das condições necessárias para o surgimento das organizações coletivas dos catadores (as), entre elas: a crise do trabalho assalariado, o surgimento da indústria da reciclagem, o aumento no número de catadores (as), o fortalecimento dos debates sobre meio ambiente e gestão do lixo, e a manifestação da proposta da economia solidária e de autogestão (BOSI, 2008; SILVA *et al*, 2013).

De acordo com o II Mapeamento da Economia Solidária, realizado em 2013, foram encontrados 19 a 20 mil EESs de todos os segmentos, especificamente para as associações ou cooperativas de catadores (as) de materiais recicláveis; foram encontradas 591 empreendimentos para a atividade de reciclagem de resíduos sólidos. Dados preliminares, apontados pelo IPEA em 2016, indicava que no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2014, haviam 159 cooperativas ou associações com 3.501 cooperados ou associados (dados obtidos pelo Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul – PERS/RS(2014)).

Como observado, a grande maioria dos empreendimentos se organiza como associações ou cooperativas, consideradas como as principais estratégias de organização econômica desses trabalhadores(as) em todo o território nacional. Nesse sentido, Silva (2017) descreve que a

Sua organização também é importante na medida em que lhes propicia maior capacidade de mobilização para negociarem com o poder público e com outros setores da sociedade, na procura de parcerias e políticas governamentais para sua maior valorização como categoria profissional e sujeitos detentores de direitos. Com isso, buscam romper com o isolamento característico da atividade a partir de diferentes perspectivas nas relações de trabalho. (SILVA, 2017, p. 23)

Por se encontrarem organizadas, essas iniciativas somam forças para consolidar relações de mercado diferenciadas, promovendo uma melhoria na comercialização do material reciclável para os aparistas/sucateiros/atravesadores⁵, e em determinados casos, quando há grande volume e qualidade de materiais, conseguem comercializar diretamente para as indústrias, o que possibilita um valor melhor no preço dos materiais (SILVA, 2017).

Esses empreendimentos que se encontram articulados coletivamente visam superar as diversas dificuldades, principalmente as estruturais, que em muitos casos impossibilitam resultados melhores (condições de trabalho e renda), fatores como estragos de equipamento (galpão, prensa, esteira, balança, caminhão), mão-de-obra e volume de material processado (SILVA, 2017).

Os autores Sousa, Pereira e Calbino (2021, p. 587) argumentam que para a promoção efetiva dos processos de reciclagem e reutilização e, conseqüentemente, de maiores taxas de destinação adequada, tem-se a necessidade da triagem, o que “exige a manutenção das melhores condições possíveis do material coletado”.

Observa-se que em decorrência das limitações estruturais, bem como da falta de apoio e suporte de poderes públicos municipais, os empreendimentos de economia solidária fazem uso de equipamentos inadequados, que inviabilizam o processo de coleta, triagem e destinação dos resíduos sólidos (SOUSA; PEREIRA; CALBINO, 2021). Assim, a manutenção dos equipamentos está diretamente relacionada com a qualidade da atividade realizada pelos empreendimentos.

Não obstante, a organização possibilita uma capacidade maior de mobilização com o poder público e com demais setores da sociedade na demanda de convênios com os municípios, e com isso favorece uma maior valorização como categoria profissional e sujeitos detentores de direitos. Ou seja, as associações e cooperativas tendem a eliminar o isolamento característico

5 São empresas que compram os materiais das cooperativas ou associações (SILVA, 2017).

da atividade (catador autônomo) a partir de diferentes perspectivas nas relações de trabalho (SILVA, 2017).

De acordo com Accorsi (2018), a criação das associações e cooperativas se mostra como importantes iniciativas econômicas desses trabalhadores por todo o território nacional. Entretanto, existem diferenças entre esses dois modelos de organização que são dignas de apresentar. No caso das associações, a legislação mais recente apresenta que não possuem o viés econômico, seu objetivo é promover assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, entre outras. Já as cooperativas possuem função econômica com o objetivo de proporcionar o negócio produtivo de seus cooperados (as) junto aos sistemas de comercialização (SILVA, 2017).

A formação ideal para um empreendimento coletivo de viés econômico seria como cooperativa, mas inúmeras associações ainda são organizadas com fins econômicos, dado que a formalização e a gestão são mais fáceis, embora não possam comercializar em nome da própria associação (SILVA, 2017).

Outro fator importante para que as associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis sejam considerado um empreendimento de economia solidária com viés econômico, é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que depois de uma forte mobilização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) junto aos parlamentares, conseguiram manter a figura das associações para a realização de convênios com as prefeituras, bem como para a comercialização. As principais diferenças de cada uma dessas formas organizativas estão listadas a seguir, no Quadro 6.

Quadro 6 - Diferenças entre associação e cooperativa

Itens	Associação	Cooperativa
Legislação	Lei no 9.790/1999 Lei no 10.406/2002	Lei no 5.764/1971 Lei no 12.690/2012
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de vinte pessoas até 2012. A partir de 2012, mínimo de sete pessoas, no caso de cooperativas de trabalho.
Capital social	Não possui capital social.	Possui capital social formado por quotas.
Patrimônio	Não pertence aos associados, mas sim à sociedade.	Pertence aos associados em proporção ao capital subscrito de cada um.
Nota fiscal	Não emite.	Emissão por bloco ou meio eletrônico.
Previdência	Sem obrigatoriedade de recolhimento.	A cooperativa não recolhe. Mas tem que reter 11% da remuneração dos cooperados e repassar para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
Programa de Integração Social (PIS)	Isenta.	Recolhe 0,65% do faturamento total.

Contribuição para financiamento da Seguridade Social (COFINS)	Isenta.	As cooperativas devem pagar 3% sobre o faturamento total.
Imposto de Renda (IR)	Isenta, com declaração obrigatória.	Isenta, com declaração obrigatória.
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	Isenta.	Isenta.

Fonte: Baseado em Arantes (2015).

As duas formas de empreendimento podem ser consideradas EESs, mas para isso, sua forma de organização necessita ser democratizada como propriedade coletiva dos meios de produção a coletivização das sobras. A prática da democracia no interior dos EESs é assunto complexo e conflitante, pois exige que cada indivíduo se faça presente e interessado, respeitando e valorizando o outro sem indicar hierarquias, relações de força e de poder (ACCORSI, 2018). Esse é um dos grandes obstáculos dos EESs: não reproduzir a lógica capitalista da concorrência, da competitividade e da separação entre quem pensa e quem faz, entre patrões e empregados (CAMPO, 2014).

Aliás, o empreendimento democraticamente gerido sempre será de forma participativa, em que diferentes indivíduos debatem os assuntos relacionados ao momento e assim definir estratégias e critérios a serem utilizados (PINHEL, 2013).

Frente a isso que Accorsi (2018) expõe, que é nesse ponto que reside o imenso desafio de sobrevivência dos empreendimentos de catadores (as) de materiais recicláveis, pois a grande maioria dos (as) associados (as) ou cooperados (as) são pessoas inseridas em altas jornadas de trabalho têm baixa escolaridade e estão em um ambiente de trabalho sem nenhuma estrutura. Ainda, a mesma autora relata que esses problemas constantemente induzem os catadores (as) a procurarem resultados rápidos para suas dificuldades individuais e familiares, em geral financeiros; não havendo um retorno imediato, muitos logo procuram outro tipo de trabalho, e este motivo pode atrapalhar a consolidação de um empreendimento cooperativo.

De acordo como Pinhel *et. al* (2011) definem um conjunto de funções e conhecimentos específicos a serem apropriados para o gerenciamento de uma associação ou cooperativa de catadores, sintetizados no Quadro 7:

Quadro 7 - Funções e atribuições de uma cooperativa ou associação de catadores (as)

Função	Atribuições
Administração	Controlar receitas e despesas, calcular a renda, realizar cobranças e pagamentos, preparar as atas, controlar as faltas, atender às exigências legais, ter transparência nas informações.
Coleta seletiva	Planejar e acompanhar a coleta, pesar os resíduos coletados, avaliar a segregação na origem, inventariar os domicílios, zelar pela segurança no trabalho, informar os domicílios.
Triagem (Separação)	Pesar material classificado e rejeito, zelar pelos equipamentos, zelar pela organização do espaço, cuidar da segurança no trabalho, monitorar a qualidade de triagem
Comercialização	Pesquisar novos compradores (cadastro), negociar preços, identificar novas oportunidades de negócios, avaliar o comprador, identificar fornecedores cativos.
Coordenação	Integrar as atividades das áreas, tomar decisões sobre o interesse comum, resolver problemas de relacionamento, dividir a renda, incentivar a participação dos associados nos processos decisórios, articular novas parcerias

Fonte: Pinhel *et al* (2011)

Diante da síntese das funções e atribuições, é notável que a gestão de um empreendimento coletivo exige compreensão de diferentes áreas para seu funcionamento. São várias fases básicas de prática e que necessitam ser controladas (SILVA, 2017).

Os empreendimentos que atuam no ramo da reciclagem permitem o trabalho associativo, proporcionando aos cooperados ou associados uma forma de deixar de realizar um trabalho informal, gerando um processo de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores, uma vez que o material coletado pode ser vendido em maior número, com melhor qualidade, alcançando assim valores mais altos, inclusive com a possibilidade de venda direta às empresas, sem passar pelos intermediários, levando ao rompimento com a forma individualizada de trabalho nas ruas ou em depósitos de lixo (PINHEL *et al.* 2011; FÉ; FARIA, 2011; PINHEL, 2013). Além de tudo, criam oportunidades para um grupo de indivíduos que se encontram em situações de exclusão social a resgatarem a dignidade. Apesar disso, o número de catadores(as) que ainda se encontram em organizações associativas formalizadas até o momento é baixo, visto que a situação para o desenvolvimento de empreendimentos ainda é bastante precária, principalmente quando o assunto é infraestrutura; muitos empreendimentos não possuem recursos necessários para ter seus próprios equipamentos e locais adequados de trabalho. Isso nos faz pensar que os catadores(as) ainda representam o elo mais frágil da cadeia da reciclagem: mesmo estando organizados em cooperativas ou associações, continuam em situação de vulnerabilidade. Como descreve Pinhel (2013):

A situação atual das cooperativas, salvo algumas exceções, ainda é bastante precária. Mesmo se organizando para fugir da exploração econômica, o catador continua

vulnerável a ela porque as indústrias que compram recicláveis são poucas e exigem grandes volumes para negociar. (PINHEL, 2013, p. 21)

Do ponto de vista das políticas públicas, os empreendimentos associativos demandam necessidades imediatas que possibilitem melhorar cada vez mais os acessos. Uma das medidas foi a inserção da Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS - nas cidades, pois torna obrigatório ao município possuir o plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que estabelece o direito para os empreendimentos de catadores(as) prestarem serviço às prefeituras, estimulando contrato com tempo de duração, remuneração adequada aos serviços prestados e suas obrigações (PINHEL, 2013).

Por meio desses convênios entre cooperativa ou associação e a prefeitura é que se tem a possibilidade de melhorar a infraestrutura (galpão, prensa, esteira, balança, caminhão) do empreendimento e, assim, oportunizar melhores condições de trabalho, prestação de serviço para órgãos públicos, bem como a coleta seletiva, triagem e comercialização dos materiais recicláveis (PINHEL *et al.* 2011; PINHEL, 2013).

Esses fatores tendem a promover a diminuição do grau de exploração, uma vez que esses trabalhadores normalmente estão à margem do sistema e praticamente não têm acesso a direitos e assistência social. Em contrapartida, eles apresentam uma importância fundamental para o meio ambiente. Assim, quando organizados, passam a se fortalecer, acessar direitos e valorização como classe trabalhadora.

A gestão desses empreendimentos reúne não apenas padrões econômicos, mas também sociais e ambientais, pois possibilitam a destinação correta dos resíduos que são descartados pela sociedade (BOSI, 2008; PINHEL *et al.* 2011; PINHEL, 2013).

2.3 CATADORES(AS) DE MATERIAIS REICLÁVEIS

A atividade desenvolvida pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis não é uma novidade nos tempos atuais, as primeiras experiências foram conhecidas na década de 1980 no Brasil, oriundas de experiências apoiadas pelas pastorais da Igreja Católica, ONGs e universidades.

Como já mencionado, trata-se de um trabalho comum e uma alternativa de sobrevivência desenvolvida por uma parcela da sociedade excluída socioeconomicamente. Essa década foi uma época de reestruturação produtiva e de crises econômicas que ocasionaram

mudanças nas relações de trabalho e aumento do desemprego, o que levou muitas pessoas a passarem a viver da catação (SILVA *et al*, 2013; SANT’ANA; METELLO, 2016).

No Brasil, o número de catadores(as) que atuam organizados e de forma autônoma variam de levantamento para levantamento, em pesquisa realizada pelo IPEA (2016), existem aproximadamente 388 mil catadores(as) em todo o território brasileiro, no entanto, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis MNCR - 2019 estima que o Brasil conta, aproximadamente, com 800 mil catadores(as), muitos desses sujeitos atuando de modo autônomo, nas ruas, nos lixões, nos aterros sanitários e, também, conta com aqueles catadores(as) organizados, em empreendimento coletivo (cooperativas ou associações), que exercem a função dentro de galpões de triagem (ZANIN; GUITIERREZ, 2011).

Segundo Pinhel (2013), os catadores(as) de materiais reciclados normalmente são pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e constituem um percentual de desempregados que, por sua idade (normalmente com mais de 40 anos), condição social com altos níveis de violência, droga, alcoolismo e baixa escolaridade, não encontram mais emprego no mercado formal. Mas é na coleta de materiais recolhidos e comercializados para uma cooperativa ou associação, ou a um atravessador, que os catadores(as) têm a possibilidade de gerar uma renda imediata que tende a suprir necessidades imediatas.

No entanto, há diferenças entre um(a) catador(a) autônomo(a) para um(a) associado(a)/cooperado(a). Essa diferença é dada principalmente pela precarização na coleta do material devido às péssimas condições de trabalho e o risco de contaminação, pois não utilizam de EPI’s sem acesso ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essa enfraquecida relação dos(as) catadores(as) autônomos(as) colabora para a intensificação das desigualdades na hora de negociar os materiais coletados (PINHEL, 2013).

Por não terem uma infraestrutura adequada, os sucateiros/atravessadores se aproveitam para tentar barganhar esse material, pagando um valor melhor do que se fossem comercializar para uma associação/cooperativa. Entretanto, os compradores só se propõem a pagar um valor melhor pelos materiais por se tratar de materiais considerados “mais caros” na cadeia da reciclagem, como o papelão, a garrafa pet, o cobre, o alumínio e o ferro. Vale frisar que, por trabalharem de forma autônoma, esses(as) catadores(as) fazem seu próprio horário, conseqüentemente, conseguem fazer a catação em qualquer horário e local (PINHEL, 2013).

Já para os catadores(as) associados(as)/cooperados(as) a dinâmica nas relações de trabalho é parcialmente melhor, pois dispõem de infraestrutura, o mínimo necessária, equipamentos de EPI’s, INSS e possibilita o reconhecimento do trabalho desenvolvido por

estes, assim como melhores condições de trabalho e renda, pois, ao comercializar os materiais em maior volume e com uma triagem adequada, possibilita a comercialização por um valor melhor.

Zanin e Guitierrez (2011) descrevem que os catadores(as) estão inseridos em uma circunstância que chama de invisibilidade pública, ou seja, uma condição de excluído ou invisível e que não é resultante da vontade individual, mas da ruptura dos vínculos sociais, e, com constituição de grupos organizados, isso tende a mudar.

Alia-se a esse processo, a possibilidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas que sobrevivem do ofício de recolher das ruas e dos lixões de materiais descartados pela população, mas que possuem valor comercial, pois podem ser reutilizados ou reciclados, sendo assim, há um estímulo ao trabalho associado nessa atividade (KIRCHNER *et. al.*, 2009).

Mas para que esse processo associativo aconteça e prospere, Heiden (2007) descreve que algumas ações devem ser realizadas, inicialmente, com a participação do poder público nos processos de comercialização, bem como apoio nas questões administrativas e contábeis, realizar atividades de assistência social aos catadores; fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva e implantação de atividades de caráter educativo.

Nos últimos anos, ainda que com pequena visibilidade, os(as) catadores(as) de materiais recicláveis no país têm buscado se consolidar como categoria, a melhoria de sua situação econômica e social e mostrar para a população sua importância perante a sociedade (PINHEL, 2013). Isso tudo pode acontecer, principalmente, após o surgimento do MNCR, em 2001, um movimento social que tem por objetivo representar a categoria, pois busca o protagonismo popular da classe, historicamente oprimida pela sociedade, tendo como “[...] princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome” (MNCR, 2021).

O MNCR proporcionou aos catadores(as) o processo de organização em espaços sociais e políticos que, anteriormente, não tinham a participação desses sujeitos, isso só foi possível com um profundo trabalho de base, de formação, visando a sua organização e constituição enquanto sujeitos sociais e políticos. A partir desse momento, foram criados os primeiros instrumentos e táticas com o intuito de que os catadores(as) conseguissem levar adiante suas exigências e lutas por direitos (PINHEL, 2013).

Pinhel (2013) descreve que

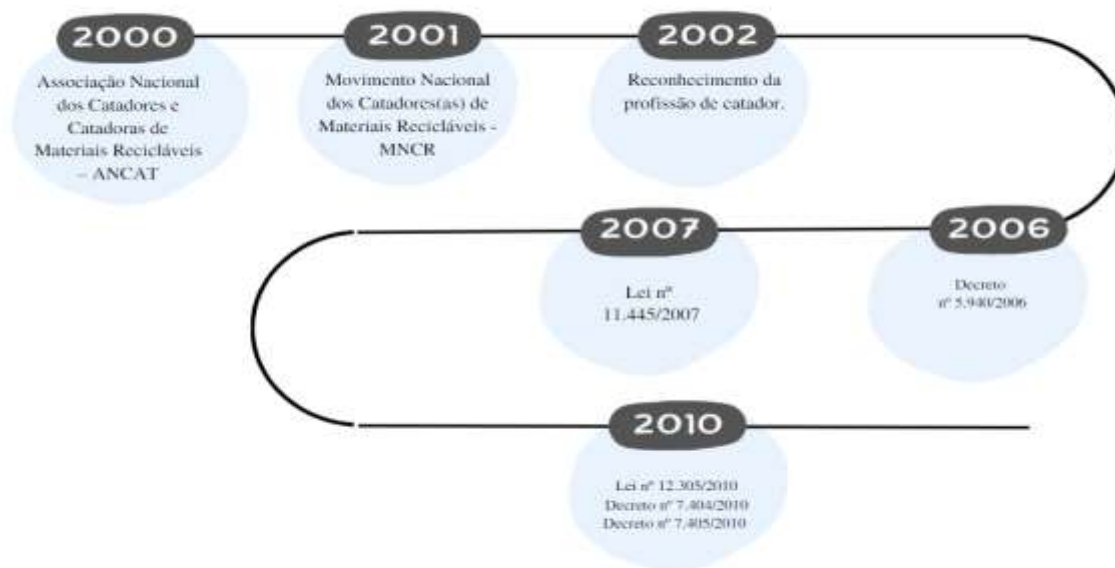
O surgimento do MNCR promoveu uma articulação sociopolítica dos catadores em prol do seu protagonismo, buscando garantir sua participação em projetos de gerenciamento de resíduos e programas de coleta seletiva. Os catadores começam a conquistar mais respeito graças à persistência, ao esforço de sua luta e ao

envolvimento político de sua organização, que conseqüentemente promove modificações no seu perfil. (PINHEL, 2013, p.27)

Dessa forma, a partir das articulações do MNCR, ocorreram alguns avanços para essa classe de trabalhadores, fruto do trabalho de anos, com muito esforço, dedicação e organização. Lutas essas que possibilitaram a criação de políticas públicas para os catadores (as), como forma de cada vez mais fortalecer a categoria (PINHEL, 2013).

Os catadores(as) já conquistaram muito respeito da sociedade, mesmo de forma lenta, superaram muito preconceito e, hoje em dia, a sociedade reconhece a importância do seu trabalho no município, seja do poder público, seja para os empreendimentos privados (PINHEL *et al.*, 2011). A Figura 1 evidencia, por meio de uma linha do tempo, as conquistas que os catadores(as) tiveram nas últimas duas décadas.

Figura 1 - Conquistas do Catadores(as)



Fonte: Baseado em Anuário da Reciclagem – ANCAT (2019); MNCR (2021); ANCAT (2021).

A Associação Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis – ANCAT foi criada em 2000. Formada exclusivamente por catadores(as) de materiais recicláveis, trabalha de modo direto com os trabalhadores organizados em empreendimentos (cooperativas ou associações), além de auxiliar aqueles que ainda atuam nas ruas e em lixões de todo território nacional para saírem da informalidade (ANCAT, 2021).

Acerca do MNCR, foi fundado em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700

catadores(as). No congresso, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis e volta em defesa dos interesses comuns do segmento (MNCR, 2021). Conseqüentemente, com o apoio do MNCR, os(as) catadores(as) começaram a conquistar mais respeito graças à persistência, ao esforço de sua luta e ao envolvimento político de sua organização que, conseqüentemente, promove modificações no seu perfil (PINHEL, 2013).

Em ordem cronológica, Pinhel (2013, p. 27) descreve que a terceira conquista foi o reconhecimento da profissão de catador, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, “um documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos, além de descrever as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, abordando habilidades complexas”, os(as) catadores(as) recebem do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE o número 5192-05 como código de classificação da sua profissão, com as seguintes denominações : “catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata, separador de sucata, triador de sucata” (PINHEL, 2013). Com isso, os(as) catadores(as) se tornam os principais agentes ambientais, pois diminuem os resíduos sólidos dos municípios inseridos e conseguem, de forma digna, uma geração de renda.

Dentre as primeiras ações executadas pelo Governo Federal e com o apoio do MNCR, em 2006 a medida adotada foi o Decreto nº 5.940/2006, que faz com que as entidades administrativas doem seu resíduo para uma cooperativa ou associação que seja formalmente legalizada. Soma-se a isso a sanção a Lei nº 11.445/2007, que aprova a Lei de saneamento básico, especificamente seu art. 57, que aprova a contratação, sem licitação, de associações ou cooperativas de catadores(as) (ZANIN; GUITIERREZ, 2011).

Ainda dentro das ações do Governo, foi marcada pela conquista do decreto nº 7.104/2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, na qual institui a PNRS, cria o comitê interministerial da política nacional de resíduos sólidos e o comitê orientador para a implantação dos sistemas de logística reversa, além de outras providências. Ainda previu o reconhecimento dos catadores(as) como importantes atores da gestão integrada dos resíduos urbanos e fez com que as organizações de cooperativas ou associações tivessem prioridade para a realização da coleta seletiva do município (BRASIL, 2022).

Essa respectiva lei supra indicada trata-se da PNRS, que assegura a prevenção e a diminuição na geração de resíduo com práticas sustentáveis e propõe instrumentos para aumentar a reciclagem, a reutilização do resíduo sólido e a destinação adequada dos rejeitos (ZEELAND; TELLIER, 2015). Esta lei estabelece uma diferença importante entre resíduo e

rejeito, sendo que o primeiro deve ser reaproveitado e reciclado, já o segundo, quando não é mais possível seu reaproveitamento, deve ter sua destinação final adequada (ZEELAND; TELLIER, 2015).

Ainda as mesmas autoras indicam que, com a implementação e a regularização da PNRS pelos municípios, é possível indicar quais as responsabilidades dos geradores, do poder público e dos consumidores; define ainda princípios sobre a prevenção, a precaução, o poluidor-pagador, a ecoeficiência, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o reconhecimento dos resíduos como bem econômico e seu valor social.

O Decreto nº 7.105/2010 institui o programa pró-catador, denominado comitê interministerial para inclusão social e econômica dos catadores(as) de materiais reutilizáveis e recicláveis. O comitê interministerial da inclusão social de catadores(as) de lixo, criado pelo decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências (BRASIL, 2022). No entanto, esse decreto já foi revogado.

Consubstancialmente, o que afetou positivamente foi a aprovação da Lei 12.305/2010, que institui a PNRS o fim dos lixões e busca fortalecer o desenvolvimento das cooperativas ou associações de catadores(as) de materiais recicláveis, dando prioridade para os empreendimentos associativos de catadores(as), a realização do trabalho de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos do município, o comprometimento com a inclusão social dos catadores (as) e a inserção efetiva destes agentes nos programas de coleta seletiva, além do reconhecimento da atividade de catação (SILVA *et al*, 2013).

Conforme Zeeland (2016), o MNCR promove a inclusão socioeconômica de catadores(as) de materiais recicláveis na gestão integrada de resíduos sólidos e é reconhecida como a principal organização nacional em defesa dos interesses dos(as) catadores(as) do mundo que, ao longo dos anos, conseguiu estender suas articulações com organizações de outros países. Essas iniciativas iniciais apresentam o potencial de crescimento da economia solidária em importantes setores econômicos na sociedade, como a gestão de resíduos sólidos (ZEELAND, 2016; ACCORSI, 2018).

Porém, as coisas começaram a desandar, o que culminou no "revogação" a partir de 2019. A primeira mudança importante foi a alteração da CBO, ou seja, o(a) catador(a) agora é agente ambiental, o MNCR (2022) acredita que essa ação tomada pelo Governo Federal provocará paulatinamente impactos desastrosos no ponto de vista de mudança e revisão do título conquistado há 20 anos, ocasionando múltiplas consequências, como , excluir todos(as) os(as) catadores(as) de materiais recicláveis das políticas públicas conquistadas.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Nesta seção, são apresentadas algumas pesquisas realizadas no Brasil que versam sobre o tema desta dissertação, a qual foi realizada através de uma revisão sistemática. Os desafios e contradições que podem ocorrer na gestão de um empreendimento solidário estão crescendo e são apresentados de várias formas; podem tratar de forma geral e/ou de forma mais específica por tipo de empreendimento ou segmento, sendo algumas mais voltadas ao meio ambiente e outras aos aspectos sociais. Mas o que se verifica é que o foco está sempre voltado às tensões contraditórias entre a lógica mercantil funcional e a lógica solidária.

As pesquisas foram realizadas através do Google Acadêmico, buscando fontes seguras e alto impacto dentro dessa temática e, para a condução da revisão sistemática, foi inicialmente definida a partir das perguntas que representam as áreas de conhecimento que retratam a temática a ser estudada, contemplou-se artigos revisados por pares que tratam de empreendimentos solidários.

Os termos empregados compõem um agrupamento de denominações possíveis e usuais no contexto da economia solidária e, com isso, pretende reunir artigos como foco nos processos de gestão em empreendimentos de catadores(as) de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária. Para isso, foram realizadas combinações entre as 5 palavras-chave, apontando que as publicações coletadas versam com a pergunta. Nesse sentido, utilizou-se as seguintes palavras-chave de pesquisa: “gestão de empreendimento solidário”; “economia solidária”; “gestão”; “cooperativas” e “catadores(as)”.

Os dados foram coletados na data de 13 de julho de 2021 através do Google Acadêmico, do *Scientific Electronic Library* (SciELO), do *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e de revistas. Ao pesquisar com as palavras-chave no google acadêmico, encontrou-se um total de 3.730 publicações que apresentaram uma ou mais das palavras-chave no título, resumo e/ou palavras-chave dos artigos. Vale destacar que houve delimitação de período para a seleção dos artigos, o qual compreendeu o período de 2010 a 2021. Justifica-se o início do ano 2010 em virtude de terem pesquisas suficientes para realizar a revisão.

Após realizado o levantamento inicial, verificou-se o alinhamento das publicações com o objetivo desse estudo através de filtragens demonstradas na Figura 2.

Figura 2 - Processo de filtragem no Google Acadêmico



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados coletados.

A primeira filtragem realizada no Google Acadêmico está relacionada à exclusão de publicações repetidas, restando 1.784 artigos. Em seguida, ocorreu a leitura dos títulos desses artigos, excluindo os títulos que não eram condizentes com o tema pesquisado, resultando em 364 artigos. Na sequência, foram eliminados aqueles que não tinham o resumo alinhado, restando 67 publicações. Após aplicação dos critérios, 19 artigos foram identificados e realizada a leitura integral para verificar o alinhamento do conteúdo com o tema investigado, a análise de conteúdo se faz a partir das seguintes categorias: autores(as); nome do artigo e a contribuição para a pesquisa que está em desenvolvimento.

A seguir, encontra-se o Quadro 8 com a caracterização completa dos artigos que preencheram os requisitos desta revisão sistemática.

Quadro 8 - Sínteses das produções científicas coletadas (2010-2021)

Ano	Autores(as)	Título
2010	Tirado-Soto; Zamberlan	Empreendimentos Solidários num ambiente Capitalista: Variáveis para seu desenvolvimento.
2011	Silva et al.	Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária.
2011	Veronese	A economia solidária e a formação de lideranças democráticas.
2012	Trombeta	O trabalho dos catadores de materiais recicláveis: da precarização à organização do trabalho.
2013	Cassandre et al.	Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: Economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo.
2013	Carvalho et al.	Valores do trabalho em Empreendimentos Solidários: Estudo de caso entre os membros de uma Cooperativa de Coleta e Reciclagem de Lixo.
2014	Dias; Souza	Gestão Social e Economia Solidária, o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN.

2014	Zambelo	A Economia Solidária como um princípio de organização do trabalho: formação e assessoria técnica para catadores de material reciclável.
2014	Cardozo et al.	Gestão de empreendimentos econômicos solidários os desafios no contexto das cooperativas de reciclagem.
2015	Basto; Araújo	Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis.
2016	Daltoé;Monteiro	Entre o discurso da economia solidária e o capitalismo: contradições e desafios
2016	Oliveira et al.	Gestão democrática na cooperativa de empreendimentos solidários do município de Boa Vista - COOFEC'S.
2017	Pirotti et al.	Sozinhos Não Vamos Vencer: Práticas Colaborativas E Ganhos Coletivos Em Uma Rede De Empreendimentos Da Economia Solidária Brasil.
2018	Braga; Maciel	Desafios e contradições de um projeto solidário: o caso de uma associação de catadores de materiais recicláveis.
2018	Umpierre et al.	O Trabalho Associativo em Empreendimento de Economia Solidária e o papel da Educação Ambiental Crítica, emancipatória e Transformadora.
2019	Cardoso et al.	Empreendimento econômico solidário formado por catadores de materiais recicláveis: um estudo de caso da associação de catadores das águas lindas, Belém, Pará.
2019	Barros; Oliveira	Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária.
2020	Souza et al.	Tensão entre racionalidades: estudo de caso da associação de catadores de materiais recicláveis de Lavras (ACAMAR).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados.

Com esta leitura prévia dos 19 artigos selecionados, foi possível identificar os desafios e contradições na gestão dos EES, levando em consideração os princípios da economia solidária, entretanto, não podemos generalizar, pois foram apenas leituras prévias, de poucos artigos e de um determinado período de 10 anos.

Consoante as principais causas dos surgimentos dos EESs se dão pelas altas taxa de desemprego, pessoas excluídas no mercado de trabalho, seja por idade, por falta de qualificação ou por inexistência de postos de trabalho (TIRADO-SOTO; ZAMBERLAN, 2010; CASSANDRE *et al.* 2013; BASTO; ARAÚJOR, 2015; DALTOÉ; MONTEIRO, 2016; BRAGA; MACIEL, 2018; UMPIERRE *et al.* 2018; CARDOSO *et al.* 2019; BARROS; OLIVEIRA, 2019).

Em complemento, foi percebido que os grandes desafios que as cooperativas ou associações de catadores(as) enfrentam é o baixo rendimento, oriundo de baixíssima infraestrutura, condição do material coletado, remuneração proporcional à produção, em determinados momentos melhor, em outros pior, que porventura proporcionada pela exploração por parte dos atravessadores (sucateiros que compram os materiais recicláveis de cooperativas, associações) a um preço muito abaixo do praticado no mercado e vendem para indústrias, conseguindo, assim, um lucro altíssimo (TROMBETA, 2012; CARVALHO *et al.* 2013; UMPIERRE *et al.* 2018; BARROS; OLIVEIRA, 2019).

É possível verificar as dificuldades que os empreendimentos de catadores(as) têm ao fazer a gestão a partir dos princípios mais importantes (autogestão, solidariedade e cooperação). É notável nos estudos selecionados que o processo decisório é algo que está concentrado nas mãos de poucos, existe uma dificuldade na organização, no consenso para tomada de decisão, nas informações disponíveis para todos(as), na falta de união, na desconfiança, no individualismo em alguns momentos, e a equipe só funciona quando a liderança sinaliza que é preciso que todos colaborem, como um líder formal - a chefia. Predomina a desorganização, a falta de controle de documentos, a dificuldade de comprometimento com os horários; a ausência de lideranças que possam estimular os demais membros; a falta de participação nas tomadas de decisões, a renda mínima e insuficiente, a baixa autoestima dos participantes, em geral; a descrença das suas potencialidades (VERONESE, 2011; CARVALHO *et al.* 2013; ZAMBELO, 2014; OLIVEIRA *et al.* 2016; BRAGA; MACIEL, 2018).

Diante da constatação dessa realidade, torna-se premente a busca por alternativas de fortalecimento das práticas dos princípios da economia solidária nos empreendimentos, questão adotada como motivação deste trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresenta-se o caminho metodológico pelo qual foi desenvolvida esta pesquisa, em cinco tópicos: (i) classificação da pesquisa (quanto aos objetivos, procedimentos, abordagem do problema); (ii) caracterização do caso; (iii) procedimento de coleta de dados; (iv) procedimento de análise dos dados. Nesse sentido, o delineamento da metodologia dessa pesquisa é apresentado na Figura 3.

Figura 3 - Delineamento metodológico



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Referente aos objetivos, foi por intermédio de um estudo de caráter descritivo, de acordo com Gil (2008), o qual aponta que a finalidade desta pesquisa é demonstrar as características de uma certa população, ou experiência do estudo realizado. Por isso, o objetivo principal desta pesquisa é analisar as questões sócio-organizacionais de um empreendimento solidário, conhecendo a sua dinâmica e contradições.

Nesse quesito, esta categoria é comum nas ciências sociais e coleta os dados diretamente em seu ambiente natural. É característica em estudos que visam a entender situações que ocorrem na vida social, política, econômica, do comportamento humano, de indivíduos ou de grupos (GIL, 2006), além de analisar os dados ou fenômenos, realizando uma descrição detalhada da forma como estes se apresentam (GIL, 2006).

Portanto, a presente pesquisa classifica-se como descritiva, pois descreverá as características de um grupo de catadores(as), objeto deste estudo; e o processo histórico da associação, desde 2005 até os dias atuais, buscando compreender a economia solidária, como é a participação dos(as) cooperados(as) nos processos de gestão, dentre outros fatores que possibilitem verificar como é o processo de gestão da associação.

Sobre a Abordagem do Problema, é uma pesquisa qualitativa, visto que foram realizadas entrevistas com os(as) associados(as) atuais, e estas foram analisadas por meio de análise de conteúdo. Gil (2008) descreve que, neste tipo de estudo, não adota um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema, nem pretende numerar ou medir unidades ou características homogêneas. Utiliza o texto como material empírico, parte da noção da construção social das realidades em estudo e está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (FLICK, 2009).

Na análise qualitativa, a ferramenta mais importante é o(a) pesquisador(a), pois é ele(a) que vai interpretar as informações coletadas durante as visitas e entrevistas com os sujeitos. Sendo assim, este estudo classifica-se como qualitativo, tanto pela abordagem que foi dada ao problema de pesquisa, quanto pelo procedimento e pelas técnicas de coleta e análise dos dados.

Quanto aos procedimentos, é estudo de caso muito utilizado em pesquisas que pretendem identificar a realidade; sua aplicação se dá por um estudo profundo e extenso de um ou mais objetos, permitindo que se tenha uma larga escala de conhecimentos sobre contexto de vida real, mas entender esse fenômeno significa também estudar seus aspectos contextuais (YIN, 2001). Portanto, esse método foi o escolhido por permitir uma melhor aproximação da realidade estudada (GIL, 2008).

Além disso, o estudo de caso recorre às bases teóricas para conduzir a coleta e análise dos dados, e, da mesma forma, lida com o uso de diversas fontes de evidências (YIN, 2001).

Este consiste em um estudo concentrado em um único caso, no intuito de aprofundar os conhecimentos a respeito de determinado caso específico verificado. Segundo Yin (2001), indicar o caso é fundamental. Ele pode ser: um evento, uma organização, uma localização

geográfica, um grupo ou até mesmo um indivíduo. Entretanto, a escolha desse caso único se dá porque há um envolvimento entre a pesquisadora e a associação de catadores(as) do município de São Lourenço do Sul/RS, uma vez que, desde o ano de 2018, durante a graduação em gestão de cooperativa, foi bolsista de iniciação científica da INEESOL, assessorando a associação do estudo, possibilitando, assim, a aplicação prática da temática que está sendo estudada (GIL, 2006).

3.1 COLETA DE DADOS

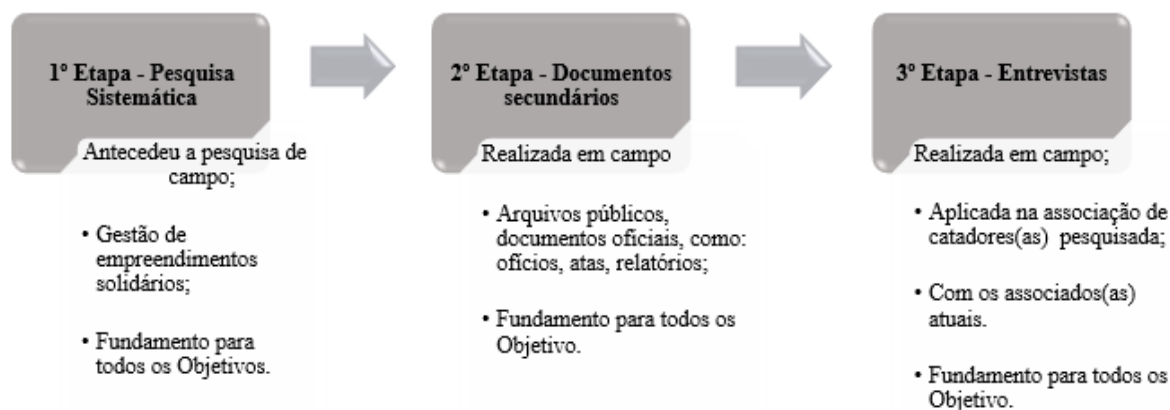
Com base nos procedimentos metodológicos apresentados, os dados foram coletados por fontes primárias e secundárias, que são: entrevistas com os(as) associados(as), bem como documentos cedidos pela associação. Yin (2001) recomenda que os estudos de caso utilizem diversas fontes de evidência e não uma única, pois essa tática permitirá que o(a) pesquisador(a) seja capaz de identificar uma maior variedade de aspectos históricos e comportamentais e as conclusões de seu estudo serão mais conclusivas, detalhadas e assertivas.

Ainda conforme Yin (2001), o uso de várias fontes permite uma triangulação dos dados, a qual é determinada pelo autor com informações coletadas de inúmeras fontes, mas que se baseiam no mesmo fenômeno ou fato. Essa triangulação está vinculada com a qualidade da pesquisa qualitativa ao aumentar as possibilidades do(a) pesquisador(a) e proporciona um maior alcance para entender o objeto de estudo (FLICK, 2009).

Outro atributo fundamental que a triangulação fornece para a pesquisa é a validação. Se as conclusões estiverem embasadas em consonância com várias fontes de coleta de dados, este processo dará suporte à validação da pesquisa (FLICK, 2009).

A Figura 4 apresenta o caminho metodológico para realizar a coleta de dados.

Figura 4 - Caminho Metodológico para a Coleta de Dados



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na primeira etapa determinada para a coleta de dados, foi realizada a pesquisa sistemática que embasa o procedimento de investigação. Para a segunda etapa, foram utilizados documentos do projeto de extensão, como: ofícios, atas, relatórios entre outros, a fim de conhecer a associação desde o seu princípio e como um todo. Para Sampieri *et al.* (2013, p. 440), os documentos “[...] podem ajudar a entender o fenômeno central do estudo”. Além do mais, o(a) pesquisador(a) tem a oportunidade de conhecer as rotinas, o ambiente e as experiências do objeto de estudo.

Com isso, foram utilizadas seis atas, sendo uma de constituição da associação e as demais de assuntos de exclusão e inclusão de associados(as), e editais de convocação para deliberação de uma nova diretoria para a associação. Além desses documentos, foram utilizados o ato de infração, relatórios de estágios e trabalhos de conclusão de curso. Vale destacar que as fontes dos arquivos citados estão sob sigilo do projeto de extensão Fortalecimento da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul – ASSER. Esses documentos propiciaram conhecer o processo histórico e o regime democrático da associação.

Na terceira etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B) com os(as) catadores(as) associados(as) da associação e com uma voluntária que contribuiu com a constituição do empreendimento. A entrevista semiestruturada, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do(a) pesquisador(a), permite que o(a) entrevistado(a) use toda sua criatividade e espontaneidade, valorizando mais a verificação (GIL, 2006).

Por integrar a equipe do projeto de extensão intitulado “Fortalecimento da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul – ASSER” desde 2018, contribuindo para seu fortalecimento e consolidação, foi feito o contato com os coordenadores da associação para apresentar a proposta do projeto de pesquisa, verificar a viabilidade do estudo, além de

compreender o interesse do grupo por esta pesquisa. Após esse encontro – que ocorreu na própria associação, em São Lourenço do Sul/RS, foi possível direcionar melhor a pesquisa e as escolhas referentes às técnicas de coleta de dados.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022, a partir de um roteiro semiestruturado com os(as) associados(as) da ASSER de forma individual, principalmente para saber a percepção de cada associado(a) sem a intervenção dos(as) demais participantes. Tendo em vista a diminuição dos casos de COVID-19 nesse período, optou-se por conduzir as entrevistas de forma presencial, conforme a disponibilidade dos(as) associados(as).

Dessa forma, seis entrevistas foram realizadas de maneira presencial, com os(as) associados(as) que se encontram no momento no galpão da associação, essas conversas geraram arquivos gravados de 2 horas e 40 minutos (gravações autorizadas verbalmente no início da entrevista) com o intuito de preservar tudo que foi dito e prevenir que nada fosse esquecido durante a análise.

Logo após, todas as entrevistas foram transcritas na sua totalidade (40 laudas), o que se considerou ser uma técnica necessária para auxiliar na análise e compreensão dos dados. Para preservar a identificação dos(as) associados(as) da associação, foram alterados (o que foram alterados? Os nomes?) nos relatos apresentados na análise de dados.

Quadro 9 - Perfil dos(as) associados(as) entrevistados(as) da ASSER

Entrevistado(a)	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Perfil						
Gênero	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
Idade	70 Anos	45 Anos	27 Anos	39 Anos	22 Anos	22 Anos
Nível de formação	Fundamental Incompleto	Médio Completo	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Médio Completo	Médio Incompleto
Tempo de associação	5 Anos	9 Anos	5 Anos	10 Anos	3 Anos	4 Anos

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Posto isso, o Quadro 9 apresenta a identificação e o perfil dos(as) associados(as) entrevistados(as). Para melhor identificação, optou-se por utilizar a letra E, de entrevistado(a) e o número relativo ao número da entrevista, embora não simbolize a ordem cronológica de realização da entrevista. Esse processo de escolha dos sujeitos se deu pela disponibilidade dos(as) associados(as). Foram estabelecidos previamente alguns temas para responder aos objetivos da pesquisa, no entanto, foi oferecida ao(à) associado(a) entrevistado(a) a

oportunidade de comentar o mais livremente possível a respeito das questões. Vale destacar que o roteiro foi elaborado a partir dos itens norteadores que surgiram com a fundamentação teórica e revisão da literatura.

Assim, a entrevista foi dividida em oito partes: a primeira é relacionada ao perfil dos(as) associados(as); a segunda sobre democracia e participação; a terceira sobre igualdade; a quarta sobre a forma de produção; a quinta sobre o ambiente institucional; a sexta sobre gestão administrativa; a sétima sobre os(as) associados(as) e a oitava sobre como viam a gestão atual. Dessa forma, os roteiros serviram para conhecer as percepções dos sujeitos na organização da gestão da associação.

3.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISES DOS DADOS

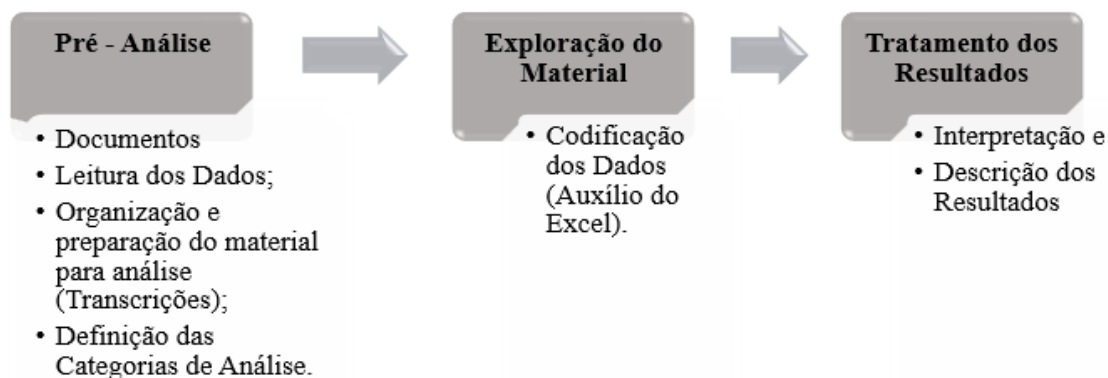
Em consonância com este parecer da pesquisa, classificada como qualitativa descritiva, os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas e vários tipos de documentos, além de considerar que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados, o ambiente e as pessoas devem ser analisados holisticamente (MARCONI; LAKATOS, 2020).

Primeiramente, foram transcritos o conteúdo das falas, as notas de campo e os documentos; depois foi procedida a leitura flutuante do material. A análise dos dados foi efetuada por meio do método Análise de Conteúdo, entretanto esta não trabalha apenas o texto, mas também o contexto. Os resultados devem ir além da descrição dos conteúdos e envolver o todo da comunicação (MARCONI; LAKATOS, 2020).

O método de análise de conteúdo de Bardin (2011) se constitui a partir de um instrumento que engloba uma variedade de formas que são ajustáveis ao estudo das comunicações. Segundo a autora, a análise de conteúdo se constitui em um conjunto de técnicas que, por meio de procedimentos sistemáticos, visa a obter conclusões de conhecimentos a respeito das mensagens. Consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que se baseiam no rigor do método para não se perder na heterogeneidade de seu objeto.

Há tendência de que, quando utilizada a análise de conteúdo na pesquisa qualitativa, ela possua um caráter interpretativo e se componha em um processo de categorização de dados textuais qualitativos em temas semelhantes ou categorias conceituais, para identificar padrões consistentes e relacionamentos entre temas (MARCONI; LAKATOS, 2019).

Figura 5 - Processo para Análise dos Dados



Fonte: Elaborado a partir de Bardin (2021).

Bardin (2011) estabelece três fases para a análise de conteúdo: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Tem como objetivo obter indicadores de conhecimentos relativos às condições de variáveis inferidas na mensagem, por intermédio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011).

Na primeira fase, chamada de pré-análise, o material foi coletado e analisado. Com isso, ocorre a exploração do material em profundidade e as definições das categorias de análise e sistematização das ideias para dar embasamento às próximas fases. Para a segunda fase, que disserta sobre a preparação do material para análise, serão realizadas transcrições das entrevistas realizadas com os(as) catadores(as).

Em sequência, com o apoio do material explorado, serão realizadas as codificações dos dados para as categorias de análise, com base nos objetivos deste estudo. Para essa etapa, foi utilizada uma ferramenta de apoio à codificação, categorização e análise dos dados. Na terceira e última fase, foram realizados o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, a partir de quadros de referência sobre os quais os conteúdos são revelados em conformidade com os objetivos do estudo (BARDIN, 2011).

Por meio desse instrumento, houve a intenção de compreender de que forma os princípios da economia solidária estão inseridos na prática organizacional da associação estudada e se contribuiram para se consolidarem como um empreendimento de economia solidária. De acordo com o que foi identificado na literatura, o Quadro 10 sistematiza a relação entre as categorias e subcategorias, as características e as técnicas de coleta de dados para uma melhor percepção do estudo.

Quadro 10 - Categorias e Subcategorias definidas a priori

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	CARACTERISTICAS	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS
Autogestão	Forma de organização operacional	É entendida como o conjunto de práticas sociais que exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e o empreendimento, independentemente do tipo de estruturas.	Entrevista semiestruturada/ Análise de documentos
	Gestão financeira		
	Forma de organização administrativa		
	Fortalecimento da organização		
Democracia	Reuniões/Assembleias	O(a) associado(a), tem o direito de um voto, ocorrendo em assembleia, é a principal instância de decisão, demanda a participação horizontal dos trabalhadores (as), de forma que não mostrem hierarquias ou separação entre os que decidem e os que exercem.	
	Eleições		
Participação	Comunicação	É dever dos(as) associado(as) participarem de todas as estâncias do empreendimento, deste a tomada de decisão, a valorização das culturais locais, distribuição justa das sobras, a reciprocidade.	
	Envolvimento		
Solidariedade	Autonomia	Baseado pela reciprocidade, igualdade, e pela necessidade de organização para produzir, ou seja, não é apenas ajudar, mas é informar, compartilhar o que sabe.	
Cooperação		Tem a intenção de conduzidas as relações de troca recíproca e não pela competitividade.	
Atividade Econômica	Venda de materiais recicláveis	Autonomia financeira, recursos e informações para assegurar as iniciativas.	
	Renda		
	Atravessadores		
Desenvolvimento Humano	Entendimento de empreendimento solidário	Conduz ao desenvolvimento da liberdade, da autonomia dos indivíduos.	
	Condição de vida		
Responsabilidade Social	Desenvolvimento da Comunidade	Busca atuar com ética na relação entre a organização e os cooperados, associados, compradores, vendedores, meio ambiente, município, comunidade e toda a sociedade envolvida nessa relação.	
Institucional	Ação pública	Relação outras instituições	
	Articulação com organizações públicas		
	Articulação com organizações sociais		

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Cumpridas as etapas de coleta de dados, com tal análise foi possível compreender que todas as categorias definidas *a priori* possuem evidências a partir dos dados coletados no campo.

É importante destacar que uma das categorias, a institucional, não representa um princípio da economia solidária, no entanto foi necessária a inclusão dela para identificar as parcerias e suportes institucionais que a associação recebe.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, da FURG (BRASIL, 1996). O processo supracitado se deu após a aprovação da Banca Examinadora, que foi designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA/FURG.

Aos sujeitos que integraram a pesquisa, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, em que estão descritas todas as etapas da pesquisa, o qual foi impresso em duas vias, ficando uma sobre responsabilidade da pesquisadora e outra com o(a) entrevistado(a). Os dados da pesquisa foram empregados com fins acadêmicos, garantindo-se o anonimato dos participantes. Todos os procedimentos que os participantes foram convidados a realizar (entrevistas) foram explicados e, apenas após entendimento e consentimento, realizados. Ainda, frente a qualquer constrangimento perante os questionamentos, o participante teve o direito de cancelar sua participação a qualquer momento.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO

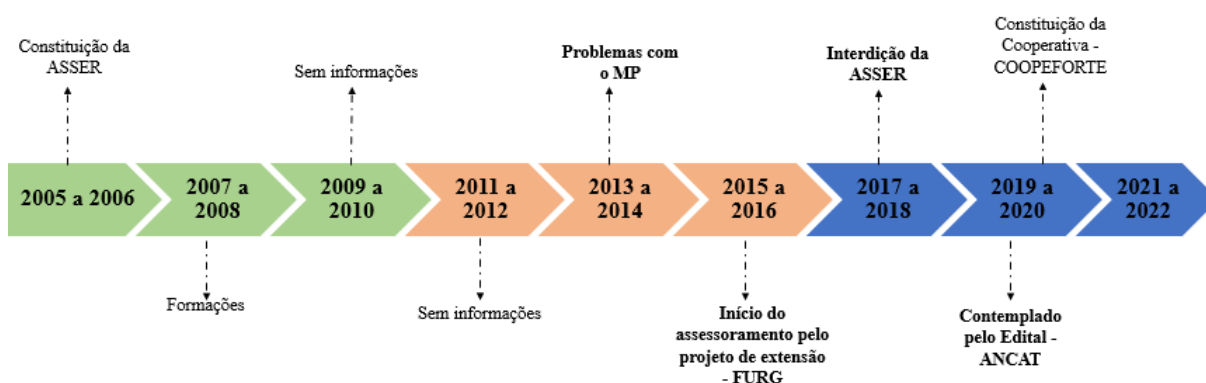
Em consideração, acerca do referencial teórico tratado para esta dissertação, expondo o ambiente do caso estudado e levando em análise o processo metodológico percorrido até o presente momento, visando o momento de apresentar os resultados.

4.1 ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA DE RECICLADORES(AS) DE SÃO LOURENÇO DO SUL – ASSER

O objetivo desta seção é apresentar a história da Associação, de sua origem até como ela está estruturada atualmente. Pautado pelas narrativas levantadas em uma única entrevista e na análise de documentos, pelas quais foram consideradas as atas da associação, documentos do projeto de extensão, relatório de estágios e trabalho de conclusão de curso.

Este item aborda o processo de concepção da ideia de se fundar uma associação, passando pela sua concretização e finalizando em como a organização está atualmente estruturada. Conforme observamos na Figura 6.

Figura 6 - Linha do Tempo da Associação Ecológica de Recicladores(as) de São Lourenço do Sul



Fonte: Elaboração própria.

Conforme a linha do tempo, em 2005, a ideia de se criar um empreendimento de coleta e processamento de materiais recicláveis no município de São Lourenço do Sul/RS ocorreu em meio ao processo de interação entre os agentes públicos da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul e a comunidade local. Seus primeiros esboços partiram da nova gestão da prefeitura no ano de 2005 (Gestão PT), primeiramente com a criação da Secretaria de

Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA, depois a criação do departamento de economia solidária.

Conforme confirmado em Heiden (2007), demonstrando a importância da integração entre o órgão público com os(as) catadores(as), gerando um trabalho socialmente relevante, denotando como essa categoria de trabalhadores(as) contribui para o desenvolvimento do município.

Com os agentes públicos tomando conhecimento que existia um galpão abandonado no distrito Industrial do município e se deparando com diversos(as) catadores(as) catando individualmente pelas ruas da cidade em situação de vulnerabilidade social, pensou-se em constituir uma associação para esses(as) catadores(as) trabalharem de forma coletiva e não individualmente, além disso, o galpão continha uma mínima infraestrutura, com esteira, prensa e balança.

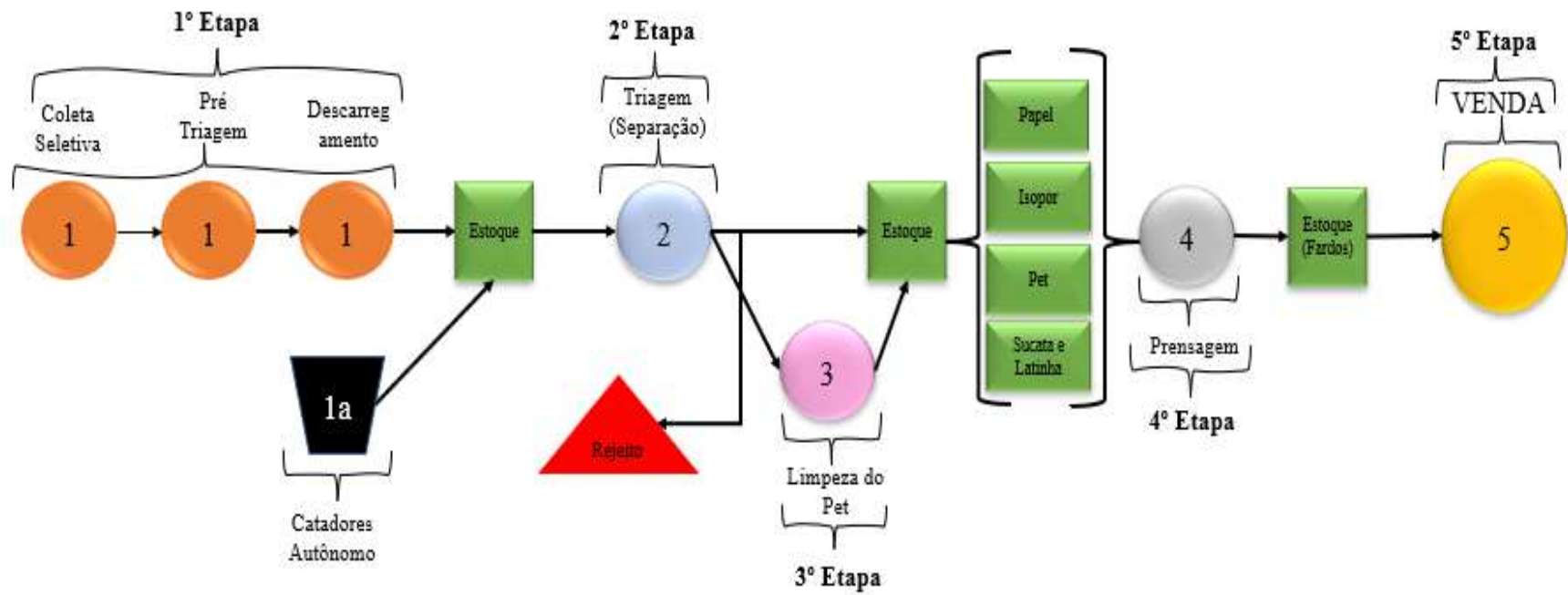
A idealização desta proposta foi a partir do conhecimento do *Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento*, desenvolvido pelas SENAES. Criada em 2003 pelo governo federal, tem o objetivo de fortalecer os empreendimentos de geração de trabalho e renda, e que incluía as ações de fomento do “*Programa de Resíduos Sólidos Urbanos*”.

Com isso, os agentes públicos chamaram os(as) catadores(as) para uma conversa e fizeram a proposta de constituir uma associação de catadores(as), e a partir disso constituiu-se a Associação Catadores(as) de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul – ASSER. Portanto, a ASSER é o primeiro grupo de catadores(as) organizados no município. Sua formalização se deu em 19 de agosto de 2005, com homologação do seu estatuto em 28 de novembro de 2005 e a eleição dos seus Conselhos de Administração e Fiscal. Contou com 6 associados(as) para a fundação, sendo 1 mulher e 5 homens, todos(as) residentes em bairros próximos à associação, e com faixa etária entre 19 a 42 anos⁶.

Segundo o CBO, desenvolvem suas atividades como Coletores de Lixo Domiciliar e têm por função receber em sua usina de triagem os resíduos sólidos descartados pela comunidade lourenciana, separar estes resíduos, agora chamados de materiais recicláveis, conforme sua classificação e, posteriormente, comercializá-los, dando o destino de reciclagem correto aos mesmos, conforme a Figura 7.

⁶ Informações acessadas na ata de constituição da associação.

Figura 7 - Processo Produtivo da ASSER



Fonte: Elaborada pela autora

Com 17 anos de existência, a associação passou por altos e baixos. Nos primeiros anos da associação, a mesma recebeu diversas formações, sendo: autogestão, preenchimento de atas, processos organizativos, isso tudo com a parceria da secretaria de economia solidária e um assessor(a) técnico(a) externo, que vinha de Porto Alegre.

Além destes auxílios em formação, o município fez um termo de cedência do local e realizava o recolhimento do material reciclável na cidade e entregava na associação, porém sem nenhum repasse financeiro. Portanto, a única fonte de receita era somente a da comercialização, fazendo que a renda dos(as) associados(as) fosse muito baixo e levando a muitas entradas e saídas de associado(a)⁷.

Isso proporcionou para a associação um processo de desorganização, atas não atualizadas ou perdidas, entradas e saídas não registradas de associados(as), proporcionando que, no período de 2009 a 2012, não houvesse acesso às informações concretas, apenas relatos.

Ainda nesse processo de desorganização e sem conhecer a legislação, houve o caso de um(a) associado(a) menor de idade, na época com 15 anos a se associar, e após denúncia ao Ministério Público, levou o(a) coordenador(a) da época a responder um processo, gerando uma dívida com advogado, isso em meados dos anos 2014-2015.

Deparando-se com esse processo, os agentes públicos do departamento de economia solidária procura os(as) docentes da Universidade Federal do Rio Grande – *Campus* São Lourenço do Sul, principalmente dos cursos de gestão ambiental e gestão de cooperativa para buscar ajuda no processo organizativo da associação, tanto no âmbito econômico, social e ambiental.

Esse processo de assessoria se iniciou em 2016, com o projeto estimulando o Fortalecimento da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul – ASSER. Foram realizadas reuniões entre a coordenação da ASSER e o corpo técnico das instituições envolvidas para levantamento das pautas, do contexto da ASSER e dos associados(as) que estavam inseridos.

Com as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão, como por exemplo: o levantamento de informações e questionamentos feitos à direção e aos associados(as), situações que até então estavam restritas a apenas uma pessoa, começaram a vir à tona para todos(as) os(as) associados(as), e conflitos que até então estavam camuflados, tornaram-se públicos a todos e todas.

7 Pinhel (2013) constata que esses conjuntos de fatores impactam diretamente no nível de eficiência e produtividade no trabalho dos(as) catadores(as).

Nas ações desenvolvidas pelas docentes junto aos associados(as) foi se percebendo que a ASSER não estava sendo gerida como uma associação, mas sim como uma empresa. Havia uma pessoa que era responsável por “contratar” e “demitir”, fazer os controles de pagamentos e recebimentos, e dar as ordens sobre o funcionamento das atividades realizadas no galpão.

Aos poucos as informações foram sendo levantadas e os problemas foram sendo apresentados ao conjunto dos(as) associados(as), o que culminou em uma assembleia, na qual foi proposta a exclusão da associada, e ao ser colocada para votação, e a ampla maioria dos votos a mesma foi excluída.

Em 2017, uma guarnição da companhia ambiental deslocou-se até a associação para averiguar irregularidades. Foi possível verificar que a associação trabalhava com Licença de Operação (LO) vencida desde 20/03/2015 e ainda haviam outras inúmeras irregularidades em desacordo com a L.O., tais como: resíduos sólidos; lixo doméstico; equipamentos eletrônicos, todos colocados diretamente no chão e espalhado a céu aberto.

Ademais, não tinha placas indicativas de identificação e classificação do resíduo dentro do galpão de triagem. Assim como nenhum(a) associado(a) utilizava EPI's e não possuíam vínculo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Diante das evidências constatadas no auto de infração, foi concluído que a associação praticou crime ambiental e que proporcionou o fechamento por tempo indeterminado do empreendimento.

Após três meses fechado, os(as) associados(as), juntamente com os extensionistas, solicitaram intervenção do MP na tentativa de conciliar a situação, a fim de reativar o funcionamento da associação, regularizando o trabalho desenvolvido. Com muito esforço e em busca de colocar em dia as principais pendências que o empreendimento tinha, a prefeitura liberou o alvará para voltar às atividades no galpão, e deu um prazo para regularizar todas as questões que poderiam levar novamente ao fechamento do empreendimento.

Esse processo de reinício não foi fácil, pois muitos dos(as) associados(as) que estavam, acabaram saindo, o que culminou com uma assembleia para uma nova eleição para diretoria 2017/2018. Com a nova coordenação da ASSER assumindo, já se percebe diferenças na condução do empreendimento, com a exibição das contas da associação, apresentação de compra e venda, prestação de contas e de dívidas que a associação tinha. Mas para esse processo ser cada vez mais transparente, a ASSER contou com o apoio dos extensionistas do projeto e um bolsista para auxiliar no processo de gestão, mas sem interferir nas decisões do grupo.

Em 2018, começaram a ocorrer reuniões com o Prefeito do município, para tratar de um novo contrato de prestação de serviços da ASSER com o município. Esse processo levou em

torno de 9 meses para firmar o novo contrato, visto que houve R\$ 3.000,00 com diversas outras demandas que não estavam previstas no contrato anterior.

Nesse período, a ASSER fez parte de uma rede de associações ou cooperativas de catadores(as) de comercialização dos materiais recicláveis de forma conjunta, a ⁸Rede Reciclar. Após 1 ano e meio inserido na rede, em maio de 2019 a ASSER resolve se desvincular da rede por motivos internos, tais como: i) na época a rede tinha 7 anos de existência, não era formalizada; ii) as reuniões geralmente eram problemas das cooperativas/associação vinculadas; iii) havia desconfiança nas prestações de conta da Rede e iv) o(a) coordenador(a) nunca atendia o(a) coordenador(a) da ASSER. Mesmo com a saída da associação da Rede não afetou economicamente, pois a associação era a que tinha sempre o maior volume de material reciclável na hora da comercialização. Destaca-se que está decisão foi tomada em uma reunião com a presença de todos(as) associados(as), e com votação para a sua desvinculação da Rede Reciclar.

Em 2019, a ASSER foi contemplada pelo edital 10/2019 – Reciclar pelo Brasil, convênio realizado pela ANCAT com objetivo de fortalecer o trabalho dos(as) catadores(as). Através deste convênio foi possível melhorar a infraestrutura da associação. Com esse processo de assessoria e mais a participação da associação no edital a ANCAT possibilitou que, em 02 de dezembro de 2020, a associação constituísse a cooperativa, denominada Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis – COOPEFORTE, a qual foi constituída pelos mesmos 13 associados(as) da ASSER, sendo 4 mulheres e 9 homens.

Entretanto, a associação ainda existe e se encontra no mesmo endereço e com a mesma infraestrutura. O motivo da existência da associação se dá muito pela função do contrato que ela possui com o município, para o recolhimento do material reciclável, visto que é a associação a contratada e não a cooperativa.

⁸ A ideia de constituição da Rede Reciclar na região sul do RS surge nas discussões realizadas pelo Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas (NESIC/UCPEL), em parceria com a SENAES e MTE (VECHIA *et al.* 2018).

4.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS

Considerando as categorias elencadas no capítulo metodológico, trabalhamos com 8 categorias para realizar as análises das entrevistas realizadas com os(as) associados(as) da ASSER. Para a realização destas análises, as categorias foram divididas em subcategorias e, a partir disso, analisou-se isso as falas dos(as) entrevistados(as).

4.2.1 Análise das Categorias

As categorias analisadas foram apresentadas no Quadro 10. Para analisar a categoria autogestão, foram trabalhadas as seguintes subcategorias: forma organizacional operacional, forma de organização administrativa, fortalecimento da organização e gestão financeira. Pois, para que seja configurado um empreendimento autogestionário, é necessário que o empreendimento apresente algumas características como já explicitadas no capítulo 2 deste trabalho.

Neste sentido, buscou-se analisar a forma de gestão operacional, administrativa financeira, bem como as ações que propiciam o fortalecimento da ASSER. O Quadro 11 apresenta as falas dos(as) associados(as), contendo trechos em que caracterizam o entendimento de processo autogestionário na organização.

Quadro 11 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Forma de Organização Operacional

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Divisão de tarefas	<i>E4 – [...] cada dia uma faz. Nada mais justo se trocar, pois cada lugar que a gente fica, não é fácil, por isso a gente se reveza.</i>
Produção	<i>E4 – Depende do que vem da rua [...]</i>
	<i>E6 – É o que o pessoal da rota coleta, não temos como controlar, apenas depois que a gente separa o material aqui dentro do galpão.</i>
	<i>E1 - [...], mas no quesito quantidade de fardo dentro do galpão, a gente tem uma planilha e vai marcando ali cada fardo prensado que está pronto, e quando chega a quantia certa a gente vende o material.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

A relação entre os relatos das entrevistas com os conceitos apresentados por Albuquerque (2003), percebe-se que há um processo participativo na divisão das tarefas realizados por todos(as) os(as) associados(as), sem que haja uma sobrecarga para alguns apenas .

Esses dados vêm ao encontro dos estudos de Veronese; Scholz (2013) e Pinheiro; Paes de Paula (2016), que apontam a importância dos(as) associados(as) participarem de todas as etapas dentro da associação, porque nenhuma atividade é fácil, todas requerem empenho, atenção, cuidado, como expõe o(a) E4. Acerca disso, contribui com Singer (2002), sendo uma forma de evitar hierarquias dentro do empreendimento essa participação de todos(as) na hora de dividir as tarefas.

Além disso, o processo de participação que existe hoje na ASSER não é um processo concluído, nem está pronto, mas sim, um processo constante e contínuo como Culti *et al*, (2010) discorrem.

Já com relação à produção, não tem como prever a quantidade de material coletado, este fator faz com que os(as) associados(as) necessitem manter uma organização, visando minimizar as adversidades que surgem no dia a dia. E, ao mesmo tempo, foi possível verificar que existem uma forma de organização própria, na qual todos(as) associados(as) compreendem como as coisas acontecem dentro da associação.

Quadro 12 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Forma de Organização Administrativa

ATIVIDADE	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Estrutura organizativa	<i>E5 – 6 pessoas + 3 suplentes</i>
Estrutura organizativa	<i>E5 – Coordenadora geral, tesoureiro, secretária, conselheiros fiscais</i>
Divisão de tarefas	<i>E1 - É onde precisa, o coordenador avisa onde está precisando de pessoa naquele setor.</i>
Divisão de tarefas	<i>E2 – [...] a gente pergunta o que tem para fazer ou o que eu faço, faz ali ou vai para lá, a gente sempre vai se comunicando, entendeu.</i>
Divisão de tarefas	<i>E5 – Vai pela necessidade, que nem eu, sou da esteira, se os guris não puderem ir numa compra, vai eu ou a E3, a gente entende um pouco mais sobre se tiver que sair e algum lugar, vai alguém daqui de dentro. Não dá para ficar escolhendo, ah não quero fazer isso, não quero aquilo. De vez em quando o pessoal reclama, até eu mesmo reclamo, que não quero, mas fazer o que, temos que fazer.</i>

Divisão de tarefas	<i>E5 – a gente precisa organizar, é mais a organização porque é muita coisa da rua, pois sempre aparece um catador novo, questões de reuniões, telefone o tempo todo e mais a parte de administrar essa questão, como não temos ninguém fixo para essa função, a gente tinha a possibilidade de eu vir para cá uma vez por mês, mas aí teria que colocar outro(a) na esteira, aí tem a questão de colocar mais um na associação, para poder administrar bem, ter alguém no escritório para isso [...]</i>
Compra e Venda de Material	<i>E1 - A gente fala com o comprador, pedimos uma tabela de preço e a gente pesquisa em outras cooperativas, associações se o comprador é um cara confiável para a gente vender o material, se for confiável e pagando melhor a gente vende, mas se o comprador se a gente teve informações que não é confiável a gente não vende, a gente procura a informação [...]</i>
Compra e Venda de Material	<i>E1 - Nossa decisão é mais sobre compra de material, as vendas do material, mas mesmo assim, quando decide algo a gente passa para os associados também, oh vamos vender o material por tal valor, o comprador paga tanto, vamos sair desse comprador, para vender para outro, porque temos que pensar que pode haver calote lá na frente [...]</i>
Compra e Venda de Material	<i>E2 – Sobre pagamento, entrar em contato com os vendedores, mas todos os mundos sempre ficam sabendo das coisas.</i>
Admissão de novo(a) associado(a)	<i>E5 – ai eles tem 1 mês de experiência, se a pessoa se mostra interessado, esforçado, a gente coloca a pessoa tanto em rota, que é aonde se mais precisa, colocamos na prensa, na esteira para testar, vá que a gente precise e aí se a pessoal se mostrar boa no que ele faz ele fica, ai é feito uma reunião e colocado para votação com todos os associados(as) se todos concordam com a entrada do novo e se aprovado, é colocado em ata, a associação paga o INSS, que é direito e aí fica em ata e assim vira um associado(a).</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Com os relatos dos(as) associados(as), nota-se que a estrutura administrativa da ASSER é composta pelos seguintes órgãos sociais: Conselho de Administração (coordenador(a), tesoureiro(a) e secretário(a)) e os Conselhos Fiscais, conforme a Lei 5.764/71. Com isso, foi possível perceber por parte dos(as) associados(as) que todos(as) têm conhecimento dessa estrutura.

Este formato de instâncias não se configura como níveis hierárquicos na organização, como encontrado na heterogestão, uma vez que elas apenas estabelecem formas de divisão do trabalho, sendo que todos(as) os(as) associados(as) são consultados para efetivar a tomada de decisão. Os(as) coordenadores(as) têm autonomia apenas para a efetivação das atividades operacionais de âmbito administrativo, como relata Pinhel *et al* (2011) com relação à função da coordenação.

Também foi possível analisar o Quadro 12, em que os(as) entrevistados(as) compreendem as responsabilidades dos coordenadores(as) e, ao mesmo tempo, entendem que todos(as) são responsáveis pelas tomadas decisões, como abordado pelo(a) E5 sobre a divisão de tarefas (Quadro 12). Constata-se que a coordenação da associação é responsável por colocar em prática as decisões tomadas nas assembleias, e suas principais atividades estão relacionadas à negociação com os compradores para a comercialização dos materiais recicláveis, bem como

o planejamento da rota do caminhão para o transporte do material e os pagamentos mensais is da remuneração dos(as) associados(as).

Com isso, é perceptível que o processo organizacional da ASSER se encontra claro, evitando processos por conflitos, desperdícios de recursos e de tempo. Vislumbram-se as características como: decisões coletivas, transparência nos processos de compras dos materiais recicláveis dos(as) catadores(as) autônomos(as), os valores comercializados e igualdade, que foram apresentados por meio dos relatos dos(as) associados(as), corroboram com o conceito de autogestão apresentado pelos autores Albuquerque (2003) e Culti *et al* (2010).

Quadro 13 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Gestão Financeira

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Remuneração	<i>E1 - Ninguém ganha um centavo a mais que o outro, o que é dividido para um, é para o outro. Primeiro a gente paga as despesas, tira para o nosso fundo, e o que sobra a gente divide em partes iguais.</i>
Igualdade	<i>E1 - Há igualdade, aqui geralmente todo mundo trabalha igual.</i>
Contingência	<i>E1 - [...] algumas despesas que não estavam previstas, que afeta a todos, em dificuldades aqui dentro a gente vai levando, conversando e se ajustando [...]</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Outro aspecto analisado na categoria autogestão foi a forma como a gestão financeira é realizada pela associação. Por meio do Quadro 13, pode-se identificar falas que evidenciam a autogestão na associação, uma vez que há igualdade nas atividades realizadas pelos(as) associados(as) e não há diferença de remuneração, independente do cargo ocupado. Mesmo havendo funções diferentes, constata-se que tanto os dirigentes, como o motorista, os coletores e as pessoas que atuam nas atividades do galpão possuem igualdade na remuneração, como também nas funções desenvolvidas no trabalho. Nesse aspecto, é importante destacar que todos os ganhos ou perdas que a associação tem, ou venha a ter, afeta a todos(as), como é explicado pelo(a) E1.

O fato de o processo ser igualitário evita consequências como: conflitos, não comprometimento, não seguimento de normas e regras estabelecidas coletivamente, mas, ao contrário, é um empreendimento comprometido diretamente com a produção e com seus associados(as). O discurso dos(as) associados(as) evidencia a superação de valores individualistas por meio da igualdade, da solidariedade e da gestão compartilhada, como sinaliza Gaiger Laville (2009).

Quadro 14 - Categoria: Autogestão - Subcategoria: Fortalecimento da Organização

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Adesão de novos(as) associados(as)	<i>E4 – Todos associados(as)</i>
Tomada de Decisão	<i>E1 - então a gente tem que pensar, por que senão é só decidir, eu aqui não decido sozinho, porque daqui a pouco o pessoal pode dizer ah foi tu que decidiu, aqui não temos o negócio que foi tu, é tudo decidido junto, a gente faz isso para não ter reclamação de ninguém, a nossa decisão é tomada junto, a gente decide e leva para os associados antes de fazer as coisas finais.</i>
Consolidação	<i>E5 – Sim, a gente consegue se dividir bem, pessoal da rota é bom para a rota, o pessoal corre bem, ali na esteira a gente consegue manter o ritmo, nunca falta material em cima, os guris da prensa tão sempre com a prensa ligada.</i>
Transparência	<i>E1 - Para que era na outra gestão, agora está ótima, a gente sempre tem uma sobra [...]</i>
Transparência	<i>E4 - na gestão atual, no mês a gente vende carga das comprar sabe para não tirar da nossa carga. A nossa carga é só nossa mais duas por mês, fazemos a nossa e mais as compras, e a gente recebe super bem. Olha no tempo da gestão do antigo coordenador, a nora dele tesoureira, a irmã da nora dele secretaria era R\$ 200,00, e foi aí que ele chamou o E1 para assumir com ele, mas eu já trabalhava aqui e ele propôs que o E1 assumisse com ele na diretoria, aí o E1 aceitou e ficou como tesoureiro, aí no primeiro mês já deu R\$ 300,00 por nos outros meses eram R\$ 200,00. Não tem nem comparação para o de agora.</i>
Transparência	<i>E4 - Já nessa gestão, ali no livro ponto já tem o fluxo de caixa, assim todo mundo pode ver, eu mesmo não olho muito, mas tá ali para todo mundo ver, mostra a venda, o gasto com combustível do caminhão, mostra tudo. Já no outro ele só falava que gastemos tanto, e nunca apresentou nota, apenas falado, só de boca, tinha escrito num caderno a punho, foi gasto tanto, tanto para fulano.</i>
Transparência	<i>E2 – A gestão da boa, é transparente, tudo a gente fica sabendo, primeiro era coloca aqui no mural as informações, agora é colocado lá no ponto, pois assim todos vê. Todas as cargas vendidas, valores que entram, está tudo aqui para vocês verem.</i>
Transparência	<i>E5 – Boa, a gente consegue conversar bem, é uma gestão transparente, o tesoureiro sempre presou por isso, e ensinou o coordenador a seguir assim, se tiver algum problema, os dois se reúnem aqui, se eu tiver que participar, eu participo e sempre conversado aqui no escritório, sempre transparente, é avisado a todos do que acontece, ser é de uma compra de um pão para o café da tarde, todo mundo fica a par, sempre com transparência e responsabilidade e sempre tentando manter o grupo sempre unido.</i>
Conquista	<i>E5 – Conquistaram aqui foi nossa remuneração, pois a gente recebia R\$ 300,00 reais, isso em 2018, foi minha primeira remuneração aqui dentro, hoje já estamos recebendo em torno de R\$ 1.500,00, depende do material comercializado. Houve a conquista dos automóveis do pátio, a caminhonete que a gente conseguiu com o edital da ANCAT, o caminhão, comprar prensa. Assim não tem o que reclamar, se eles tiverem que correr atrás, mesmo que de vez em quando atrapalhados, eles correm, por isso que a gente confia. O antigo gestor, deixou dívidas e a gente precisou pagar tudo, até o caminhão que foi leiloadado, eles tiveram que correr atrás, foi um ano bem difícil e o pessoal recebendo bem abaixo do esperado, para assim conseguir quitar todas as dívidas que ficaram no nome da associação, tinha cheques na cidade, foi uma questão bem complicada e para limpar o nome da associação, e agora graças a deus, hoje em dia todo mundo conhece o coordenador e o tesoureiro não é mais aquela gestão que era antigamente.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

A subcategoria “fortalecimento da organização” foi definida levando em consideração que é uma organização pequena, com 13 associados(as), ou seja, não há contratação de trabalhadores(as) assalariados, respeitando os princípios da economia solidária baseado em Gaiger (2009). Isso posto, por se tratar de uma organização com poucas pessoas, a comunicação é facilitada, permitindo que os processos de tomada de decisão e principalmente a transparência seja uma prática cotidiana entre todos(as), como Souza *et. al* (2014) mensura.

Porém, é importante destacar que nem sempre foi assim, para chegar no estágio atual de transparência, o processo não foi fácil, como é possível observar na fala do(a) E4, quando o mesmo compara a gestão atual com a gestão até 2016.

Sendo assim, é possível ainda verificar no capítulo do histórico da ASSER, que até 2016 tratava-se de uma gestão verticalizada, cujas maiores tensões estavam relacionadas à falta da prestação de contas. Os controles eram praticamente inexistentes, não havia clareza sobre os reais valores movimentados, as informações eram apresentadas em folhas avulsas e escritas à mão, sem critério algum, sem documentação que comprovasse os valores recebidos e/ou pagos pela associação, sem uma apresentação formal em reuniões, e esses dados não ficavam com acesso livre para todos(as) associados(as), o que demonstrava que a gestão da associação até então não era transparente.

Essa situação fazia com que os(as) associados(as) não soubessem exatamente a real situação da associação, ao mesmo tempo, a falta de organização e dívidas que a associação tinha levava a uma baixa remuneração, como mencionado pelos E4 e E5. Essas características apontadas pelos(as) associados(as) que eram praticadas na associação, retratavam mais como um empreendimento tradicional e heterogestionário, como apontam os autores Guerra (2008), Farias (2009) e Oliveira (2014).

É importante destacar pelo(a) E4, foi a entrada do E1 na associação, pois o mesmo tinha experiência em trabalhar em cooperativa de pesca e contribuiu com seus conhecimentos para os demais, e isso logo o destacou, fazendo que nas eleições de 2017 fosse convidado a participar na gestão da associação, com a função de tesoureiro. Após ser nomeado a gestão de 2017, o E1 propôs em reunião e após votação diversas mudanças para melhorar o processo de transparência que não vinha ocorrendo pela gestão anterior, essas mudanças foram acatadas pelos(as) demais associados(as) e logo começaram a ver as mudanças.

Nesse sentido, o processo de aprendizagem e reconhecimento que as atividades de gestão eram importantes foi lento, pois dependia da compreensão de todos(as) associados(as), bem como do compromisso de que todos(as) assumiriam responsabilidade, mesmo não tendo

um dono.

Assim, com o passar dos anos, os conhecimentos foram sendo difundidos entre os(as) associados(as) através de formações, reuniões, conversas, mas sempre de modo que todos(as) participassem de forma coletiva, e nunca individualmente.

Ocasionalmente surgiram lideranças cada uma com sua importância. É importante ressaltar que as lideranças formais, por terem sido eleitas pelos associados(as), bem como aquelas informais, que devido às suas qualidades individuais, experiências passadas com EES, confiança, respeito e idealização, assumiram naturalmente papéis de liderança. Esse exemplo de liderança proporcionou que o atual coordenador viesse a seguir os processos de gestão de forma transparente, potencializando as atuais conquistas, como mencionadas nas falas dos(as) E5, E2 e E4.

Conforme Gaiger (2004) sinaliza, com a autogestão sendo considerada um dos oito princípios na economia solidária, foi possível observar nos Quadros 11, 12, 13 e 14 que na ASSER ocorre o processo autogestionário, visto que a propriedade do capital e do trabalho é de todos(as) associados(as), assim esse princípio garante que os meios de produção é dos(as) associados(as), garantindo a autonomia da associação, como Singer (2018) aborda e é colocado em prática na ASSER.

Para a categoria democracia, trabalhou-se com duas subcategorias: reuniões ou assembleias e eleições. A gestão democrática está relacionada com os traços de democratização dos processos decisórios que propiciem condições iguais de participar e decidir. A partir das entrevistas, foi possível compreender como esses processos ocorrem na ASSER.

Quadro 15 - Categoria: Democracia - Subcategoria: Reuniões ou Assembleias

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Órgão Máximo	<i>E2 – Assembleia geral</i>
Fluxo e acesso à informação	<i>E1 - [...] A gente avisa, três ou quatro dias antes, uma semana antes que vai ter reunião [...] A gente chama para a reunião quando precisamos decidir algo, passar informações, no fim quando vai trocar diretoria [...]</i>
Estrutura de decisão	<i>E4 – é feito uma reunião, apresentado a pauta e é decidido por votação.</i>
Estrutura de decisão	<i>E1 - eu e o coordenador(a) no caso, temos que decidir isso, isso, aquilo, o que acham, vocês topam, aí é feito a votação, se a maioria aceitar a gente faz, se a maioria do pessoal recusar, a gente acata também.</i>
Estrutura de decisão	<i>E2 – Praticamente todas, pois nunca é decidida sozinho, sempre nos como grupo.</i>

Estrutura de decisão	<i>E6 - a gente faz uma reunião, coloca o assunto que é para decidir, é perguntando se todos estão de acordo, quem está levantando a mão, a gente conta os votos, e perguntamos quem não concorda, também levanta a mão e contamos, aí a maioria vence.</i>
Igualdade	<i>E1 - Foi em uma reunião, a gente chamou o pessoal em assembleia e ficou decidido que ia sempre ser dividido em partes iguais, cada centavo e todo mundo concordou.</i>
Igualdade	<i>E5 – Foi feito uma reunião, feito em ata sobre isso, que todos ganhariam o mesmo valor, até por que a gente não tem salário fixo e a gente pode tá ganhando R\$ 2.000,00 reais, aconteceu um problema, um imprevisto, agora a gente teve que arrumar o caminhão vai ser tirado de todo mundo para poder arrumar o caminhão, é uma associação, todo mundo de mão dada, se ficar dando R\$ 100,00 reais a mais para uma e R\$ 100,00 a menos para outro não funciona.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Quadro 15, é possível associar as falas aos conceitos apresentados por Singer (2002), visto que a assembleia geral, órgão máximo de deliberação da associação e, por se tratar de um empreendimento pequeno, são feitas reuniões gerais semanais, com competência de: aprovar planejamento; aprovar adesão de novos membros; apresentar as sobras ou perdas; prestar conta mensal; remunerar e valorar as vendas de materiais recicláveis.

Destaca-se ainda que esse processo foi colocado em prática quando E1 assumiu a coordenação da associação e propôs que fosse realizado reuniões semanalmente, para que ocorresse a efetivação da transparência entre todos(as).

Como essas reuniões sendo semanais, a tendência é melhorar produtividade e adicionalmente aproxima os(as) associados(as) dos acontecimentos e das decisões tomadas pelos coordenadores, como relata o(a) E2. Antes que ocorram quaisquer decisões, acontecem muitas conversas informais em momento de descontrações entre eles(as) para entender mais sobre o assunto, e assim chegam no dia da reunião, possam expor suas ideias.

Esses fatores evidenciam que efetivamente as principais decisões são tomadas nas assembleias gerais, e a partir das diretrizes deliberadas é que os membros da coordenação tomam decisões mais operacionais, ao mesmo tempo que todos(as) esperam que a coordenação cumpra as deliberações das assembleias, assim como todos(as) os(as) associados(as) também cumpram o que foi decidido na instância superior, cabendo à coordenação fazer com que as deliberações sejam cumpridas. Sendo assim, é possível constatar que a democracia da ASSER se dá com participação dos(as) associados(as).

Quadro 16 - Categoria: Democracia - Subcategoria: Eleições

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
------	-------------------------

Voto	<i>E1 - Todos têm direito a voto, menos se a pessoa entrou e tá menos de 1 mês, se não tá em ata ainda, ele não tem direito a voto. Mas depois que entra em ata, todos têm o direito voto.</i>
Voto	<i>E6 - Não, peso diferente de voto não.</i>
Formato	<i>E1 - A gente pega um papel, anota ali sim ou não, sem saber quem votou em sim ou não.</i>
Edital	<i>E1 – Quando chega no fim do mandato, a gente faz uma assembleia</i>
Edital	<i>E4 – Por votação também, a cada 2 ano, é perguntado para todos em um a um se querem participar da direção, pode entrar.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Na subcategoria eleições, foi constatado que o processo decisório ocorre com a presença de todos(as) através de votação, quando cada associado(a) tem direito a voz e voto, com peso igual para todos(as). Um fator importante de ser ressaltado é que no caso da ASSER, o(a) associado(a) só poderá votar, se o mesmo se torna associado(a) definitivo, depois que ele passa pelo primeiro mês de experiência, essa deliberação consta em ata⁹ (E1). Outra questão que merece destaque é que os processos de discussões e deliberações (por meio de voto) tornaram-se processos educativos e avaliados de forma positiva, pois propicia a sociabilidade, dedicação e participação de seus associados(as), conforme abordam Zeeland (2016) e Singer (2002).

As eleições para a cargos da diretoria são realizadas de acordo com o que está estabelecido no estatuto, a cada dois anos ocorrem as eleições dos componentes dos órgãos de administração e conselho fiscal, conforme o art. 13º, inciso 2. Assim, é feito um chamamento para uma assembleia com a pauta, é divulgado o edital, apresentados os cargos, e sempre é perguntado para todos(as) os(as) associados(as) se querem participar; após é realizada a votação.

Essa categoria é considerada mais um princípio da economia solidária, e nota-se pelas falas nos Quadros 15 e 16 que o processo democrático ocorre de forma organizada, todos(as) tem informações sobre as decisões que estão para serem tomadas, assegurando que todos(as) os(as) associados(as) com condições iguais a terem vez e voz para opinarem sobre o futuro da associação, não se limita apenas para as atividades rotineiras da associação, mas também nas demais esferas da sociedade, conforme sinalizados por Singer (2002) e Culti *et al*, (2010) e Veronese; Scholz (2013).

Na categoria participação, foram trabalhadas as seguintes subcategorias: comunicação, construção de vínculo e envolvimento. A participação é fundamental para que a democracia e a autogestão existam em um empreendimento de economia solidária. Mas é fundamental que

⁹ Ata foi acessada, mas não foi disponibilizada para compor a pesquisa.

os encontros propiciem um espaço de fala para todos(as), pois potencializam a sensação de pertencimento do associado(a)-trabalhador(a) ao empreendimento, potencializando o desenvolvimento do grupo.

Os relatos dos(as) associados(as) possibilitam compreender como isso ocorre na ASSER, bem como as suas limitações.

Quadro 17 - Categoria: Participação - Subcategoria: Comunicação

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Tomada de decisão	<i>E6 - ocorre através de reunião [...] quase sempre é nos sábados, pois o pessoal da rota, não vai para rua nesse dia, aí todos estão no galpão, e todos precisam participar, aí um puxa uma ideia, tipo assim, e se todos tiverem de acordo, a gente coloca em prática.</i>
Tomada de decisão	<i>E1 - a gente se reúne aqui mesmo na associação, sempre nos sábados, a gente avisa que sábado vamos ter reunião para resolver uns assuntos aí.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se no Quadro 17 que o fato de as reuniões serem semanais torna a comunicação ágil. Outro fator importante foi a definição de um dia fixo para a realização das reuniões, criando uma rotina, em um dia que todos os(as) associados(as) estão no galpão (dia em que não há coleta seletiva no município), desta forma todo(as) têm a possibilidade de participar, tomar conhecimento de todas as informações e participar da tomada de decisão.

Quadro 18 - Categoria: Participação - Subcategoria: Envolvimento

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Comprometimento	<i>E3 – [...] se todos estão ocupados, sempre posso ajudar, principalmente fazer uma compra dos catadores na rua, eu ajudo [...]</i>
Comprometimento	<i>E4 – Diretamente não, mas se tiver que fazer alguma coisa, eu ajudo.</i>
Comprometimento	<i>E1 - Como todo mundo pode falar, basta querer, eu vejo como democrática, tem alguns associados que ainda são mais calados, principalmente os mais novos, a gente que está mais tempo, se tiver que colocar sua opinião, dá sem problema.</i>
Comprometimento	<i>E5 – Se tiver que assumir outra atividade, como o pet, eu vou, tiver que atender alguém também é comigo, quando os guris não podem, vai eu e assim vai, eu reclamo as vezes, mas temos que ir, em prol do grupo. Questão do escritório também to aprendendo, já sabia algumas coisas, mas o bolsista da FURG ajuda, o que eu não sei pergunto para o coordenador e assim se vai.</i>

Comprometimento	<i>E5 – Geralmente aos sábados temos reunião, aqui mesmo no galpão, a gente fica aqui até às 12 h, o coordenador pede para todos estarem presente, nenhuma reunião aqui não começa com uma caminhando lá nos fundos ou outro aqui na frente, precisa está todo mundo sentado ali para escutar [...]</i>
Limitação	<i>E1 - A gente pergunta quem quer participar da diretoria, a gente não vai dizer, que nos fiquemos, a gente pergunta quem quer ficar, se alguns disser quero entrar para a presidência, tesoureiro, tá liberado, por isso temos esse espaço [...] A gente pergunta um a um se querem participar, mas alguns ainda ficam balançados, talvez com medo, pois não é fácil.</i>
Limitação	<i>E6 – Todo mundo tem a liberdade de falar, se quiser dar opinião, dá, mas tem muita gente que não gosta de falar [...]</i>
Construção de Vínculo	<i>E1 - Olha, eu não sei, até o momento eu to para sair e eles não querem que eu sai, já me proporão para mim não trabalhar, só ficar aqui só, fazer uma limpeza do pátio, vim um dia sim ou não, ou trabalha uma semana e folga a outra em casa, mas eu não quero sair, eu gosto, e acho que eles sentem a falta de mim aqui, porque quando tenho que falar os trouço, eu falo, se tiver que brigar por direitos nosso, eu brigo, quando está errado também falo, se não é assim, começa a sair fora da linha um pouquinho que seja e ai desanda tudo.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 18 apresenta relatos dos(as) associados(as) que foram classificados na subcategoria envolvimento, com isso é possível perceber que ainda é um processo que demanda tempo, e não é simples de se obter. Esse fator pode ser explicado pela falta de experiência de alguns associados(as), principalmente os que têm menos tempo de associação, pois o que se percebe é que ainda está presente a lógica do trabalho assalariado, no qual apenas é feito aquilo que é delegado. Outra questão que é possível perceber é o medo do julgamento pelos(as) demais associados(as), de não cumprir as demandas, elementos apontados por Lourenço (2008).

É importante destacar que fatores como a baixa escolaridade, histórias de vida marcadas pela desconfiança, o hábito de apenas receber ordens, faz com que esse processo de participação para alguns seja mais lento, implicando até mesmo em achar que não tem condições de participar de um cargo na gestão, como aborda Kichner *et. al.* (2009).

Porém, ao mesmo tempo é possível observar, por meio do relato do(a) E3, o envolvimento dele(a) com o empreendimento, a responsabilidade de participarem do processo, visto que demonstra compreensão de que esse envolvimento é essencial para o fortalecimento do grupo, bem como na motivação dos demais membros a se envolverem no processo, conforme aponta o autor Gaiger (2004) e Culti *et al.*, (2010).

Neste sentido, verifica-se que há a necessidade de aprimorar a participação dos(as) associados(as) para não ocorrer o risco de concentrar o poder em um(a) pessoa apenas, como

Singer (2002) aborda. Constatou-se que os(as) associados(as) mais antigos, os mais desinibidos, são os que efetivamente participam das discussões e se candidatam a cargos na associação, havendo tendência à permanência dos mesmos coordenadores(as). No entanto, os membros da gestão valorizam a participação e rotatividade da gestão e a consideram essencial para o desenvolvimento coletivo, porém isso ainda não ocorre, ficando sempre os mesmos.

Elencando mais um princípio da economia solidária, agora a vez da participação, percebe-se pelos Quadros 17 e 18 que esse princípio ainda falta ser mais trabalhado pela associação; existe, sim, uma participação, no entanto, fica restrita aos associados(as) mais antigo da associação. Por isso que Culti *et al*, (2010) afirmam, e pode ser verificado na ASSER, que a participação é um processo constante, contínuo e ainda lento para alguns associados(as).

Para as categorias solidariedade e cooperação foi feita a opção por trabalhar de forma conjunta, pois entende-se que as falas dos(as) associados(as) se complementam; essa análise fora tratada em duas subcategorias: trabalho coletivo e autonomia.

Quadro 19 - Categoria: Solidariedade/Cooperação - Subcategoria: Trabalho Coletivo

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
capacidades	<i>E2 – Sim, quando um não pode fazer, vai outro. Quando um tem mais serviço, é ajudado aquele.</i>
capacidades	<i>E1 - Não tem período certo, é quando a gente tem necessidade, não é dizer assim, é hoje que tu vais para lá, e quando precisa, faltou alguém.</i>
capacidades	<i>E4 – Vai na necessidade, se acontece alguma coisa com alguém, alguém sempre substitui, para que não ocorra sobrecarga em nenhum.</i>
capacidades	<i>E5 – é bom, mas a gente precisa saber trabalhar em equipe, porque aqui é como se fosse uma engrenagem, tudo gira em torno de uma coisa só, a gente precisa tanto dos guris da rua, do pessoal da esteira, do pessoal da prensa, precisa dos guris da gestão, e tudo uma engrenagem, precisa saber trabalhar em equipe, senão não fluem.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar as narrativas das entrevistas no Quadro 19, e ao relacioná-las com os conceitos apresentados por Gaiger e Laville (2009), nota-se que os(as) associados(as) têm a capacidade de compreender as necessidades um dos outros, além das relações de troca recíproca, guiando o processo de trabalho individual para o trabalho coletivo, principalmente reconhecem o potencial que cada associado(a), o prazer em desenvolver o seu trabalho, as relações de amizade, de companheirismo, gerando mudanças positivas na vida dessas pessoas.

No relato do(a) E5, é possível perceber a construção do saber, a valorização desse saber adquirido no coletivo e para o coletivo, visto que percebe que esse saber foi adquirido a partir do trabalho em conjunto.

Os interesses e objetivos coletivos estão presentes quando decidem formar o seu empreendimento, assim proporcionando o trabalho, a geração de renda ou melhoria dela, bem como detenção e a posse dos meios de produção, unindo seus esforços, recursos e capacidades, como Singer (2002) aponta.

Quadro 20 - Categoria: Solidariedade/Cooperação - Subcategoria: Autonomia

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Independência	<i>E3 – Empregos formal trabalhei no Guanabara é que lá a gente tem tipo uma pessoa que manda na gente, sabe e aqui não, a é tipo uma coordenação, é diferente, aqui consigo ter mais autonomia, se a gente se atrasar e sempre conversado, há me atrasei hoje, ou posso sair mais cedo, e diferente do serviço formal que tem que cumprir horário, que aí já fica mais difícil.</i>
Independência	<i>E3 – Ter mais autonomia, se acontecer algo de precisar levar meu filho em algum lugar, a gente pode, se necessário chegar atrasado, ou sair mais cedo, também podemos fazer, só conversar.</i>
Independência	<i>E5 – A gente consegue sim, não tem aquela pressão de manter sempre o ritmo.</i>
Independência	<i>E2 – “É bom trabalhar aqui, é mais conjunto, pelo menos aqui todos são unidos, é bem melhor de trabalhar assim”.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 20 apresenta as falas que foram classificadas na subcategoria autonomia, e percebe-se a compreensão da autonomia e da independência que a associação possibilita, pois propicia o controle dos meios de produção e dos processos administrativos. As atividades diárias exigem ações que se repetem e todos(as) associados(as) conseguem definir seu ritmo e dinâmica de trabalho, como relata o(a) E5. Sendo assim, a associação resulta na promoção da autonomia dos(as) associados(as) e da liberdade constitutiva do ser humano que, por essência, não deve obedecer a ninguém, como menciona Zeeland (2016).

O saber e a consciência de sua situação e do coletivo não vêm de fora, mas de cada associado(a) e do próprio coletivo. Assim, ocorrem as descobertas de seus limites e de suas potencialidades, e não é proibido expressar seus desejos de autonomia, vontade de autorrealização, de desenvolvimento e de expressão da sociabilidade, trabalhados por Culti *et al.*, (2010).

Neste sentido, pode-se constatar que entre os(as) associados(as) há respeito pelos aspectos individuais, sociais inerentes à condição humana, e possibilitam que os(as)

associados(as) desenvolvam conjuntamente a autonomia pessoal, a participação social e a ética, já que todos(as) possuem os mesmos objetivos em comum.

Essa integração entre os(as) associados(as) passa por uma mudança de pensamento complexa, que não acontece de imediato: ambos são objetos da ação e agentes de mudança, como expõe o(a) E2.

Essas características encontradas nos Quadros 19 e 20 vão ao encontro de mais dois princípios da economia solidária abordado por Gaiger (2004), a cooperação e a solidariedade, para tanto o autor explica esses princípios de forma individual, e aqui nas análises foram trabalhadas em conjunto, pois os dois princípios se complementaram neste caso.

Na categoria atividade econômica, trabalhou-se com as seguintes subcategorias: venda de materiais recicláveis, remuneração e atravessadores. A atividade econômica refere-se à atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização. Segundo as entrevistas, foi capaz de entender como estes processos ocorrem na ASSER.

Quadro 21 - Categoria: Atividade Econômica - Subcategoria: Venda de Materiais Recicláveis

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Comercialização	<i>E1 - A gente fecha a carga, geralmente é um X de fardos, procuramos o comprador, o que oferecem melhor preço, a gente vende e eles vem buscar aqui na associação, pois a gente nem tem caminhão para levar, se a gente levasse a gente consegue até um valor a mais, mas como não conseguimos, tem descontos.</i>
Comercialização	<i>E4 – é a partir do preço do mercado, que varia a cada mês, geralmente ele procura vários compradores, e que oferecem melhor, vendem, mas se nunca venderam para ele, sempre procuram informações sobre o comprador.</i>
Comercialização	<i>E5 – são definidos sempre pelos compradores. Geralmente é padrão os valores, mas vai alterando conforme a indústria, se tiver muito papelão eles acabam baixando, pois acho que eles pensam que não tem tanta necessidade de comprar, mas como a gente precisa do dinheiro a gente acaba vendendo, por isso vai no tempo da indústria.</i>
Comercialização	<i>E5 – [...]. A gente tenta relacionar a venda no começo do mês, que é o tempo de pagamento, tempo de conta também, para pagar, a gente tenta sempre fazer duas cargas, uma para pagamento dos associados e a outra para compra dos catadores da rua, a gente tenta ter esse controle [...]</i>
Comercialização	<i>E5 – Não digo dificuldade de comercializar, só que o problema é a baixa do material, o preço, agora baixou o papelão e aí a gente sempre tenta buscar o melhor preço, para todo mundo ter uma remuneração melhor.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se, no Quadro 21, como os(as) associados(as) se organizam para realizar a comercialização. Após todo o processo de produção (recolhimento-triagem-prensagem e enfardamento), começa a ser planejado a venda do material reciclado; essa definição passa por

várias etapas como logística, pagamento, tipos de materiais, data, características dos compradores, informações sobre preços de venda e comparação dos preços praticados pelos compradores na região metropolitana e pelo atravessador da região.

A ASSER consegue comercializar para os grandes sucateiros, pois são compradores que compram apenas um único tipo de material. Outro fator é o do valor pago para os empreendimentos, visto que são determinados pelo mercado e nunca pelos associados(as), como relata o(a) E4 e E5. Em uma das falas do quadro, é perceptível que, em determinados momentos do ano, alguns materiais variem em termos de valores de comercialização, isso ocorre pelo fato de o material não estar saindo, assim gerando um grande acúmulo desse material nas empresas que a compram da associação. Neste caso, foi a época do papelão, como expõe o(a) E5. No entanto, como a associação precisa comercializar, acaba vendendo o material conforme o comprador pagar, conforme sinaliza Pinhel (2013).

Uma vez que a relação de mercado gira em torno dos grandes sucateiros e da indústria, os(as) catadores(as) sempre são o elo mais fraco da cadeia produtiva, e acabam normalmente não tendo margem de negociação, e aceitam o valor pago pelos sucateiros. Apesar das dificuldades, a reciclagem continua sendo viável para os(as) associados(as) entrevistados(as), uma vez que estão conseguindo, por meio do trabalho, gerar uma remuneração adequada.

Quadro 22 - Categoria: Atividade Econômica - Subcategoria: Renda

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Renda	<i>E6 - Deste que quando eu entrei aqui, a gente pega as cargas, tipo é duas cargas, a gente as juntas, talvez é necessário tirar R\$ 2.000,00 ou 1.000,00 e divide o resto [...]</i>
Renda	<i>E1 - Mas graças a Deus que agora tá sempre dando uma renda boa para todos.</i>
Renda	<i>E1 - Para mim deve, ganhou uma renda a mais [...] temos uma renda suficiente para viver.</i>
Renda	<i>E5 – Agora, de um bom tempo para agora é boa, muito boa, já teve mais baixa, agora todo mundo tem uma renda boa que consegue se manter bem.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com as narrativas do Quadro 22, verifica-se que houve uma melhoria na renda dos(as) associados(as), de modo bastante representativo. A associação comercializa as cargas de materiais separadamente e, após juntar todos os valores, paga as despesas e os custos mensais, realiza as reservas para um fundo de contingências (os obrigatórios por lei, e uma percentual definido pelos(as) associados(as) em assembleia), e o restante é dividido entre todos(as), em partes iguais para os(as) associados(as), como já mencionado no Quadro 15.

Quando observado nas falas de E1 e E5, nem sempre a remuneração foi boa, em um período que a associação estava com muitas dívidas deixadas pelas gestões anteriores, não conseguiam obter uma renda superior a R\$600,00/ mês, mesmo comercializando 20 toneladas de materiais. As falas mostram a superação desse grupo, acreditando que era possível melhorar a renda, como fizeram acontecer.

Quadro 23 - Categoria: Atividade Econômica - Subcategoria: Atravessadores

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Comercialização	<i>E4 – [...] tá escasso demais, pois é muito catador, se os catadores daqui da cidade vendesse só para nós, beleza, mas está vindo gente se fora, de Camaquã, Cristal, Pelotas.</i>
Comercialização	<i>E1 - É complicado, aparece bastante, agora mesmo apareceu um lá de Camaquã pagando o papelão a 0,50 centavos, e ninguém sabe onde ele arrumou esse preço para pagar, pois hoje o papelão a gente aqui não esse valor a gente não consegue pagar mais que R\$ 0,30 centavos, caiu o preço [...] Ele não veio na associação, mas a mulher dele andou ligando para cá para saber os preços que a gente está vendendo, isso é umas das coisas que mais aparece de ligarem para cá.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Ao verificar as falas dos entrevistados no Quadro 23, classificamos as mesmas na subcategoria atravessadores, esse é um problema recorrente na indústria da reciclagem, de modo que muitas vezes os(as) catadores(as) informais preferem vender seu material coletado para os atravessadores, e estes, por sua vez, aproveitam-se da relação de poder e da vulnerabilidade dos(as) catadores(as).

Utilizam-se de uma estratégia inicial de pagar valores um pouco mais altos pelos materiais do que os praticados pela associação quando compram dos(as) catadores(as) informais. Após a conquista dos atravessadores pelos materiais dos(as) catadores(as) informais, e em algumas situações até fazem com que os(as) catadores contraiam dívidas com eles, baixam os preços; isso é relatado pelo(a) A1 e o(a) A4. Esta situação mantém os catadores(as) informais vulneráveis socialmente, dependentes dos atravessadores, distanciados do mercado de recicláveis e, ainda, pouco organizados, como Pinhel (2013) indica.

Outro princípio importante da economia solidária abordado por Gaiger (2004) e presente na associação é a atividade econômica, o mesmo garante autonomia financeira para os(as) associados(as), recursos para melhorias na associação, além de proporcionar a renda para diversos catadores(as) informais que vendem seus materiais para a associação, mantendo assim a viabilidade econômica da ASSER, conforme as características citadas por Carvalho (2008).

Na categoria desenvolvimento humano, foram exploradas as seguintes subcategorias: entendimento de empreendimento solidário e condição de vida. O desenvolvimento humano é importante para reforçar as assimilações das pessoas, como melhorar a condição de vida de cada associado(a), para que vivam vidas dignas, que é a finalidade. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento humano é instrumentalmente importante como um meio para a valorização e a autoestima das pessoas, propiciando melhores condições no futuro.

Quadro 24 - Categoria: Desenvolvimento Humano - Subcategoria: Entendimento de Empreendimento Solidário

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Assimilação	<i>A2 - a gente se ajuda, uma forma diferente de um emprego normal, se ocorrer de se atrasar, ou acontecer alguma coisa, um ajuda o outro, e conversar e explicar o que aconteceu, tu consegues ter uma liberdade de fazer alguma coisa.</i>
Assimilação	<i>E5 – A diferença é que aqui a gente diz que não tem chefe, aqui todo mundo é dono, só que em empresa sempre tem que seguir regras, claro que aqui cada uma tem suas funções, mas não é aquela pressão de estar dentro de uma empresa, recebendo ordens, precisa passar metas, claro que aqui a gente tem metas para alcançar, mas não é nada tão na pressão, tem o tempo para produzir com tranquilidade.</i>
Compreensão	<i>E5 – A gente sai um pouco da bolha, de viver na vida daquela correria, a gente sabe da importância do meio ambiente, do nosso serviço, a gente sabe da importância do meio ambiente, do nosso serviço para a comunidade, pena que a prefeitura não reconhece nosso trabalho, sem a gente a cidade ia estar virado as moscas, porque pessoal da prefeitura não consegue manter, a gente só queria ser mais reconhecido e mais isso. [...]</i>
Assimilação	<i>E5 – Eu acredito que não, não porque graças a deus a gente tá ganhando bem e a questão de carteira assinada da gente paga igual o INSS, questão de acidente ou coisa assim, consegue manter, é obrigatório, aqui não fica ninguém que não queira pagar INSS, tem que ter, porque aqui a gente corre bastante risco.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Com base no Quadro 24, demonstra-se que, para os(as) associados(as), a participação em empreendimentos solidários traz não apenas a geração de renda, mas também o reconhecimento e a valorização dos seus saberes, identidades e histórias. Com as falas dos(as) E2 e E5, foi possível perceber que os(as) associados(as) compreendem a diferença de uma organização solidária para uma tradicional, no entanto, não como um conceito acadêmico, mas, sim, como uma compreensão coletiva a partir da vivência de cada um(a) dentro daquele espaço, além das experiências adquiridas durante a vida, quando desempenhavam as atividades anteriores. E com isso, esses(as) trabalhadores(as) conseguem analisar as diferenças entre o trabalho associado e o trabalho assalariado, principalmente no que se refere à gestão, pois na associação esta é promovida por eles(as) mesmos, onde se tornaram associados(as) e donos(as) ao mesmo tempo, como Singer (2002), Gaiger (2004) prescreve.

A associação consegue dispor de um trabalho de forma que se torna atraente para todos(as) os(as) associados(as) oferecendo a cada um(a) a possibilidade de trabalhar conforme seu limite, e sempre disposto a escutar os motivos que levaram o(a) associado(a) atrasar para o desenvolvimento das atividades.

Como exposto pelo(a) E5, é obrigatório o pagamento do INSS para trabalhar na associação, pois tem a consciência que todas as atividades executadas por eles(as) são atividades perigosas, nas quais lidam com todo o tipo de material que chega da coleta, além de dar total segurança em caso de acidente de trabalho, fato verificado por Pinhel (2013).

Dessa maneira, evidencia a importância da compreensão das mudanças na qualidade de vida deles(as), como é possível verificar pelo relato do(a) E5, o(a) qual demonstra interesse em não trabalhar em um outro empreendimento. Nesse aspecto, pode-se destacar o fortalecimento individual de cada sujeito, que reconhece sua importância dentro da associação como um todo. Estando em evidência a melhoria e a consolidação nas relações internas entre os(as) associados(as), assim diminuindo a rotatividade e proporcionando um ambiente de trabalho mais saudável, onde, por meio dos relatos, pode-se verificar a união e o fortalecimento do grupo, conforme salientam as autoras Veronese e Scholz (2013).

Quadro 25 - Categoria: Desenvolvimento Humano - Subcategoria: Condição de Vida

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Assimilação	<i>E1 - No meu ver não, para as despesas não é suficiente, agora mesmo, se o estrago do caminhão se confirmar, vamos ter que mexer na nossa remuneração, e vai dar bem abaixo do que estávamos conseguindo tirar [...]</i>
Conquistas	<i>E4 – Tive muitas, consegui aumentar minha casa neh, graças a deus tudo que eu quero comprar, eu tenho vontade, eu consigo</i>
Conquistas	<i>E3 - Houve bastante, na minha casa lá, eu trabalhava eu não conseguia terminar de arrumar, hoje eu arrumei a minha e fiz mais a do meu filho nos fundos”.</i>
Conquistas	<i>E6 – Ter uma condição essencial, não somente pela manutenção financeira. Tem a ver com realização pessoal, com sentir-se útil e encontrar sentido para os dias.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 25 apresenta as falas que abordam a subcategoria “condição de vida”, sendo este um fator de alta contribuição para o desenvolvimento humano. É possível verificar as melhorias que a associação possibilitou, além da valorização desse saber adquirido no coletivo e para o coletivo, e do saber que é adquirido a partir da luta diária.

Apesar do histórico de dificuldade da associação para atingir uma remuneração adequada, atualmente eles(as) se sentem felizes com o que a associação proporciona, além de um ambiente agradável de trabalho, confiança, amizade, cooperação, solidariedade, no entanto

essas conquistas não foram de um dia para a noite, foram construídas em passos curtos e ao longo de alguns anos.

No que se refere às conquistas, nota-se que o aumento da renda dos(as) associados possibilitou a eles(as) uma qualidade de vida melhor, com melhores moradias, tanto eles(as) como para seus familiares.

É importante destacar que eles(as) compreendam que apenas os recursos recebidos pela prestação de serviço do município não são suficientes para todos os gastos e ainda manter uma remuneração boa para todos(as), como observamos na fala do(a) E1, pois quando algum imprevisto acontece, principalmente com manutenção de equipamento ou de locomoção, como foi neste caso, não afeta apenas um ou dois associados(as), mas sim a todos(as).

Nesse sentido, foi possível observado que a associação preza pelas mesmas especificações do princípio da economia solidária, desenvolvimento humano e trabalho, pois o mesmo tem como o objetivo a melhoria na qualidade de vida de todos(as) os(as) trabalhadores(as), e isso pode ser verificado na ASSER.

Na categoria responsabilidade social, foi utilizada a subcategoria: desenvolvimento da comunidade. Essa categoria tem a finalidade de evidenciar o comprometimento da associação com a comunidade, assim como consolidar o desenvolvimento da comunidade e dos(as) associados(as) e que também represente efetivas soluções de transformação e inclusão social.

Quadro 26 - Categoria: Responsabilidade Social - Subcategoria: Desenvolvimento da Comunidade

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Oportunidade	<i>E5 – A gente dá a vaga para quem precisa, vem aqui, a gente não seleciona por currículo, porque nem tempo temos para isso também, o pessoal que acaba vindo aqui, precisa de emprego, é dado a vaga [...]</i>
Oportunidade	<i>E2 - [...] a gente acaba se envolvendo mais, alguém precisando de trabalho, a gente sabe, conhece todo mundo aqui na volta, mais o pessoal aqui na volta que procura, e que a gente sabe que pode dar emprego para aquela pessoa, que pode ajudar financeiramente sabe.</i>
Oportunidade	<i>E1 - A gente tenta sempre comprar o material desses catadores, a gente busca, procuramos pagar o melhor preço, a gente fala para eles, se aumentar 0,10 centavos para nós, a gente aumenta 0,05 centavos para vocês, é o que a gente tem combinado com eles, se baixar o valor, a gente abaixa também.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando o Quadro 26, foi possível verificar que a associação pratica ações de responsabilidade social, como citam os autores Chaves *et al* (2009), pois promove a criação de

oportunidades de trabalho, como foi relatado pelo(a) E5. A entrada de novos associados(as) ocorre de acordo com a necessidade da associação, principalmente quando ocorrem saídas ou quando é necessário ampliar a produção.

É notório que quanto mais a associação consegue aumentar sua produção ou houver uma melhoria nas condições previstas no contrato com a prefeitura municipal, principalmente no que se refere aos valores repassados, isso possibilitaria abrir mais vagas; porém, enquanto isso não ocorre, verificaram que não é possível, pois como a remuneração deles é de acordo com o número de associados(as), os novos terão os direitos dos demais, e isso levaria nesse momento a uma diminuição da renda de todos(as).

Vale destacar que a associação não cria nenhum critério para a adesão de novos(as) associados(as), uma vez que todos(as) se conhecem e sabem quem está precisando, sendo que aqueles(as) que normalmente são contratados são os que não encontram emprego formal, assim valorizando e fortalecendo o desenvolvimento da comunidade, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Além de não ter parâmetro para a entrada, a associação trabalha pelo reconhecimento dos(as) catadores(as) informais, demonstrando sempre o interesse em comprar os materiais, e sempre com o preço justo que a associação consegue pagar, como expõe o(a) E1. Essas ações são pensadas tendo em vista o reconhecimento desses catadores(as) e proporcionando uma aproximação entre associação e catador(a) ou vice-versa. Esse fator evidencia ainda o reconhecimento de classe, no qual há o entendimento de não exploração de quem está menos estruturado e tem maior vulnerabilidade.

Por último e presente na associação, o princípio da responsabilidade social, apresentado por Gaiger (2004), tende a possuir traços de uma ligação com as ações interna e externa da associação, fato que pode ser observado quando se trata de dar oportunidade para trabalhadores(as) dos arredores da associação, que os procuram para se associarem, além de promoverem a inclusão dos(as) catadores(as) informais para mais perto da associação.

Para a categoria institucional, foram definidas as subcategorias: ação pública, articulação com organizações sociais e articulação com organizações públicas. Essa categoria está relacionada com a forma de ação política da organização, representando a ação ou a interação da iniciativa com o meio ambiente.

Com base nas entrevistas, foi possível verificar com quais instituições a ASSER conta como parcerias, além de compreender esse processo.

Quadro 27 - Categoria: Institucional - Subcategoria: Ação Pública

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Prestação de serviço	<i>E5 – Sim, prestamos serviço para a comunidade e tem aquela parceria com a prefeitura que temos o contrato de R\$ 6.000,00 para fazer o recolhimento do material.</i>
Prestação de serviço	<i>E1 - depende, porque o suporte que a prefeitura deveria dar para nós era levar o vidro e recolher o rejeito. O vidro eles pararam de levar, hoje a empresa que a gente vende, vem buscar [...]</i>

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 27, são apresentados os relatos dos(as) associados(as) que se referem à subcategoria ação pública, e verificamos que a ASSER administra a usina de triagem de resíduos sólidos, possuindo convênio com a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, em atendimento a Lei nº 12.305/10, que institui a PNRS, a qual prevê a articulação entre os três entes federados, o setor produtivo e a sociedade civil, na busca de soluções para os resíduos sólidos. Este fato fortalece consideravelmente a sustentabilidade quanto ao aspecto institucional da ação pública. No entanto, o suporte prestado por este órgão não satisfaz todas as necessidades que a associação demanda, como expõe o(a) E1 e confirmado por Heiden (2007).

Quadro 28 - Categoria: Institucional - Subcategoria: Articulação com organizações pública

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Formação, Assessoramento	<i>E1 - Sim, com a FURG. A gente está sempre em parceria e agora também com repasse financeiro da ANCAT. Com a FURG, sempre que a gente precisa a gente foi correspondido, foi bem atendido. A gente começou quando eu cheguei aqui, não conhecia a coordenadora do projeto no caso, cheguei começamos a se conhecer e ela sempre nos ajudou na prestação de conta e depois começou a ensinar o coordenador, que na época era tesoureiro, depois de um tempo o coordenador já fazia sozinho e ele só nos auxiliava, você nos auxiliava a gente, e a gente foi seguindo, mas sempre dependendo do auxílio da FURG, eu mesmo digo, no início se não era a coordenadora do projeto de extensão, eu não estava hoje aqui, eu não entendia nada disso, entrei mais para definir como estava a situação da associação.</i>
Formação, Assessoramento	<i>E5 – Sim, a FURG, ela nos dá uma grande mão aqui neh, dá duas, três, quatro mão quando a gente precisa. O que mais ajudou foi na parte da defensoria pública com a prefeitura que a gente precisou ir, a FURG para conseguir o contrato, por que a gente não ia ter, que é uma merreca, mas a gente conseguiu, com a ajuda da FURG, o pessoal da rede que não fazemos parte mais, e mais a questão ambiental, pois a prefeitura não nos dá suporte sobre isso, de apresentar a parte ambiental e nos passa para a comunidade que a gente só faz a parte da comercialização do material, como a gente você apenas comprador e vendedor de material, a parte ambiental do meio ambiente a prefeitura esquece e então a FURG nos dá esse auxílio, nos dá uma força.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 28, apresenta as falas dos(as) associados(as) que abrangem a subcategoria articulação com organizações públicas e, com base nos conceitos abordados por Heiden (2007), nota-se que a ASSER recebe o apoio da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Destacamos que esse assessoramento iniciou em 2016, a partir de um projeto de extensão, com o objetivo de desenvolver um processo de assessoramento e formação, buscando o fortalecimento da associação, com vistas à consolidação, promoção de autonomia individual e coletiva e otimização da gestão administrativa e ambiental.

A primeira dificuldade apurada pela FURG foi a que se referia a problemas financeiros, mas no decorrer do tempo foram sendo constatados novos problemas, pois havia a falta de registros das assembleias (atas), problemas ambientais (LO), de comunicação, brigas internas, falta de compreensão do que é trabalhar em uma associação, entre outros.

Diante desses fatos, algumas atividades foram propostas pelo projeto de extensão, como oficinas para apresentação dos princípios cooperativos e da economia solidária, e de como deve ser a gestão em uma associação. Foram estruturados mecanismos de fluxo de caixa (modelo simples, realizado em uma planilha Excel), controle de vendas por tipo de produtos, e ainda um planejamento financeiro para começar a pagar as dívidas da associação.

Logo que foi pensada essa estrutura, as atividades eram desenvolvidas por um bolsista, porém também tinha o trabalho de ensinar os(as) associados(as), principalmente os que estavam nas atividades da coordenação que, com o passar do tempo, essas atividades passaram a ser realizadas integralmente pelo(a) tesoureiro(a) e secretário(a), como verificado na fala do(a) E1.

A assessoria que recebe da professora e dos(as) bolsistas do projeto de extensão contribui para que os/as associados(as) possam apropriar-se das atividades cotidianas de trabalho, participando do planejando, organização, transparência da gestão administrativa e financeira, que subsidiam os processos de tomada de decisões da associação, assim implementando ações que tornam viável o trabalho coletivo, como se percebe pela fala do(a) E1 e E5.

Sobre o processo de assessoramento, continua sendo realizado pela equipe pelo sexto ano consecutivo, sendo que para cada etapa tende a ser uma proposta diferente, no caso deste ano (2022), o assessoramento está mais focado no processo de divulgação e maior aproximação da associação com a comunidade.

Nessa lógica, percebe-se o quão importante são projetos de extensão desenvolvidos pelas universidades junto a grupos populares, nas atividades de formação, no auxílio nas reuniões, na compreensão da forma que os empreendimentos solidários devem ser geridos; e

ainda a responsabilidade que esses catadores(as) têm com a geração de trabalho e renda para inúmeras pessoas, que são invisibilizadas pela sociedade, proporcionando o reconhecimento da importância das atividades desenvolvidas por esses sujeitos para os municípios, para a sociedade e para o meio ambiente, elucidada por Umpierre *et al.*, (2018).

Quadro 29 - Categoria: Institucional - Subcategoria: Articulação com organizações Sociais

TEMA	TRECHOS DAS ENTREVISTAS
Formação, Assessoramento	<i>E6 – [...] se não fosse a FURG não teríamos entrado na ANCAT, que já veio várias coisas novas. Só da ANCAT mesmo. A ANCAT estipula uma meta para nós, e se a gente bater aquela meta a gente ganha tanto [...] e isso contribui para manutenção da reforma do galpão, compramos uma caminhonete, máquina de cortar grama, essa mesa de computador, ajuda em EPI.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 29, a subcategoria articulação com organizações sociais aborda parcerias com entidades de fomento. Como relatado pelo(a) entrevistado(a), a ASSER formalizou convênio com a ANCAT, uma associação civil, que atua conjuntamente com o MNCR. Com o apoio das organizações sociais, como a ANCAT e MNCR, foi possível fortalecer ainda mais a associação, no intuito de promover a participação dos(as) catadores(as) em espaços sociais e políticos que anteriormente não tinham a participação deles, conforme afirma Pinhel (2013)

Esse convênio se deu por meio de um lançamento de um edital para a participação do programa Reciclar pelo Brasil. Desde 2019 a associação vem ganhando recursos e participando de editais para fortalecer e melhorar a sua própria condição, inclusive o que culminou, no final de 2020, com a constituição de uma cooperativa, que visa à regularização das atividades de compra e venda de materiais.

4.2.2 Tensões e Contradições

A partir da análise das categorias, foi possível elencar as tensões que existiam ou que ainda existem na ASSER. No entanto, destaca-se que as tensões emergem de situações relacionadas à busca das características da organização coletivas – onde as particularidades capitalistas podem interferir com as características coletiva, levando a associação a se arriscar a desviar-se do seu propósito inicial, e com isso, modificar ou alterar o modelo de empreendimento coletivo previamente proposto pela associação.

Para o leitor(a) compreender, o Quadro 30 foi esquematizado com as seguintes informações, a categoria e subcategoria, o tema (sobre que tipo de assunto que se trata), as

tensões encontradas nas categorias e subcategoria do estudo, a situação que se encontra a associação atualmente (2022), e a referência (REF.), diz respeito aos Quadro que é possível encontrar as falas dos(as) associados(as).

Quadro 30 - Tensões Entre a Lógica Solidária e Mercantil na ASSER

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	TEMA	TENSÃO	SITUAÇÃO (2022)	REF.
Autogestão	Forma de organização administrativa	Divisão de tarefas	Esperam pelos outros	Atualmente o(a) coordenação informa a divisão de tarefas, ou cada um já sabe o que precisa fazer, caso alguém falte.	Quadro 12
	Fortalecimento da organização	Adesão de novos(as) associados(as)	Falta de registravam em ata as entradas e saídas de associado(a)	Logo após a votação em assembleia geral é registrado em ata e já é associado(a).	Quadro 14
		Tomada de Decisão	Estruturas de decisão (concentração)	Coletiva e formal	
		Transparência	Falta de informação	Todos(as) associados(as) têm acesso às informações (Administrativas, financeiras e ambientais).	
	Gestão financeira	Remuneração	Baixa e diferentes valores de remuneração	Valor adequado (em torno de R\$ 1.500,00) e divisão igualitária entre todos(as) associados(as).	Quadro 13
Democracia	Reuniões ou Assembleias	Estrutura de decisão	Não ocorriam reuniões e nem assembleias. Ficava focado apenas na coordenação.	Todos(as) associados(as) participam de todo o processo.	Quadro 15
Participação	Comunicação	Tomada de decisão	Não ocorriam reuniões na ASSER	Reuniões semanalmente com participação de todos(as) associados(as).	Quadro 17
	Envolvimento	Limitação	Sempre a mesma coordenação	Ainda continua com baixo interesse dos demais associado(a) em participar da gestão da associação.	Quadro 18

			Participação baixa	Participação baixa	
Solidariedade-Cooperação	Trabalho coletivo	capacidades	Fazer apenas sua atividade	Cada um faz sua atividade e se necessário ajuda no que é necessário	Quadro 20
Atividade Economia	Venda de materiais recicláveis	Comercialização	Preço	Continua sendo definido pelos compradores.	Quadro 21
	Atravessadores		Os atravessadores vêm e compram dos catadores(as) informais	Continua da mesma forma, pois não conseguem ter o controle de quem são os atravessadores.	Quadro 23
Desenvolvimento Humano	Condição de vida	Assimilação	Falta de recurso	Problema com infraestrutura, de modo que para conseguir arrumar, deve que fazer um empréstimo.	Quadro 25
Institucional	Ação pública	Prestação de serviço	Não cumprimento do contrato firmado (não levam o vidro para o comprador).	Apenas com repasse financeiro.	Quadro 27

Fonte: Elaborado pela autora

Com base no Quadro 30, é possível perceber que sempre vão existir tensões entre as duas lógicas, pois ambas têm características e objetivos contraditórios. Esses fatores têm o *modus operandi* diferente do sistema capitalista, que nos aliena, que torna os sujeitos cada vez mais individualistas, habituados a receber ordens, pouco argumentadores. Na grande maioria das circunstâncias somos preparados para sermos seres passivos, ao contrário da lógica solidária, que exige que sejamos seres ativos, participativos, cooperativos e solidários.

Assim, foram encontradas tensões de forma geral ou de forma mais específica, algumas mais voltadas para gestão, outras para questões ambientais e sobre aspectos sociais e institucionais, algumas ainda presentes no âmbito da associação e outras já superadas.

Conforme sinalizado por Lourenço (2008), é possível verificar nesta pesquisa a autogestão sendo o maior desafio a ser alcançado pela associação, pois necessita do engajamento de todos(as) os(as) associados(as). Mesmo que o grupo possua a sistemática de decisão democrática, votação igualitária, reuniões frequentes com a participação de todos(as), eleições de acordo com o estatuto, ainda falta o interesse dos demais associados(as) de

ingressarem nos cargos de coordenação, ficando muito nos mesmos que já estão, além de alguns associados(as) ainda não se sentirem à vontade para falar (Quadros 14, 15 e 18).

Porém, cabe ressaltar que esta construção demanda tempo, pois conforme Veronese e Scholz (2013) destacam, os indivíduos, ao associarem-se a um empreendimento de economia solidária, necessitam atingir alguns objetivos individuais como geração de renda, apoio social, dentre outros. Ainda mais quando refletimos à luz de toda uma história de subordinação à qual muitos destes trabalhadores(as) foram submetidos em suas experiências de trabalho anteriores, como é demonstrado por Lourenço (2008) e Singer (2002).

Geralmente, em um primeiro momento, os(as) associados(as) consideram ser apenas mais um espaço de trabalho e que estarão subordinados a alguém. Como definem as autoras Veronese e Scholz (2013), este é um processo inicialmente individual de cada associado(a) envolvido.

Foi perceptível durante a etapa de análise das entrevistas que houve melhorias nos processos de transparência no âmbito administrativo, financeiro e ambiental com os(as) demais associados(as) (Quadro 14), após muitos processos formativos. Vislumbra-se que os processos internos e externos da associação eram conduzidos mais semelhantemente a uma empresa, do que como um empreendimento de economia solidária. Tal condição era ocasionada por uma pessoa que se caracterizava por ser centralizadora e com decisões voltadas a interesses próprios, não levando em consideração os princípios básicos da economia solidária, que a associação deveria se basear. Conforme as características apresentadas pelos(as) autores(as) Guerra (2008), Farias (2009) e Oliveira (2014), no Quadro 8.

Adicionalmente, as questões que envolvem a baixa renda dos(as) associados(as), também estava relacionada à organização e à falta de compreensão da forma do trabalho associado, e como eles encaravam as suas atividades dentro da associação (Quadros 13 e 20). A infraestrutura da associação, a qualidade do material coletado, a exploração por parte dos atravessadores ao determinar o preço pago à associação, também se caracterizam como tensões entre a lógica solidária e a lógica capitalista, pois envolvem questões que não dependem apenas da forma de gestão interna da associação, mas da sua relação com o mercado, e que ainda não tem condições de serem sanadas.

Nota-se que a associação busca minimizar as tensões, visando sempre ao equilíbrio entre as dimensões sociais e econômicas, algo que não é simples de se conseguir, pois estar inserido no mercado muitas vezes exige ações que contrariam a lógica solidária, como é o caso dos valores recebidos pela venda do material, no qual não há nenhuma preocupação por parte dos

atravessadores se estão comprando de uma cooperativa/associação, ou se é uma empresa que explora os trabalhadores(as), como aborda Pinhel (2013).

Conforme sinaliza Mance (2009), essa tensão seria minimizada em um trabalho em rede com outras cooperativas/associações, quando essas passam a comercializar de forma conjunta e tendem a conseguir melhores preços. Algo que já foi feito pela ASSER nos anos de 2017 a 2019, mas por problemas de comunicação entre a associação e a coordenação da Rede Reciclar, os(as) associados decidiram pela saída, como já relatado no item 4.1 deste capítulo.

Importante pontuar que a tensão encontrada na categoria institucional, com relação à prefeitura municipal de São Lourenço do Sul, visto que esse órgão público, em contrato assinado entre o mesmo com a associação, ficou decidido que levaria o vidro, que é um material reciclado de baixo valor (em torno de R\$ 0,10 kg). No entanto, quando houve o aditivo no contrato em 2019, o município tirou essa cláusula, alegando que o caminhão que transportava o material perdeu a placa. Esse fato fez com que a associação tivesse que conversar com o comprador deste material e propor que a empresa viesse buscar, fato que acontece até os dias de hoje.

4.2.3 Dificuldades e Desafios

Para o objetivo de descrever as dificuldade e desafios da gestão da ASSER, o Quadro 31 abrevia os resultados com as seguintes informações, a categoria e subcategoria, o tema (sobre que tipo de assunto se trata), as dificuldades e os desafios encontrados perante as categorias e subcategoria do estudo, e a REF. diz respeito aos Quadros em que é possível encontrar as falas dos(as) associados(as).

Quadro 31 - Dificuldades e Desafios da Gestão da ASSER

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	TEMA	DIFICULDADES DA GESTÃO	DESAFIOS DA GESTÃO	REF.
Participação	Envolvimento	Limitação	Dificuldade de rotatividade na gestão	Ocorrem as trocas, porém só de cargo.	Quadro 18

Autogestão	Forma de organização administrativa	Divisão de tarefas	Processo organizativo (várias demandas administrativas)	Ainda não possuem alguém específico para as demandas administrativas.	Quadro 12
Institucional	Ação pública	Prestação de serviço	Recurso financeiro	Recursos recebidos pela associação não são suficientes para as despesas.	Quadro 27
Desenvolvimento Humano	Condição de vida	Assimilação	Equipamentos	Problemas com equipamento frequentemente.	Quadro 25
Atividade Economia	Atravessadores	Comercialização	Evitar passar informações dos valores dos materiais	Aparecem com frequência.	Quadro 23
	Venda de materiais recicláveis		Manter um valor do material padrão	De acordo com a demanda do mercado	Quadro 21
Responsabilidade Social	Desenvolvimento da Comunidade	Oportunidade	Melhorar o valor pago para os(as) catadores(as) autônomos.	Valor ainda pago depende do mercado.	Quadro 26

Fonte: Elaborado pela autora

Com a síntese dos resultados expostos no Quadro 31, foi possível perceber que as dificuldades são os desafios a serem superados pela associação, porém, o processo é lento e os desafios formam barreiras que necessitam de tempo e conhecimento para serem superadas.

Pode-se verificar que as tensões apresentadas no Quadro 30 reaparecem no Quadro 31, pois são questões interrelacionadas, visto que a dinâmica de organização e gestão da ASSER, assim como a de qualquer empreendimento de economia solidária, não é um processo simples, requer a integração dos aspectos técnicos e sociais, a conexão dos vários elos da cadeia de reciclagem e a capacidade organizativa dos catadores(as).

Como as principais dificuldades e desafios que a associação enfrenta, pode-se citar a rotatividade no cargo de gestão, principalmente nos cargos de coordenação e tesouraria. Já no caso do cargo de secretário, consegue manter uma rotatividade, mas nos dois cargos citados acima ainda é mais complexo. O medo de assumir essas atividades de gestão vem muito da lógica do “time que está ganhando não se mexe”, além de toda aquela especificidade que Pinhel

(2013) e Kichner *et. al.* (2009) apontam, da idade, escolaridade, julgamento pelos(as) demais associados(as), hábito de apenas executar as ordens, dentre outras.

A consolidação desses processos de motivar os demais associados(as) não se dá “da noite para o dia”, mas, sim, é um processo constante, pois sempre que entra um(a) novo(a) associado(a) a dinâmica de trabalho precisa ser repensada. Portanto, o trabalho de educação cooperativista, por meio de ações como, por exemplo, oficinas e atividades cotidianas, torna-se mais que necessário, pois possibilita uma melhor atuação dos(as) associados(as), em que passam a realmente compreender todos os processos e a importância de sua participação em geral, não apenas para os cargos.

Vislumbra-se que os(as) associados(as), ao mesmo tempo que exercem atividades da coleta, separação e prensagem dos fardos, também atuam nas funções administrativas da associação, porém cada um(a) nas funções que foram eleitos pelos demais associados(as). Em razão disso se percebeu a alta demanda que os(as) gestores(as) tem, pois, todo o processo organizativo, tanto no âmbito interno quanto o externo da associação passa por eles(as), e por eles(as) não terem apenas funções de gestão, acabam sobrecarregados e desgastados.

Uma alternativa que poderia minimizar essa dificuldade é o ingresso de mais alguém na associação, que assumisse a função do(a) associado(a), enquanto estivesse na gestão. Entretanto, diminuiria a remuneração que hoje (2022) recebem, pois quanto mais associados(as) se associam, a tendência é que diminua a renda, mesmo mantendo toda a rotina de produção da associação.

Outra dificuldade identificada foi sobre o repasse que associação recebe pela prestação de serviço para realizar a coleta seletiva do município. O valor desta prestação gira em torno de R\$ 6.000,00 mensal, todavia, esse valor não é suficiente para arcar com todas as despesas que a associação possui. É importante frisar que esse valor proposto e aceito foi em 2019 e não sofreu reajuste até hoje (2022), sendo que as despesas que a associação tinha naquele ano não ficaram com valores estagnado, ao contrário, todos os gastos tiveram aumento, principalmente o diesel.

Conforme exposto pelos autores Silva (2017) e Sousa; Pereira e Calbino (2021), a ASSER encontra dificuldades para diminuir gastos com conserto de equipamentos, por esses equipamentos serem usados diariamente; há tendência que ocorra o desgaste natural, assim ocasionando o estrago. Contudo, esse processo não está ao alcance dos(as) associados(as), mas, sim, no próprio desgaste dos equipamentos que chegam ao seu limite. Se observou durante as

análises que a associação recentemente teve problemas com o motor do caminhão, cujo concerto girou em torno de R\$ 35.000,00 reais.

Nota-se que pelo valor que a associação recebe do município (R\$ 6.000,00), é um gasto muito alto, que afeta a todos(as), como mencionado pelo(a) E1 no Quadro 25. No entanto, a associação se vê obrigada a fazer o conserto, pois precisa do caminhão para realizar a coleta seletiva do município. Uma vez que não seja consertado, não se realizará a coleta e descumprirá uma das cláusulas do contrato. Também não terá material para comercialização, afetando o trabalho e a renda de todos(as), conforme Silva (2017) aponta sobre as dificuldades infra estruturais dos empreendimentos de reciclagem.

Outro ponto destacado por Pinhel (2013), e comprovado nesta pesquisa, é a dificuldade que a associação tem em lidar com os atravessadores que surgem de outros municípios, eles não precisam ir à associação, apenas ligam para se informarem dos valores que a associação paga para os catadores(as) autônomos e o valor que comercializam. Isso ainda é um desafio que a associação precisa lidar, pois os atravessadores conseguem oferecer um preço melhor para os catadores(as) autônomos, do que se eles vendessem para a associação. Esse é um método comum que os atravessadores utilizam, já que esses catadores(as) são o elo mais fraco, pois necessitam da renda imediata para sobreviverem e, em algumas situações, até fazem com que os mesmos contraiam dívidas com eles, fazendo eles(as) ficarem com a obrigação de vender, essas situações podem ser confirmadas por Pinhel (2013).

Apenas nessas dificuldades, a associação tem aumentado a parceria com os catadores(as) informais do município, proporcionando algumas formas de evitar os atravessadores que, de fora, venham a conquistar esse catador(a). As primeiras alternativas colocadas em prática foram a cesta básica mensal e o pagamento semanal: para os catadores(as) que vendem seu material para associação, e sempre quando houver uma melhoria nos valores que a associação comercializa, terá aumento para os(as) catadores(as) informais.

4.2.4 Percepção dos associados(as) de como o empreendimento pode funcionar como mecanismo de inserção econômica e social

Para o objetivo indicado – descrever as percepções dos associados(as) ASSER—, o Quadro 32 sintetiza os resultados com as seguintes informações: a categoria e subcategoria, o tema (sobre que tipo de assunto que se trata), as percepções dos(as) associados(as) perante as

categorias e subcategoria do estudo e a referência, dizem respeito aos Quadros que é possível encontrar as falas dos(as) associados(as).

Quadro 32 - Percepção dos associados(as) de como o empreendimento pode funcionar como mecanismo de inserção econômica e social

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	TEMA	PERCEPÇÃO DOS(AS) ASSOCIADOS(AS)	REF.
Autogestão	Forma de Organização Administrativa	Divisão de tarefas	Coletividade nas atividades	Quadro 12
	Gestão Financeira	Igualdade	Todos(as) compreendem a importância da igualdade	Quadro 13
	Fortalecimento da Organização	Tomada de Decisão	Decisão coletiva	Quadro 14
	Fortalecimento da Organização	Conquista	Reconhecimento pela conquista	Quadro 14
Participação	Comunicação	Tomada de decisão	Importância de todos(as) associados participarem nas reuniões	Quadro 17
Solidariedade/Cooperação	Trabalho Coletivo	Capacidades	Entendem que precisam trabalhar no coletivo	Quadro 19
Desenvolvimento Humano	Entendimento de Empreendimento Solidário	Assimilação	Compreendem a diferença entre o trabalho assalariado x trabalho associado	Quadro 24
		Compreensão	Valorização do trabalho executando na associação	
	Condição de Vida	Conquistas	Possibilidade de melhorias	Quadro 25
Responsabilidade Social	Desenvolvimento da Comunidade	Oportunidade	Gera trabalho e renda	Quadro 26
Institucional	Articulação com organizações pública	Formação, Assessoramento	Compreendem a importância do assessoramento da universidade	Quadro 28

Fonte: Elaborado pela autora

Com a síntese dos resultados apresentados no Quadro 32, foi possível notar que aos poucos os(as) associados(as) foram adquirindo dentro da associação suas percepções de como é a organização de um empreendimento solidário. É um processo que necessita de muito engajamento e força dos(as) associados(as) para enfrentar as dificuldades (Quadro 30 e 31) e manter o espírito de solidariedade; ajuda mútua e cooperação em todas as atividades do empreendimento.

Os(as) associados(as) compreenderam as diferenças entre os formatos de trabalho, – principalmente na questão da gestão –, sendo promovida por eles(as) mesmos, onde se tornaram associados(as) e donos(as) ao mesmo tempo, diferentemente dos empreendimentos capitalistas.

Essa construção de saberes foi construída a partir da vivência de cada um e cada uma dentro daquele espaço. Nesse processo, sentiram-se livres da subordinação em relação à chefia que os pressionavam. Além destes entendimentos, eles(as) percebem que a associação traz não apenas a geração de renda, mas o reconhecimento e valorização de seus saberes, identidades e histórias.

Essas questões são determinantes para a participação deles(as) na economia solidária, e para a construção da economia solidária como um movimento que mobiliza não apenas questões econômicas, mas também sociais e políticas. A experiência de vida dos(as) associados(as) ensina a prática da solidariedade como resposta à necessidade e da amplitude dos processos pertinentes a essa alternativa econômica de produção e distribuição.

O respeito ao próximo para a construção de uma sociedade mais igualitária para todos(as) e para a transformação de seu meio de convívio social. É a partir do trabalho coletivo que esses associados(as) se empoderam, adquirem conhecimento e se transformam, tornam-se líderes de suas comunidades e sentem orgulho de quem são, pelo trabalho que desenvolvem, pela possibilidade de reconhecimento. E assim encontram possibilidades de realizarem os seus sonhos.

Apesar do histórico de dificuldade da associação para atingir uma remuneração adequada, hoje eles(as) se sentem felizes com o que a associação proporciona, além de um ambiente agradável de trabalho, confiança, amizade, cooperação e solidariedade. No entanto, essas conquistas não foram de um dia para a noite, foram construindo em passos curtos, além de nos mostrar que a importância dos mesmos é total dentro do empreendimento, pois sem eles(as) nada do que foi conquistado seria possível.

Além disso, o trabalhador sente orgulho ao ver o trabalho acabado e reconhece a importância de ter participado de todo o processo produtivo, e não apenas de uma etapa; dessa forma, o trabalhador se percebe no que produziu, diferentemente do que acontece geralmente em uma empresa capitalista.

Os sorrisos e os olhares de acolhimento de hoje nem sempre estavam presentes na associação. No resgate das memórias do trabalho coletivo foram se transformando em potenciais de mudança, exercitar a cooperação, a solidariedade e o sentimento de pertencimento foi primordial para as melhorias acontecerem.

4.2.5 Parcerias e Suportes Institucionais

No que se refere às parceiras e suportes institucionais identificados, o Quadro 33 resume os resultados com as seguintes informações: a categoria e subcategoria, o tema (sobre que tipo de assunto que se trata), as parceiras e suportes institucionais encontrados perante a categoria e subcategorias do estudo. A REF. . diz respeito aos Quadros que é possível encontrar as falas dos(as) associados(as).

Quadro 33 - Parceiras e Suportes Institucionais da ASSER

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	TEMA	PARCERIA INSTITUCIONAL	SITUAÇÃO (2022)	REF.
Institucional	Ação pública	Prestação de serviço	Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul	Contrato com o município.	Quadro 27
	Articulação com organizações pública	Formação, Assessoramento	Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Assessora pela equipe do projeto de extensão.	Quadro 28
	Articulação com organizações sociais		Associação Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis - ANCAT	Continua recebendo assessoria da ANCAT com base no edital contemplado.	Quadro 29

Fonte: Elaborado pela autora

Foi possível identificar que o êxito da gestão compartilhada dos resíduos sólidos, conforme preconiza a Lei 12.305/10, que institui PNRS, requer das prefeituras municipais o comprometimento com a inclusão social dos catadores(as), a inserção efetiva desses agentes nos programas de coleta seletiva, além do reconhecimento das externalidades sociais e ambientais da atividade de catação. Assim, devem buscar o fortalecimento e o desenvolvimento desses empreendimentos, com a implementação dessa política no município, a associação/cooperativa tem prioridade nessa contratação.

Além dessa prioridade, os empreendimentos estão dispensados de licitação. A contratação do empreendimento deverá ser feita de forma direta, com base na Lei nº 8.666/93, art. 24º, inciso XXVII. No município de São Lourenço do Sul/RS existe apenas a ASSER como empreendimento de catadores(as) organizados, sendo assim, é a única que está apta a prestar serviço e, em função da aplicação da PNRS, é que foi possível ter parceria com a prefeitura, ainda que, como foi possível constatar a insatisfação por parte dos(as) associados(as), com

relação ao valor pago pela Prefeitura de São Lourenço do Sul para que a associação faça a coleta dos materiais recicláveis da zona urbana, e a destinação correta desses materiais oriundos das zonas urbana e rural (Quadro 27).

Apesar do município seguir a legislação, a relação entre a gestão municipal e a associação é diretamente influenciada pelas interferências da política partidária e de questões da burocracia da administração pública, a qual exige que a ASSER atenda a uma complexa e extensa relação de documentos e relatórios. É nesse sentido que Pinhel (2013) relata a importância de que esses empreendimentos solidários tenham suporte de políticas públicas que possibilitem a viabilidade das associações/cooperativas e, assim, possam os(as) catadores(as) trabalhar com maior tranquilidade.

Visando questões como essa que professoras do curso de tecnologia em Gestão de Cooperativas elaboraram o projeto de extensão “Fortalecimento da Associação Ecológica de Recicladores de São Lourenço do Sul – ASSER”, com vistas à consolidação da associação, promoção de autonomia individual e coletiva e otimização da gestão administrativa e ambiental.

A partir de ações desenvolvidas pelas professoras e pelos(as) bolsistas junto à associação, tornou-se possível renegociar as condições do convênio com a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul e, assim, melhorar a forma de organização da gestão administrativa/financeira, o que tem facilitado a relação com a gestão municipal, bem como gerado processos de emancipação dos(as) associados(as).

Todo esse projeto foi desenvolvido sem nenhum suporte financeiro, pois como é de conhecimento nacional, as políticas públicas voltadas para os EES's estão cada vez mais escassas; levando à total desarticulação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), rebaixada a Subsecretaria em 2017 e, logo após, transformada em departamento do Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 886/2019¹⁰.

Esses fatores têm dificultado ainda mais a articulação e a organização de grupos como a ASSER, porém com a parceria com a universidade, foi possível a aproximação com o MNCR, e conseqüentemente acesso a informações e ao edital do programa Reciclar pelo Brasil, que é gerido pela ANCAT. A ASSER formalizou convênio com a ANCAT no ano de 2019, que tem como objetivo fortalecer o trabalho dos catadores(as) como atores indispensáveis para um

10 Medida Provisória nº 886. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/137363>. Acesso em: 02 abr. 2022.

desenvolvimento sustentável, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.

Durante o convenio da ANCAT, a ASSER obrigatoriamente se compromete a disponibilizar, mensalmente, os seguintes dados: volume de materiais recicláveis comercializados; notas fiscais e/ou recibos dos materiais comercializados; valores de venda dos materiais recicláveis comercializados; volume estimado de rejeitos; volume estimado de materiais recicláveis não comercializados; nome, CPNJ e endereço dos compradores dos materiais recicláveis que comercializa; número de catadores(as) ativos e atuantes na organização, no mês consultado; e renda auferida pelos catadores associados a organização.

E com a formalização desse convênio, além de recursos financeiros para aquisição de maquinários, a ASSER passou a contar com uma assessoria de do corpo técnico da ANCAT, o que tem auxiliado na melhoria dos processos organizativos da associação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a temática sobre empreendimentos da economia solidária, o presente estudo teve como pretensão discutir a importância de três assuntos principais: a economia solidária, a gestão da associação perante o sistema mercantil, o entendimento do papel dos(as) associados(as) na associação e a importância da extensão universitária.

Para isso, foram utilizadas referências que abordam sobre o ambiente dos empreendimentos econômicos solidários, os princípios balizadores da economia solidária, as tensões entre as lógicas solidária e capitalista e as associações de catadores(as) de materiais recicláveis.

Em suma, o objetivo geral foi analisar as questões sócio-organizacionais de um empreendimento solidário, conhecendo a sua dinâmica e contradições. Para tanto, buscou-se compreender o processo histórico da organização da associação de catadores(as) de materiais recicláveis, verificar as tensões e contradições entre a lógica mercantil e a lógica solidária muitas vezes presentes nessas organizações, entender a percepção dos associados(as) da ASSER de como o empreendimento pode funcionar como mecanismo de inserção econômica e social e descrever as dificuldades e desafios da gestão da ASSER na percepção dos associados(as).

Assim, com a pesquisa foi possível aprofundar o conhecimento sobre a ASSER, foram identificadas características que estimularam reflexões e discussões sobre as tensões entre as lógicas do sistema mercantil capitalista e a lógica econômica solidária, e como o empreendimento lida com essa situação.

Para análise destas tensões e realizações de inflexões a partir dos oito princípios apresentando por Gaiger (2004) definiu as categorias para a compreender as falas dos(as) associados(as) possibilitando entendimento a percepção deles(as) de como a associação funciona, da gestão da associação.

Com isso, foi possível constatar que a ASSER passou de gestões verticalizadas (até 2016), onde principalmente os(as) demais associados(as) começaram a perceber que uma associada se sentia chefe da associação, o que resultou em uma assembleia com a indicação de exclusão da associada, e ao ser colocada para votação, com ampla maioria dos votos, foi excluída.

Foi nesse momento de debate, o momento central para que ocorresse mudança no processo organizativo da associação, onde hoje (2022) possa apresentar está, que se caracteriza-se por ser solidária, participativa e democrática para com os(as) associados(as), incluindo-os nas diversas situações que o empreendimento enfrentou, desde a tomada de decisões

relacionadas as questões administrativas, financeiras externas e internas e dos processos produtivos.

Caracteriza por ser ativo, participando dos diversos processos, procura difundir seu conhecimento para com os(as) associados(as), estimulando-os a abandonar posições passivas e assumir posições participativas fortalecendo o coletivo, e sempre esteve aberto ao diálogo e a novos conhecimentos.

Em linha com o preconizado pela gestão autogestionária de Guerra (2008), Farias (2009) e Oliveira (2014), atualmente (2022) a associação foi possível identificar que as informações são contínuas e aberto, entre todas as instâncias e membro. Embora exista uma centralização de informação na diretoria, esta não age como instância máxima de decisão e não há um único canal de comunicação, podendo a informação permear diversos caminhos. De forma geral, se um assunto já foi definido pelo coletivo, a coordenação apenas cumpre, o que foi acordado previamente nas reuniões. Caso os assuntos ou solicitações não tenham passado pela decisão coletiva, a coordenação organiza reuniões, geralmente nos sábados ou em casos urgentes, no fim do dia, para tratar deles.

Em relação as tensões presentes se concluem que as dificuldades impostam pela lógica capitalista sempre vão existir, pois o empreendimento está inserido em um ambiente capitalista, dado que para o mercado capitalista, não importa a estrutura adotada pelos empreendimentos solidários, e sim a qualidade e eficiência de seus produtos e serviços em termos competitivos.

Também foi possível identificar dificuldades em obter a plena participação da maioria dos(as) associados(as) nas discussões, de expor suas opiniões, assim podendo qualificá-los como uma democracia representativa, pois a grande maioria que se expressa, são associados(as) com mais tempo de associação. Essas dificuldades de participação dos(as) associados(as) não requer apenas em discussões sobre o funcionamento, mas também na participação de cargos de gestão, ficando sempre nos mesmos.

Mesmo lidando com essas questões de falta de interesse dos(as) associados(as); dificuldade no processo organizativo; a comercialização e os recursos, a gestão atual (2022) se qualifica em ser ativa, participa dos processos, procura ensinar seu conhecimento para com os(as) associados(as), estimulando-os mesmos a participarem de todo o processo, assim fortalecendo cada vez mais o coletivo, como resultado dessa dinâmica os expressivos avanços tanto nos processos administrativos-produtivos, quanto nas condições socioeconômica dos(as) associados(as).

Esses fatores reafirmam que seriam os motivos de alguns associados(as) não querer se envolver na gestão, achando que não possuem a capacidade de continuar fazendo uma gestão transparente, democraticamente e coletiva, levando ainda não efetivação da autogestão por completo pela associação.

Com isso, Singer (2002) identifica que as iniciativas de economia solidária para serem bem-sucedidas na sua gestão precisam ser capazes de desconstruir as influências do modelo de produção capitalista e recriar um novo formado que contemplem os princípios da economia solidária, fato que ASSER está tentando aperfeiçoar cada vez mais, mas nem sempre é rápido e fácil.

Mesmo com essas dificuldades organizativas, conclui que para os(as) associados(as), a ASSER desenvolveu socialmente a comunidade, promoveu ações coletivas e incluiu individualmente alguns catadores(as) autônomos. Assim, associação tornou-se possível a transformação da vida de cada associado(a) que vivenciavam a exclusão social dentro do sistema capitalista, que oferecia a negligência, o preconceito, a violência. E que hoje oferece oportunidades de geração de trabalho, renda, de saídas da situação de vulnerabilidade, é a oportunidade de serem valorizados e reconhecidos pelo seu trabalho, que tem um propósito socioambiental.

Portanto, quando houver um aprimoramento contínuo do trabalho coletivo, este provoca rupturas com os modelos empresariais anteriores, e dá-se espaço à emergência de novos modelos mentais, embasados nos princípios da economia solidária.

De uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras que foi apenas em 2010 com a PNRS trouxe os(as) catadores(as) de materiais recicláveis para o protagonismo das ações referentes à gestão dos resíduos sólidos, pois não existe mais nada eficiente para a reciclagem do que o olho e a mão humana, como elemento que fazem a parte o trabalho mais importante, o do gerenciamento de resíduos coletando materiais descartáveis na ruas, durante a coleta seletiva e até mesmo em circunstâncias bastante penosas e inaceitáveis, como é o caso dos lixões, uma prática aviltante da dignidade dos(as) trabalhadores(as) dos materiais recicláveis.

Os materiais coletados, que depois são transformados em matéria-prima é que possibilite para grupos de catadores(as) o seu sustendo. No entanto é importante destacar que a maior parte das pessoas que trabalham com materiais recicláveis são pessoas pretas sobretudo, mulheres chefes de família que são obrigadas a buscar essas alternativas para poder sobreviver. Por isso, a importância das políticas públicas que restauram a dignidade e os(as) trata como

profissionais e os remuneração para além dos materiais coletados, mas pelo trabalho que prestam de serviços ambientais à comunidade, ao município e ao país.

Destaca-se que graças ao trabalho destes catadores(as) é possível que grande parte dos resíduos do município retorne ao sempre produtivo matéria-prima, diminuindo a emissão de gases, e evitando que os resíduos sejam depositados em lixões, contaminando o solo água, e causando doença para a vida das pessoas, a população. A sociedade precisa compreender a importância deste segmento, pois geram um benefício social, ambiental, e um compromisso ético e político de cuidar do meio ambiente ao mesmo tempo em que se cuida das pessoas.

Na ASSER percebe-se que os princípios da economia solidária estão incorporado no dia a dia da organização, pois trabalha de forma flexibilizada, onde os(as) associados(as) por exemplo podem sair para resolverem problemas pessoais, mas nem por isso deixam de cumprir suas responsabilidades, há preocupação com a comunidade e com o catadores(as) autônomos, trabalham de forma sustentável no qual sua matéria prima é o material reciclável, não há diferença de remuneração independente do cargo ocupado, e o trabalho exercido pela associação é somente por associados(as), não havendo assalariados.

E, por fim, notou-se que por parte do município não existe nenhum outro tipo de apoio, a não ser o financeiro, e a obrigatoriedade de fazer o recolhimento do entulho na associação. Já em relação ao projeto de extensão, nesses 7 anos de projeto já resultou resultados promissores para a ASSER. Esses resultados são tanto intangíveis, como a compreensão dos princípios da Economia Solidária, com melhorias nos processos autogestionários por parte dos integrantes da associação, a percepção e valorização da importância de trabalhar no coletivo, quanto resultados práticos, tal como o apoio a associação no diálogo com o poder público que já resultou em retornos financeiros com uma melhora do contrato.

O desenvolvimento de ações dialogadas em extensão universitária tem sido pautado pela ideia de participação dos sujeitos sociais envolvidos na relação da universidade com a sociedade, de forma a respeitar as necessidades locais e de promover a integração dos saberes, principalmente o popular, ou seja, de fortalecer a emancipação, nas mais diversas dimensões.

Deve-se considerar ainda que o desenvolvimento do projeto por meio da instituição de ensino, sendo uma universidade comunitária e públicas, têm o compromisso de promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental. Além de contribuir com as atividades de extensão na formação acadêmica e dos demais estudantes

envolvidos possibilitando ainda adquirir experiência para atividades profissionais futuras dos participantes.

Diante desses fatos podemos considerar que o fato de uma associação atuar na lógica da economia solidária, faz com que tenda a não se distanciar dos princípios da economia solidária, mesmo com as pressões impostas pelo mercado. Nota-se que o processo de educação, formação são fundamentais para que a associação, e os(as) associados(as) incorporem nas suas vidas o cooperativismo, associativismo, deixando cada vez mais distante a lógica da competição.

Com a pesquisa foi possível contribuir no campo da Administração, mais especificamente, a saber, como pode se configurar os empreendimentos de economia solidária em frente as tensões da lógica capitalista, e como estes são geradores de trabalho e renda para grupos considerados invisível perante a sociedade.

5.1 LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Como limitação deste estudo, considera-se o fato de as entrevistas com os fundadores da associação não terem sido realizado por conta do não retorno de algum, mesmo tentando contado diversas vezes.

Portanto, para conseguir compreender o processo de constituição da associação, conseguimos apenas uma entrevista como uma funcionária que trabalhava no setor de economia solidária do município no ano de 2005, os demais contatos que foram indicados por ela, não retornaram o contato. Além disso, este trabalho não escutou os órgãos públicos, o que é outra limitação da pesquisa.

Assim sendo, como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se:

- (a) considerar verificar o nível de autogestão presente no empreendimento;
- (b) analisar o nível de participação existente na associação;
- (c) investigar outros empreendimentos econômicos solidário do ramo da reciclagem, além de realizar uma pesquisa com empreendimentos de reciclagem, a fim de identificar outras elementos que envolvam diferentes tensões contradições.
- (d) relação da associação com os atravessadores;
- (e) a relação dos movimentos sociais com associações ou cooperativas de reciclagem; e
- (f) escutar os órgãos públicos em relação a prestação de serviço dos empreendimentos de reciclagem.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCORSI, Regiane Juchen Machado. **Avaliação de Sustentabilidade em Cooperativas de Reciclagem de Porto Alegre/RS**. 2018. 145f, Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2018.

ADAMS, Telmo. Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: **Idéias& Letras**, 2010.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestión. In: Cattani, A. D. (Org.). **La outra economia**. Buenos Aires: Altamira, 2003.

ANDRADA, Cris Fernández.; ESTEVES, Egeu Gómez. **Sonho, história, loucura?** Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho”. In Rasera, E. F.; Pereira, M. de S. y Galindo, D. (Orgs), Democracia participativa, estado e laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção (pp. 173-191). Porto Alegre: Abrapso, 2017.

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participações Acionárias. **Autogestão e Economia Solidária: Uma nova Metodologia**, v2. ANTEAG. São Paulo: TEM, PNQ, 2005.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p.632-636, 2010.

ARANTES, Bruno Otávio. **Condições de trabalho e saúde psíquica dos catadores de materiais recicláveis de uma cooperativa de segundo grau da região metropolitana de Belo Horizonte** - 2015. 119 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

BARBOSA, Leticia Cristina Bizarro. POR QUE É MAIS FÁCIL CRIAR EMPRESAS QUE COOPERATIVAS? Uma análise das lógicas econômicas capitalista e solidária. **Em Tese**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez., 2014. ISSN: 1806-5023

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições: 70, 2011.

BARROS, Vanessa Andrade de; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária **Laboreal; Porto** Vol. 15, Ed. 1, (2019): 1-21. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/986> Acesso em: 23 jul. de 2021.

BASTOS, Hugo Manuel; ARAÚJO, Geraldino Carneiro de. Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 13, n. 4, p. 62-79, 2015.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. Do socialismo utópico à economia solidária. In: CONGRESSO Brasileiro de História Econômica, 6., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p. 1-25.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, June 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/08.pdf>. Acesso em: 19 mar. de 2021.

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso: em 05 de abr. 2021.

BORDENAVE, Juan Díaz. O que é participação. São Paulo, **Editora Brasiliense**, 1994.

BRAGA, Natalia Lopes; MACIEL, Regina Heloisa. Desafios e contradições de um projeto solidário: o caso de uma associação de catadores de materiais recicláveis. **Interações** (Campo Grande) [online]. 2018, v. 19, n. 3, pp. 557-568. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i3.1726>. Acessado em: 25 de jul. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o termo de parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1 jul. 1999a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm. Acesso em: 24 de jun. de 2021.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 30 de jun. de 2021.

BRASIL. **Lei do Cooperativismo** nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Diário oficial RDREVISTA DE DIREITO | VIÇOSA | V.10 N.02 2018 P. 27- **Diário Oficial da União**, 19 jul. 2012. Brasília, DF: 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112690.htm. Acesso em: 24 de jun. de 2021.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Plano de Saneamento Básico. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 05.01.2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Regula a Separação dos Resíduos Recicláveis. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF, 25.10.2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23.12.2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 25 de jun. 2021.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CAMPOS, Vanessa Escobar de. **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: contribuições socioambientais de duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região do Médio Paranapanema**. 2014. 135f, Dissertação (Mestrado em Biociências). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

CARDOSO, Alexandro. **O Eu Catador: Reciclando Humanidades, Ressignificando Resíduos e Compartilhando a Cultura Social da Reciclagem**. Porto Alegre/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas departamento de Antropologia, 2022. Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Sociais.

CARDOZO, Bruno Diego Alcantara; ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; VAZ, Telma R. Duarte. Gestão de empreendimentos econômicos solidários: os desafios no contexto das cooperativas de reciclagem. **Rev. Ciências Gerenciais**, v. 17 n. 25 (2013), 2015.

CARVALHO, Elda Daniele Oliveira. **A Economia Solidária: como resposta ao desemprego**. Boa Vista/Universidade Federal de Roraima – UFRR – Centro de Ciências Administrativas e Jurídicas Departamento de Economia, 2008. Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Economia.

CARVALHO, Virgínia D.; FREITAS, Thaisa Andrade; VILAS BOAS, Ewerton Martinho. Valores do trabalho em empreendimentos solidários: estudo de caso entre os membros de uma cooperativa de coleta e reciclagem de lixo. **Cadernos Gestão Social**, 4 (1), 135-150, 2013.

CARDOSO, Emile Lebrago; FILHO, Hélio Raymundo Ferreira; SANTOS, Vanusa Carla Pereira. Empreendimentos econômicos solidário formado por catadores de matérias recicláveis: um estudo de caso da associação de catadores das águas lindas, Belém, Pará. v. 16 n. 1 (2019): **Anais do XVI Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social**, 2019. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/511>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

CASSANDRE, Marcio Pascoal.; SENGER, Carine Maria; DO AMARAL, Wagner Roberto do; FALLEIROS NETA, Emília Vella. Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: Economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 17, p. 167-185, 31 ago. 2013.

CHAVES, Carlos Jaelso Albanese; VIEIRA, Francisco Giovanni David; MENDES, Luciano; BERNARDO-ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. Possibilidades e Limites das Ações de Responsabilidade Social em Cooperativas. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 13, n. 32, p. 270–302, 2015. DOI: 10.21527/2237-6453.2015.32.270-302. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3187>. Acesso em: 25 de jul. de 2021.

CORAGGIO, José Luis. **Economia do Trabalho**. In: CATTANI, Antônio (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 88-96.

CORAGGIO, José Luis. **Economia do Trabalho**. In: CATTANI, Antonio David.; LAVILLE, Jean-Louis.; GAIGER, Luiz Inácio.; HESPANHA, Pedro. (Org.) (2009), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, p. 120-128.

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. 343 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako Hara; TRINDADE, Marcelo trindade. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

CUNHA, Teresa. **“Women inPower Woman” Outras economias criadas e lideradas por mulheres no sul não-imperial**. 1ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO, 2015.

DALTOÉ, Andréia da Silva; MONTEIRO, João Antolino. Entre o discurso da economia solidária e o capitalismo: contradições e desafios. **Memorare - Eletrônica**, v. 3, n. 2 (2016), 2015. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/4038/0. Acesso em: 16 de jul. de 2021.

DIAS, Thiago Ferreira; SOUZA, Washington José de. Gestão social e economia solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró-RN. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, n. 1, p. 261-294, 2014.

DINIZ, Sibelle Cornélio. Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural. In: **XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017**. Anais... São Paulo: XVII ENANPUR, 2017.

ENGELS, Friederich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX; ENGELS. **Obras escolhidas**. Tomo III. Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1985, p. 104-168. Acesso em 15 junho 2022, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009

FARIA, José Henrique de. Autogestão, Economia Solidária e Organização Coletivista de Produção Associada: Em direção ao rigor conceitual. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, jul./set. 2017.

FÉ, Carlos Frederico Cerqueira de Moura; FARIA, Mauricio Sardá de. **Catador de Resíduos Recicláveis: Autogestão, Economia Solidaria e Tecnologias Sociais**. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela. **Cooperativas de Catadores: Reflexões Sobre Práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011. E-book.

FERNANDES, Eliane Leao. **Economia Solidária e Globalização: uma análise necessária**. 2011. Disponível em: <http://www.educacaofiscal.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/ECONOMIA-SOLID%20-%20UMA-AN%20LISE-NECESS%20RIA-E-GLOBALIZA%20-%20UMA-AN%20LISE-NECESS%20RIA.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2021.

FERRARINI Adriane Vieira; VERONESE Marília Veríssimo. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. **Revista Outra Economia**, São Leopoldo-RS, v. 4, n. 7, p. 131-152, jul-dez, 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A problemática da Economia Solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado, Brasília, Departamento de Sociologia - UnB**, v.14, n.1-2, p.243-75, jan./dez. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia análise e dados**. Salvador: SEI/Governo da Bahia, 2002b, v. 12, n. 1, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho.; LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Edufrgs, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006. p 201-206.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre: **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Penso, 2009.

GAIGER Luiz Inácio. Sentido e Possibilidade da Economia Solidária hoje/Questões debatidas. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAIGER Luiz Inácio. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, Antônio (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.

GAIGER Luiz Inácio. **A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista**. São Leopoldo: Unisinos, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642/12016>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

GAIGER Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção capitalista. Cayapa. **Revista Venezuela na de Economia Social**. Año 4, nº 8, Diciembre, 2004.

GAIGER Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária. CATTANI, Antônio; HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). (2009), **Dicionário internacional da outra economia**. 1. ed. Coimbra: Almedina.

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. **O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista**. *Dados* [online]. 2018, vol.61, n.1, pp.137-169. ISSN 1678 4588. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582018149>. Acessado em: 02 de set. de 2021.

GIL, Antônio Carlo. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa/** Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2006

GIL, Antônio Carlo. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social /** Antonio Carlos Gil. – 6. Ed. – 6. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Ana Carolina. **Os Valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho: um estudo em empreendimentos econômicos solidários**. Belo Horizonte: UFMG – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, 2014. Tese de Doutorado.

HEIDEN, Anke Iracema Von Der. **Cooperativas de reciclagem de lixo e inclusão social: o caso do município de Itaúna - MG**. Dissertação (Mestrado Educação, Cultura e Organizações Sociais) do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Organizações Sociais, Universidade Estadual de Minas Gerais, 2007.

IPEA. **Os Novos Dados do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil**: Nota metodológica e análise das dimensões socio estruturais dos empreendimentos. Brasília, 2016. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf. Acesso em: 27 de dez. de 2020.

JERÔNIMO, Fátima Behncker; MARASCHIN, Ângela de Faria; SILVA, Tania Nunes da. **A gestão estratégica de sociedades cooperativas no cenário concorrencial do agronegócio brasileiro: estudo de caso em uma cooperativa agropecuária gaúcha**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.14, n.26, p.71-89, maio 2006.

KIRCHNER, Rosane Maria; SAIDELLES, Ana Paula Fleig; STUMM, Eniva Miladi Fernandes. Percepções e Perfil dos Catadores de Materiais Recicláveis de uma Cidade do RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 5, n. 3, p. 221-232, set-dez/2009.

KIRZNER, Israel. **Competição e atividade empresarial**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2012.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto. **Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais**. 249f. Tese (doutorado) —Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2016

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia Solidária: Conceitos e Princípios Norteadores. **Humanidades & Inovação**, V. 5, P. 209, 2011.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**. 2009, v. 24, n. 69 [Acessado 23 Julho 2021] pp. 31-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100003>. Acessado em: 02 de set. de 2021.

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo de. Trabalho. Solidariedade Social E Economia Solidaria. **Lua Nova**. São Paulo, 93: 139-168. 2014

LIMA, José Raimundo Oliveira; SILVA Isabela Oliveira. Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2021 **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 27, p. 165-182, jul.-dez. 2020.

LOURENÇO, Maria Lemos. **Cooperativismo e subjetividade**: Um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária. Curitiba: Juruá Editora, 2008

MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária. CATTANI, Antonio; HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). (2009), **Dicionário internacional da outra economia**. 1. ed. Coimbra: Almedina.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica** - 7.ed - São Paulo: Atlas 2020.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Tomo I, Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1932. Acesso em 15 junho 2022, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Tomo I, Lisboa/Moscovo: Avante/Progresso, 1982. p. 106-136. Acesso em 15 junho 2022, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boi tempo Editorial, 2004.

MEIRA, Augusto Veloso; OLIVEIRA, Daniel Coelho de; RUAS, Rosana Franciele Botelho. Economia solidária e cooperativismo: política de trabalho e renda. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 17, N° 175, Diciembre de 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Quantos Catadores existem em atividade no Brasil?** Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **História do MNCR**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/sua-historia>. Acesso em: 30 de mar. de 2021.

MONTEIRO, Ednei Francisco. **Qualidade de vida no trabalho na economia solidária: estudo em uma cooperativa de catadores do ABC paulista**. Dissertação (mestrado em Administração) --Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 109 p. 2014.

MOURA, Mirley Nunes de; REISDORFER, Vitor Kocchann; BENTO, Marcia Helena dos Santos; MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama; STECCA, Fabiana Letícia Pereira Alves. Modelo de Gestão Cooperativa: Um Estudo de Caso na Coeducar. **Nucleus**, v.14, n.2, out, 2017.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Avanços e Desafios para as Políticas Públicas de no Governo Federal 2003/2010. **Governo Federal – Brasil**. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5F52A404620/Oito%20Anos%20da%20SENAES.%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios%20para%20as%20PP%20de%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20no%20Gov.%20Federal%202003%202010.pdf> . Acesso em: 25 de ago. de 2022.

OLIVEIRA, Michele Moraes. **Vulnerabilidade e exclusão social: uma abordagem sobre representações sociais de catadores de materiais recicláveis em Ipatinga-MG**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia familiar; Estudo da família; Teoria econômica e Educação do consumidor) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

OLIVEIRA, Marcus Fabrício Gonçalves. **Gestão de empreendimentos econômicos solidários: o caso da Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira - COOFE, Bahia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. – Salvador, 2014. 182f.

OLIVEIRA, Josenildo Bezerra; FERKO, Georgia Patricia da Silva; ROSA, Jaqueline Silva da. Gestão democrática na cooperativa de empreendimentos solidários do município de Boa Vista - COOFECS. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE RORAIMA - RARR**, v. 6, n. 3 (2016).

PECKE, Thierry Silva; UMPIERRE, Marcia Borges; ORESTES, Melissa Duarte; CALDASSO, Liandra Peres. A liderança solidária, condição indispensável para organização e gestão de uma associação de catadores(as), na lógica da economia solidária. In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe v. 15 n. 2, 2020.

PERS-RS - **PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO RIO GRANDE DO SUL. 2014. Rio Grande do Sul MMA, FEPAM, ENGEBIO**. 559 p. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201905/03155041-pers-final.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

PEREIRA, Clara Maria Guimarães Marinho. **Economia solidária: uma investigação sobre suas iniciativas**. 2011. 206 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

PINHEIRO, Daniel Calbino. **A Educação e a Gestão na Economia Solidária um Estudo Sobre os Processos de Formação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. 2010. 270 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

_____. **Em Busca de Contribuições para a Gestão na Economia Solidária: Um estudo a partir da literatura e do caso CECOSOLA**. 2013. 397 f. Tese - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PAES DE PAULA, Ana Paula. Autogestão e Prática Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 14, n. 33, p. 233-266, jan./mar., 2016.

PINHEL, Julio Ruffin; ZANIN, Maria; DEL MÔNACO, Graziela. **Catador de Resíduos Recicláveis: Um Perfil Profissional em Construção**. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela. **Cooperativas de Catadores: Reflexões Sobre Práticas**. São Carlos: Claraluz, 2011. E-book.

PINHEL, Julio Ruffin. **O catador de materiais recicláveis**. In: PINHEL, Julio Ruffin. **Do lixo à Cidadania**. [S. l.]: Peirópolis, 2013.

PINTO, Florentino Carvalho. Uma História do Cooperativismo sob a Perspectiva Utópica. **ReAC – Revista de Administração e Contabilidade**. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana-Ba, v. 1, n. 1, p. 65-79, junho/dezembro, 2009.

PIROTTI, Tatiane Martins Cruz; BITENCOURT, Claudia Cristina; WEGNER, Douglas. “Sozinhos não Vamos Vencer”: Práticas Colaborativas e Ganhos Coletivos em uma Rede de Empreendimentos da Economia Solidária Brazil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 3, p. 37-55, 2017.

PRESNO, Nora. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n 17, p. 119-144, outubro, 2001.

RAZETO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2005. p.34-58.

RÊGO, Eduardo Ernesto do; MOREIRA, Emília. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 7, n. 1, p. 63-80, 2013.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Penso, 2013

SANT'ANA, Diogo de; METELLO, Daniela. **Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios**. In: PEREIRA, C.J. e GOES, F.L (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, pp. 21-46.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. **e-Cadernos CES** [Online], 02 | 2008, Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

SANTOS, Aline Mendonça. **O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular**. 2010. 445 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Aline Mendonça. Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. **Outra Economía**, v. 08, p. 196-2009, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2014.815.07>. Acesso em: 08 de jul. de 2021.

SANTOS, Elza Maria; ROQUETE, Fátima Ferreira. **Práticas de Gestão em Cooperativas: Um Estudo de Caso de uma Cooperativa de Transporte de Passageiros em Táxi de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/15318416.pdf> Acesso em 23 de agosto.

SCHNEIDER, Jose Odelso; HENDGES, Margot. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação, em: Economia Solidária e Ação Cooperativa. **ESAC**. Economia Solidária e Ação Cooperativa (UNISINOS), v. 1, p. 33-48, 2006.

SESCOOP/RS. **Princípios do cooperativismo**. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/cooperativismo/principios/>. Acesso em: 09 de fev. de 2021.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/ Banco Palmas**. 99 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2004.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **e-Cadernos CES** [online], 02 | 2008, publicado a 01 dezembro 2008, consultado a 27 agosto 2021. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1451>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1451>

SILVA, Sandro Pereira; GOES, Fernanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SILVA, Simone Barbosa de Santana. **Cooperativismo e Economia Solidária: Um estudo de caso junto à Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana COOBAFS**. 104f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, SP, 2015.

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2268).

SILVA, Fabiano André Gonçalves; MACEDO, Dinara Leslye & SILVA Calazans; GONZÁLEZ, Juan Miguel Rosa; SOUZA, Washington José de. **Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado de Cruz (Currais Novos/RN)**. RECADM, Campo Largo, v. 10, n. 2, jul./dez., 2011, p. 93-106.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos avançados, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004.

SINGER, Paul. **Ensaio sobre Economia Solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.

SOUSA, Diego Neves de; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira; SOUSA, Dayane Rouse Neves; MILAGRES, Cleverton Silva Ferreira. O Processo de Formalização em um Empreendimento de Economia Solidária. **Revista Desenvolvimento Social**, 115-120. No 20/01, 2017. (ISSN 2179-6807)

SOUSA, Diego Neves de; AMODEO, Nora Beatriz Presno; MACEDO, Alex dos Santos; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.52, n.3, Brasília, July-Sept., 2014.

SOUSA, Romário Rocha; PEREIRA, Rafael Diogo; CALBINO, Daniel. Limites e desafios das organizações de catadores: uma análise da ASMARE. **Revista Interações**, v. 22, n. 2. Campo Grande: 2021.

SOUZA; André Ricardo de. Economia Solidária: Um Movimento Nascente da Crise do Trabalho. SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.) **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: Contexto, 2003. 320p.

SOUZA, Paulo Renato. **Educação e responsabilidade social**. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 jun. 2006, Tendências/Debates, p. A3.

SOUZA, Tiago. **Organização e estruturação da associação patense de reciclagem visando à coleta seletiva do município de Patos de Minas – MG**. 89f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2014.

SOUZA, Camila Pereira de; ALCÂNTARA, Valderi de Castro; CAMPOS, Alyce Cardoso; BACELAR, Ananda Silveira. (2020). Tensão entre racionalidades: estudo de caso da associação de catadores de materiais recicláveis de Lavras (ACAMAR). **ForScience**. 8. 1-26. 10.29069/forscience. 2020v8n2.e788.

SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. **Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da Associação de Recicladores Rei do Pet (ARREP) – Ponta Grossa/ PR**. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, Florianópolis, 2017. Anais... Florianópolis: 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180045>. Acesso: 02 março 2021.

TENÓRIO, Fernando. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 6, p. 1145-1162, 2006.

TIRADO-SOTO, Magda; ZAMBERLAN, Fabio. Empreendimentos Solidários num ambiente Capitalista: Variáveis para seu desenvolvimento. v. 7 n. 1 (2010): **Anais do VII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social**. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/212/199>. Acesso em: 20 de jul. de 2021.

TROMBETA, Letícia Roberta. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis: da precarização à organização do trabalho. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**. v. 13, n. 1 (2012). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1083/1663>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

UMPIERRE, Marcia Borges; PECKE, Thierry Silva; ANELLO, LLúcia de Fátima Socoowski de. O Trabalho Associativo em Empreendimento de Economia Solidária e o papel da Educação Ambiental Crítica, Emancipatória e Transformadora. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], n. 1, p. 102–114, 2018. DOI: 10.14295/remea.v0i1.8566. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8566>. Acesso em: 25 de jul. de 2021.

VERONESE, Marília Veríssimo. A Economia Solidária e a formação de lideranças democráticas. **Revista Diálogo**, n. 18, p. 97-114, 2011. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/105> Acesso em: 23 de abril 2021.

VERONESE, Marília Veríssimo. A Economia Solidária e a Formação de Lideranças Democráticas. **Revista Diálogo** n.18 p.97-114, jan-jun, 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo; SCHOLZ, Robinson. A difícil construção da liderança solidária compartilhada. **Revista de Ciências Sociais**, 3(2), 41-64. v.3, n.2, p.41-64, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/12792/8110>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

VERONESE, Marília Veríssimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. Sobre a Diversidade de Formatos e Atores Sociais no Campo da Economia Solidária. **Caderno CRH [online]**. 2017, v. 30, n. 79. pp. 89-104. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000100006>. Acesso em: 6 de jul. de 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 5.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBELO, Elisabete Aparecida. **A Economia Solidária como um princípio de organização do trabalho: formação e assessoria técnica para catadores de material reciclável**. GEPROS – Gestão da Produção, Operações e Sistema, BAURU, Ano 10 n° 2, abr-jun/2015, p.101-113.

ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Francisconi. **Cooperativas de Catadores: Reflexões sobre Prática**. São Carlos: Claraluz, 2011. E-book. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/5c7a073d32f7f3533a0d886b374b3873.pdf> Acesso em: 14 maio 2021.

ZEELAND, Angélique van; TELLIER, Marlui. **Catadoras e Catadores em Rede Fortalecendo a Reciclagem Popular**. Porto Alegre. Fundação Luterana de Diaconia. 2015.

ZEELAND, Angélique van. **Economia Solidária e Desenvolvimento Humano: Um Estudo da Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários e das Condições de Vida de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis**. 2016. 242 f. Tese (Doutorado em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2016.

ZWICK, Elisa. **Fundamentos teóricos de gestão de cooperativas**. 2011. 160 p. Dissertação (Mestrado em Administração em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

“Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA GESTÃO DE UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO**: Um Estudo de Caso da ASSER – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São Lourenço do Sul, desenvolvida pela discente Melissa Duarte Orestes do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) sob a responsabilidade do Professor Dr. Lucas Santos Cerqueira (FURG/UFRB).

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é analisar as questões sócio-organizacionais de um empreendimento solidário, conhecendo a sua dinâmica e contradições, bem como o impacto nos indivíduos pertencentes ao empreendimento no sentido de compreender como podem funcionar como mecanismo de inserção econômica e social.

GRAVAÇÃO DE ÁUDIO: Solicito a gravação da entrevista em áudio exclusivamente para a transcrição textual das informações para a pesquisadora e logo após a conclusão da dissertação será apagado. Diante do exposto, você permite a gravação? SIM (___) NÃO (___)

Em vista disso, asseguro:

- A resposta a este instrumento não causa risco à minha saúde física e mental, não sendo provável, também, que cause desconforto emocional;
- Participar desta pesquisa não há qualquer despesa para mim;
- Manter sigilo absoluto e caráter anônimo dos participantes de pesquisa, confirmando que suas identidades serão protegidas;
- Não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com minha participação, nem utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
- Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa, o que não me causará nenhum prejuízo;
- Fui esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rio Grande (CEP FURG) e que poderei contatá-lo para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo telefone 53 – 32373011 ou e-mail cep@furg.br
- Poderei entrar em contato com a responsável pelo estudo, sempre que julgar necessário pelo telefone número (53) 991279362 ou melissaorestes@gmail.com
- Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá com o pesquisador responsável e você receberá uma via podendo ser via e-mail atendendo aos cuidados sanitários da pandemia da COVID-19;

- Atesto recebimento de uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações do CEP FURG.

A confidencialidade se estende a fotografias, vídeos, cartilhas, gravações e transcrições de entrevistas, bem como qualquer tipo de material produzido pela equipe do Projeto. **A vigência do compromisso, da obrigação de confidencialidade e sigilo** assumidas pela(s) minha pessoa(s) por meio deste termo não prevalece sobre informações que estejam **sob domínio público antes da data de assinatura deste termo** ou por qualquer outra pessoa, ou ainda mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Comprometo-me a não guardar sigilo de qualquer informação que venha a caracterizar **crime**, devendo comunicar o **orientador responsável** que terá a obrigação de encaminhar uma **denúncia formal aos órgãos competentes**.

Pelo não cumprimento do presente TCLE, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais – cíveis e penais - que poderão advir. Por ser verdade, assino e rubrico o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Eu, _____ RG _____,
CPF _____, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário do projeto de pesquisa, sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) **Professor Dr. Lucas Santos Cerqueira** e da mestrandia **Melissa Duarte Orestes** do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

São Lourenço do Sul, _____ de _____ de 2022.

Participante da Pesquisa

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas semiestruturadas

Bloco I – Perfil do Entrevistado

- 1) Gênero:
- 2) Idade:
- 3) Nível de formação:
- 4) Tempo de associação:
- 5) Já tinha participado de algum empreendimento solidário (associação/cooperativa/grupo informal)?
- 6) Conte sobre sua trajetória na associação (por que entrou, exerceu outros cargos)

Bloco I - Democracia e Participação

- 1) Quem tem direito à voto na associação? Como se vota? Existe peso diferente no voto?
- 2) Como ocorre o processo decisório?
- 3) Como as decisões são decididas? Como é o espaço para essas decisões? Como se reúnem para decidir? Como a diretoria é eleita? Que decisões são de responsabilidade da direção da ASSER?
- 4) Qual o órgão central de decisão da associação? Como e quando ele é acionado? Reuniões regulares? Explique?
- 5) Quais as decisões são levadas ao órgão máximo? E a periodicidade?
- 6) Como é o seu envolvimento na associação?

Bloco II – Igualdade

- 7) Os ganhos e as perdas são divididos igualmente entre os associados? Como foi definida a forma de ganhos e perdas na associação?
- 8) Ocorre rotatividade nas funções? Qual o período?
- 9) Há igualdade nas condições de trabalho entre os associados(as)?

Bloco III - Forma de Produção

- 10) Como é a organização do trabalho de vocês?
- 11) Como se define as atividades? Você acha que da forma que se define está bem dividida?
- 12) Você que definem o volume da produção? Como controlam?
- 13) Como os preços são definidos?
- 14) Como definem as formas de comercializar a produção? Como comercializam?
- 15) A associação encontra dificuldades para comercializar o material reciclável? Se sim, Quais as dificuldades?
- 16) Como a associação lida com os catadores(as) informais?
- 17) Há trabalho assalariado ou todos são associados(as)? Se tiver assalariado, por quê? e quem é?

Bloco IV – Institucional

- 18) A associação conta com o suporte da prefeitura? Se sim, como é esse suporte?
- 19) A associação presta serviço para a prefeitura? Se sim, e com repasse financeiro?

20) A associação conta com parceria de alguma universidade? Se sim, como é esse processo?

Bloco V - Gestão Administrativa

- 21) Qual o número de pessoas envolvidas? Como é a estrutura organizacional da gestão da associação?
- 22) Como se dá o processo de entrada de associados(as)?
- 23) Os recursos financeiros recebidos pela associação são suficientes para as despesas?
- 24) Como é a gestão financeira da associação?
- 25) Quais as dificuldades da gestão da associação? E os desafios?
- 26) Se houver, quais foram as conquistas realizadas pela gestão?

Bloco VI - Associados(as)

- 27) Como é trabalhar em um empreendimento solidário?
- 28) Você deixaria o trabalho na associação caso conseguisse trabalho com carteira assinada? Se sim, por quê?
- 29) O que você compreende como um empreendimento solidário?
- 30) Já teve alguma experiência em empreendimentos solidários antes da ASSER??
- 31) Qual a diferença entre empreendimentos solidários e outros tipos de emprego formal que você já teve?
- 32) Quais as vantagens de trabalhar em um empreendimento solidário?
- 33) No caso de querer alterar o ritmo ou a forma como desenvolve o seu trabalho, com você com isso? (consulta os gestores, conversa apenas com algumas pessoas, ou faz por conta própria).
- 34) Como é o seu relacionamento com os demais associados(as)?
- 35) Como associado(a), houve melhorias na sua vida?
- 36) Qual a sua avaliação em relação a forma de remuneração no trabalho da associação?
- 37) Antes de participar da ASSER, como você obtinha renda?
- 38) O que espera de um trabalho remunerado?
- 39) Qual a sua formação profissional?

Bloco VII - Gestão

- 40) Como você descreve a atual gestão da associação?
- 41) Você se envolve na gestão da associação? Como?